

TVR
N.º 386, DE 2020
(Do Poder Executivo)
MSC 102/2020
OF 106/2020

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 1.034, de 14 de março de 2018, que renova a autorização outorgada a Associação Comunitária Educativa Coronel Murtense de Radiodifusão a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Coronel Murta , Estado de Minas Gerais.

(ÀS COMISSÕES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54, RICD).. REGIME DE TRAMITAÇÃO : ART. 223 CFAPRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA(PARECER 09/90 - CCJR))

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhados de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, atos que renovam autorizações outorgadas às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria nº 463, de 6 de maio de 2015 - Sociedade Rádio Comunitária Camará FM, no município de Camaragibe - PE;
- 2 - Portaria nº 2.837, de 30 de julho de 2015 - Fundação Beneficente Rosal da Liberdade, no município de Redenção - CE;
- 3 - Portaria nº 545, de 9 de maio de 2016 - Sociedade dos Ecologistas de Tambaú, no município de Tambaú - SP;
- 4 - Portaria nº 896, de 9 de maio de 2016 - Conselho Comunitário de Arraial D'Ajuda, no município de Porto Seguro - BA;
- 5 - Portaria nº 1.019, de 9 de maio de 2016 - Associação Comunitária Artística e Cultural Catanduvense, no município de Catanduvas - PR;
- 6 - Portaria nº 1.143, de 9 de maio de 2016 - Associação Comunitária e Cultural Pantaneira, no município de Coxim - MS;
- 7 - Portaria nº 1.832, de 9 de maio de 2016 - Associação Rádio Clube Jornal Meia Ponte, no município de Pirenópolis - GO;
- 8 - Portaria nº 1.943, de 10 de maio de 2016 - Associação Comunitária dos Moradores de Cantagalo, no município de Cantagalo - PR;
- 9 - Portaria nº 1.906, de 7 de junho de 2017 - Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Caracol, no município de Caracol - MS;
- 10 - Portaria nº 2.204, de 7 de junho de 2017 - Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Pompeia, no município de Pompeia - SP;
- 11 - Portaria nº 2.618, de 7 de junho de 2017 - Associação Louvores ao Rei de Integração Comunitária, no município de Campo Grande - MS;
- 12 - Portaria nº 2.622, de 7 de junho de 2017 - Associação Comunitária dos Moradores de Cachoeira Dourada - GO e Distritos, no município de Cachoeira Dourada - GO;
- 13 - Portaria nº 4.031, de 28 de setembro de 2017 - Associação Sócio-Cultural Ribeirão Branco, no município de Ribeirão Branco - SP;
- 14 - Portaria nº 5.085, de 28 de setembro de 2017 - Associação Ambientalista de Marilândia, no município de Marilândia - ES;
- 15 - Portaria nº 5.225, de 28 de setembro de 2017 - Associação Beneficente de Difusão Cultural e Comunitária Betel de Terra Roxa, no município de Terra Roxa - SP;
- 16 - Portaria nº 5.229, de 28 de setembro de 2017 - Associação Comunitária Martinho Prado Júnior, no município de Mogi Guaçu - SP;

- 17 - Portaria nº 6.165, de 20 de dezembro de 2017 - Associação de Comunicação Comunitária Vida Nova, no município de Porto Ferreira - SP;
- 18 - Portaria nº 712, de 9 de fevereiro de 2018 - Associação Comunitária Shalom, no município de Rio Grande - RS;
- 19 - Portaria nº 1.010, de 14 de março de 2018 - Centro Cultural Nossa Senhora da Assunção, no município de Cabo Frio - RJ;
- 20 - Portaria nº 1.031, de 14 de março de 2018 - Associação Comunitária de Firminópolis, no município de Firminópolis - GO;
- 21 - Portaria nº 1.034, de 14 de março de 2018 - Associação Comunitária Educativa Coronel Murtense de Radiodifusão, no município de Coronel Murta - MG;
- 22 - Portaria nº 1.364, de 14 de março de 2018 - Associação Rádio Comunitária de Belterra, no município de Belterra - PA;
- 23 - Portaria nº 3.886, de 2 de agosto de 2018 - Associação Comunitária de Desenvolvimento Ecológico e Cultural de Dois Vizinhos, no município de Dois Vizinhos - PR;
- 24 - Portaria nº 3.895, de 2 de agosto de 2018 - Fundação Cidadania, no município de José de Freitas - PI;
- 25 - Portaria nº 6.735, de 16 de janeiro de 2018 - Rádio Comunidade Porciúncula, no município de Porciúncula - RJ;
- 26 - Portaria nº 6.848, de 16 de janeiro de 2018 - Associação Vida Nova Educacional, Cultural e Comunicação Social, no município de Americana - SP;
- 27 - Portaria nº 6.857, de 16 de janeiro de 2018 - Rádio Comunitária Zabelê FM, no município de Remanso - BA;
- 28 - Portaria nº 7.014, de 16 de janeiro de 2018 - Associação Comunitária Rádio FM Cláudia, no município de Cláudia - MT;
- 29 - Portaria nº 7.015, de 16 de janeiro de 2018 - Associação Comunitária São José, no município de Juazeirinho - PB;
- 30 - Portaria nº 7.037, de 16 de janeiro de 2018 - Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Juti - ACODECAJ, no município de Juti - MS;
- 31 - Portaria nº 7.152, de 16 de janeiro de 2018 - Associação Comunitária de Desenvolvimento Social da Comunidade de Congonhas, no município de Congonhas - MG;
- 32 - Portaria nº 7.231, de 16 de janeiro de 2018 - Associação Comunitária Cidadã de Cananéia, no município de Cananéia - SP;
- 33 - Portaria nº 7.586, de 9 de fevereiro de 2018 - Associação Comunitária de Comunicação - Rádio Comunitária Muaná FM, no município de Muaná - PA;
- 34 - Portaria nº 7.587, de 9 de fevereiro de 2018 - Associação Beneficente de Altaneira, no município de Altaneira - CE; e
- 35 - Portaria nº 7.590, de 9 de fevereiro de 2018 - Associação dos Amigos de Ponte dos Carvalhos, no município de Cabo de Santo Agostinho - PE.



Brasília, 18 de março de 2020.



P.O.C.T.
1034/18

EM nº 00389/2019 MCTIC

Brasília, 23 de Setembro de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53900.049962/2015-74, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária Educativa Coronel Murtense de Radiodifusão, inscrita no CNPJ nº 02.559.556/0001-48, explore pelo prazo de dez anos a partir de 04 de outubro de 2016, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Coronel Murta, estado de Minas Gerais, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 3236/2018/SEI-MCTIC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº 1034, de 14 de março de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 29 de Março de 2018.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes

PORTARIA Nº 1034/2018/SEI-MCTIC

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53710.000948/1998 e nº 53900.049962/2015-74, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 04 de outubro de 2016, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA CORONEL MURTENSE DE RADIODIFUSÃO, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Coronel Murta / MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 14/03/2018, às 17:55, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2683441** e o código CRC **D57FC71B**.

Referência: Processo nº 53900.049962/2015-74

SEI nº 2683441



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 34781/2019/CGGM/GM/MCTIC

Ao Senhor
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão, Processo nº 53900.049962/2015-74.

Senhor Subchefe,

Conforme disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 24/09/2019, às 18:41 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4664700** e o código CRC **86D09E79**.

INFORME PROCESSUAL

Nº Processo:	53900.049962/2015-74
Interessado:	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA CORONEL MURTENSE DE RADIODIFUSÃO
Setor:	Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
CNPJ:	02.559.556/0001-48
Serviço:	Radiodifusão Comunitária
UF:	MG
Localidade:	Coronel Murta
Tipo:	Renovação - Rádio Comunitária
Num_Tipo	427



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Froemming, Economista**, em 09/04/2018, às 07:51, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2828786** e o código CRC **1E7C4859**.

Referência: Processo nº 53900.049962/2015-74

SEI nº 2828786

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

NOTA TÉCNICA Nº 21786/2015/SEI-MC

Processo de Renovação nº: **53900.049962/2015-74.**

Processo de Outorga nº: 53710.000948/1998.

Assunto: Renovação de Outorga.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo de interesse da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA CORONEL MURTENSE DE RADIODIFUSÃO**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Coronel Murta**, estado de **Minas Gerais**, por meio da Portaria nº 213, publicada no DOU de 10/5/2004, e Decreto Legislativo nº 427, publicado no DOU de 4/10/2006.

ANÁLISE

2. Vale consignar que a vigência da referida outorga terá seu termo final em 4/10/2016. Dessa forma, caso a entidade tenha interesse em solicitar a renovação, deverá apresentar, impreterivelmente, até o dia **4/9/2016**, os itens dispostos abaixo, na forma dos subitens 8.1 e 20.3 da Norma nº 1/2011:

I. Declaração, firmada pelo representante legal, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

II. Certidão negativa de débitos das receitas administradas pela Anatel;

III. Cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ, válido e atual;

IV. Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto, devidamente registrado, conforme subitens 8.2 e 8.3 da Norma nº 01/2011;

V. Ata de Eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas;

VI. Prova de que seus diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e maiores de dezoito anos ou emancipados (cópia do RG ou Certidão de Casamento), de acordo com o subitem 8.1, alínea “e”, da Norma nº 01/2011. Não serão aceitos, a título de comprovação deste item, a carteira nacional de habilitação (CNH) e a inscrição no Cadastro de Pessoas Jurídicas (CPF), em atenção às restrições dispostas nos subitens 8.4.1 e 8.4.2;

VII. CPF de todos os dirigentes; e

VIII. Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 01/2011, versando sobre a programação veiculada pela emissora.

CONCLUSÃO

3. Diante do exposto, a entidade deverá ser comunicada para, caso tenha interesse em renovar a outorga, **apresentar** a documentação elencada no item 2 desta Nota Técnica, no prazo fixado no item 2, sob pena de extinção da

autorização.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca Leticia Barbosa Duarte Miele, Chefe de Serviço**, em 25/09/2015, às 08:50, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 08/10/2015, às 14:14, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0737571** e o código CRC **4ECE932A**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 31477/2015/SEI-MC

Brasília, 25 de setembro de 2015

Ao(À) Senhor(a)
Representante Legal da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA CORONEL MURTENSE DE RADIODIFUSÃO**
Av. Vereda, nº 95 - Bairro: Maria da Glória
39.635-000 - Coronel Murta - MG
CNPJ nº 02.559.556/0001-48

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53900.049962/2015-74.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Cumprimentando-o(a) cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 21786/2015/SEI-MC**, desta Secretaria, referente à renovação da outorga do serviço.
2. A esse respeito, informo que essa entidade deve observar o prazo mencionado na Nota Técnica, para se manifestar sobre o assunto e apresentar a documentação enumerada, sob pena da **extinção da outorga**.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 08/10/2015, às 14:14, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0737574** e o código CRC **9774915F**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 31477/2015/SEI-MC

Brasília, 25 de setembro de 2015

Ao(A) Senhor(a)
Representante Legal da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA CORONEL MURTENSE DE RADIODIFUSÃO**
Av. Vereda, nº 95 - Bairro: Maria da Glória
39.635-000 - Coronel Murta - MG
CNPJ nº 02.559.556/0001-48

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53900.049962/2015-74.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Cumprimentando-o(a) cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 21786/2015/SEI-MC**, desta Secretaria, referente à renovação da outorga do serviço.
2. A esse respeito, informo que essa entidade deve observar o prazo mencionado na Nota Técnica, para se manifestar sobre o assunto e apresentar a documentação enumerada, sob pena da **extinção da outorga**.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia**,
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária, em 08/10/2015, às 14:14, conforme art.
3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0737574** e o código CRC **9774915F**.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

NOTA TÉCNICA Nº 21786/2015/SEI-MC

Processo de Renovação nº: **53900.049962/2015-74.**

Processo de Outorga nº: 53710.000948/1998.

Assunto: Renovação de Outorga.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo de interesse da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA CORONEL MURTENSE DE RADIODIFUSÃO**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Coronel Murta**, estado de **Minas Gerais**, por meio da Portaria nº 213, publicada no DOU de 10/5/2004, e Decreto Legislativo nº 427, publicado no DOU de 4/10/2006.

ANÁLISE

2. Vale consignar que a vigência da referida outorga terá seu termo final em 4/10/2016. Dessa forma, caso a entidade tenha interesse em solicitar a renovação, deverá apresentar, impreterivelmente, até o dia **4/9/2016**, os itens dispostos abaixo, na forma dos subitens 8.1 e 20.3 da Norma nº 1/2011:

- I. Declaração, firmada pelo representante legal, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;
- II. Certidão negativa de débitos das receitas administradas pela Anatel;
- III. Cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ, válido e atual;
- IV. Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto, devidamente registrado, conforme subitens 8.2 e 8.3 da Norma nº 01/2011;
- V. Ata de Eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas;
- VI. Prova de que seus diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e maiores de dezoito anos ou emancipados (cópia do RG ou Certidão de Casamento), de acordo com o subitem 8.1, alínea “e”, da Norma nº 01/2011. Não serão aceitos, a título de comprovação deste item, a carteira nacional de habilitação (CNH) e a inscrição no Cadastro de Pessoas Jurídicas (CPF), em atenção às restrições dispostas nos subitens 8.4.1 e 8.4.2;
- VII. CPF de todos os dirigentes; e
- VIII. Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 01/2011, versando sobre a programação veiculada pela emissora.

CONCLUSÃO

3. Diante do exposto, a entidade deverá ser comunicada para, caso tenha interesse em renovar a outorga, **apresentar** a documentação elencada no item 2 desta Nota Técnica, no prazo fixado no item 2, sob pena de extinção da autorização.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca Letícia Barbosa Duarte Miele, Chefe de Serviço**, em 25/09/2015, às 08:50, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia**,
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária, em 08/10/2015, às 14:14, conforme art.
3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html>
informando o código verificador **0737571** e o código CRC **4ECE932A**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



SCE/CGRC
Of. nº 31477/2015/SEI-MC, 25 de setembro de 2015
53900.049962/2015-74
Ass. Comunitária Educativa Coronel Murtense De
Radiodifusão
Av. Vereda, nº 95 - Bairro: Maria da Glória
39.635-000 Coronel Murta - MG

AO REMETENTE

AR



(ETIQUETA OU CARIMBO MP)

EMPRESA BRASILEIRA DE
CORREIOS E TELEGRAFOS

☒ Mudou-se ☐ Falecido
☐ Desconhecido ☐ Ausente
☐ Recusado ☐ Não Procurado
☐ Endereço insuficiente
☐ Não existe o n.º indicado
☐ Informação escrita pelo portador
ou síndico

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

EM 21/10/15

14430393



Serviço Público Federal
Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Cuiabá de Serviços de Comunicação Eletrônica
Espionagem dos Ministérios, Bloco R, Anexo B Sala 300-O
70044-900 - Brasília - DF

NOME OU RAZÃO SOC		SCE/CGRC Of. nº 31477/2015/SEI-MC, 25 de setembro de 2015 53900.049962/2015-74	
ENDEREÇO / ADDR		Ass. Comunitária Educativa Coronel Murtense De Radiodifusão	
CEP / CODE POSTAL		Av. Vereda, nº 95 - Bairro: Maria da Glória 39.635-000 Coronel Murta - MG	
DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION		NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI <input type="checkbox"/> PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE <input type="checkbox"/> EMS <input type="checkbox"/> SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ	
ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR		DATA DE RECEBIMENTO DATE DE LIVRATION	CARIMBO DE ENTREGA UNIDADE DE DESTINO BUREAU DE DESTINATION
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR			
Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ORGÃO EXPEDIDOR	RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / SIGNATURE DE L'AGENT		
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO			



AVISO DE
RECEBIMENTO

AR

AVIS CN07

JO 39755373 1 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

: h : h : h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

CIDADE / LOCALITÉ

UF

BRASIL

--	--	--	--	--	--	--	--



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 8312/2016/SEI-MC

Ao(À) Senhor(a)

Representante Legal da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA CORONEL
MURTENSE DE RADIODIFUSÃO
Praça Dom Serafim, s/nº - Centro
39635-000 - Coronel Murta/MG
CNPJ nº 02.559.556/0001-48

Assunto: **Encaminhamento de ofício devolvido pelos Correios.**

Referência: **Processo nº 53900.049962/2015-74.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Cumprimentando-o(a) cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar o Ofício nº 31477/2015/SEI-MC, devolvido pelos correios pelo seguinte motivo: (...) mudou-se.
2. Dessa forma, solicitamos que a entidade atualize junto a este Ministério o seu endereço de correspondência.
3. Informamos ainda que já está disponível o CADSEI, sistema desenvolvido pelo MiniCom que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações: <http://www.comunicacoes.gov.br/sei/cadsei> ou duvidasradcom@comunicacoes.gov.br.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Eliane Almeida da Silva**,
Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária, em 18/03/2016, às
09:39, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº
34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
<http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador
1021461 e o código CRC **DE886FAD**.

NOME OU RAZÃO SOCIAL

SCE/CGRC

Of. nº 8312/2016/SEI-MC, 18/03/2016

53900.049962/2015-74

ENDEREÇO / ADDRESS

ASS. COMUNIT. EDUCATIVA CORONEL MURTENSE DE
RADIODIFUSÃO

CEP / CODE POSTAL

PRAÇA DOM SERAFIM, S/Nº - CENTRO

39635-000

CORONEL MURTA/MG

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO A VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE☐ EMS☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

X. Wildespekencho Santo

DATA DE RECEBIMENTO

DATE DE LIVRAISON

05/04/16

CARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

WILDES RIBEIRO DOS SANTOS

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDORRUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /
SIGNATURE DE L'AGENT

K 8413 0343

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO





**AVISO DE
RECEBIMENTO**

AR

JO 45709568 1 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE SERVICE

AGÊNCIA MINICOM

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

<div></div> <div></div> <div></div>	<div></div> <div></div> <div></div>	<div></div> <div></div> <div></div>
: h	: h	: h

PRETICHER COM LETRA FORMA

NOME DO RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

Serviço Público Federal
Ministério das Comunicações

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Serviço de Comunicação Eletrônica
Espionagem dos Seguros, Bloco R, Anexo B Sala 300-0
70044-900 -- Brasília - DF

CIDADE / LOCALITÉ

UF

**BRASIL
BRÉSIL**

**ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR**



53900-047718/2016-58

EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação Geral de Radiodifusão Comunitária

NOTA TÉCNICA nº 21786/2015/SEI-MC
Processo de Renovação nº 53900.049962/2015-74
Processo de Outorga nº 53710/000948/1998

Prezados Senhores,

A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA CORONEL MURTENSE DE RADIODIFUSÃO, neste ato representada por sua Presidente em Exercício, ALINE CATARINE ALVES CORREA, vem, nos termos do processo supramencionado, à tempo e modo, mui respeitosamente a presença de Vossa Excelência, expor e requerer o seguinte:

- I. Trantando ser de grande interesse em renovar a outorga de serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Coronel Murta/MG, em vigor por meio da portaria nº 213, publicada no DOU de 10/05/2004, e Decreto Legislativo nº 427 publicado no DOU de 04/10/2006, com validade até o dia 04 de Outubro de 2016, vem protocolizar o pedido de renovação de outorga e a documentação exigida na Nota Técnica supra mencionada, quais sejam:**
 - a) Declaração firmada pela Representante legal, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, sem alterações e de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente e constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;**
 - b) Certidão negativa de débitos das receitas administrativas pela Anatel;**
 - c) Cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda, datado de 04/08/2016;**

Rua Dr. Santos, 362 – Conj. 608, Centro
CEP 39400-001 Montes Claros/MG
Fones: (38) 3216-8929 e 8831-7689 9137-6467

Av. José Ferreira Freire Murta, 176
CEP 39635-000 Coronel Murta/MG
Fones: (33) 3735-1389 e 8837-7689

DOCUMENTO ENTREGUE PELO CORREIO
Em 15/08/16 às 14:00 horas
Assinatura: Renúncia



- d) Atas e demais alterações ocorridas no Estatuto social da emissora durante a vigência do período da outorga, cópia do estatuto devidamente registrado;
- e) Ata da eleição da atual diretoria em exercício devidamente registrada no Cartório do Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de Araçuaí/MG;
- f) Documentos (cópias autenticadas) provando que todos os seus diretores são brasileiros natos, maiores capazes;
- g) Cópias autenticadas do CPF de todos os dirigentes, e;
- h) Último relatório do Conselho Comunitário, versando sobre a programação da emissora.

Diante do exposto, comunica seu interesse na renovação da outorga nos moldes e no prazo da legislação especial e demais normas regulamentadoras.

Termos em que,
Pede deferimento.

De Montes Claros, para Brasília, 04 de Agosto de 2016.


Elson Nascimento Rocha
OAB/MG 111.397



PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração, ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA CORONEL MURTENSE DE RADIODIFUSÃO, associação comunitária sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o número 02.559.556/0001-48, com endereço à Pça. Dom Serafim, S/N, centro CEP 39635-000 Coronel Murta/MG, nomeia e constitui seu bastante procurador, onde com esta se apresentar, o Dr. ELSON NASCIMENTO ROCHA, brasileiro, divorciado, advogado, inscrito na OAB/MG sob o nº 111.397, com escritórios na cidade de Montes Claros-MG, na Rua Dr. Santos, 362, Conj. 608, Centro, ao qual concede os poderes da cláusula "Ad-judicia", inclusive os executados no Artigo 38 do Código de Processo Civil, e especialmente para requerer, defender e acompanhar até o final o processo de renovação da LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO DE ESTAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA junto ao Ministério das Comunicações, Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica, órgão públicos em geral, Federal e Estadual, podendo ainda, para tanto, dito procurador, receber citação e/ou intimação, requerer e promover administrativamente, judicial ou extra-judicialmente o que se fizer necessário, inclusive junto aos tribunais, bem como renunciar, desistir, prestar declarações de estilo, firmar compromissos, recorrer, aprovar, concordar, receber e dar quitação, propor e desistir de quaisquer ações, inclusive substabelecer com ou sem reserva dos mesmos poderes.

Coronel Murta, MG, 05 de Janeiro de 2016.

Almeida Catarina Alves Correa

**ASCOMECOM - ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA
CORONEL MURTENSE DE RADIODIFUSÃO**

Rua Dr. Santos, 362 - Conj. 608, Centro
CEP 39400-000 Montes Claros-MG
Fones: (35) 3316-8729 e 3331-7689 9133-6467

Av. José Ferreira Freire Murta, 176
CEP 39635-000 Coronel Murta/MG
Fones: (33) 3735-1389 e 8837-7689

DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE E PARÂMETROS TÉCNICOS

ALINE CATARINE ALVES CORREA, brasileira, solteira, portadora do RG MG-15.068.424 SSPMG, CPF 083.629.266-94, residente e domiciliada à Rua Bernardino Cardoso, Nº 304, Centro, CEP 30635-000 Coronel Murta/MG, Presidente em exercício da ASCOMECOM – ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA CORONEL MURTENSE DE RADIODIFUSÃO – CNPJ 02.559.556/0001-48, DECLARA E ATESTA para fins de renovação de licença de Radiodifusão Comunitária, que A EMISSORA ENCONTRA-SE COM SUAS INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS EM CONFORMIDADE COM A ÚLTIMA AUTORIZAÇÃO DO MINISTÉRIO DA COMUNICAÇÕES, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.

Por ser verdade, firmo a presente declaração para que surta seus jurídicos e regulares efeitos.

Coronel Murta/MG, 18 de julho de 2016.


Aline Catarine Alves Correa

PRESIDENTE

RG MG-15.068.424 SSPMG, CPF 083.629.266-94



Agência Nacional
de Telecomunicações

Menu Principal ▾

BOM DIA
Antonio Sansio Bretas Correa
**Sistemas
Interativos**

BOLETO » » Nada Consta | menu ajuda



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: ASCOMECOMASSOC COMUN.EDUCATIVA COR. MURTENSE DE
RADIODIFUSA
CNPJ: 02.559.556/0001-48

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 10:10:37 do dia 19/07/2016 (hora e data de Brasília).

Válida até 18/08/2016.

Certidão expedida gratuitamente.

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral**Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 02.559.556/0001-48	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 01/06/1998
MATRIZ			
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO COM. EDUCATIVA CORONEL MURTENSE DE RADIODIFUSAO			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ASCOMECOM			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA			
LOGRADOURO PC DOM SERAFIM		NÚMERO SN	COMPLEMENTO
CEP 39.635-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO CORONEL MURTA	UF MG
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 01/06/1998	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

Emitido no dia **04/08/2016** às **10:13:02** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

© Copyright Receita Federal do Brasil - 04/08/2016

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CORONEL MURTENSE
DE RADIODIFUSÃO

Ata da Fundação, aprovação de Estatuto, eleição e posse da primeira administração da Associação Educativa Coronel Murtense de Radiodifusão.

Aos doze dias do mês de abril de um mil novecentos e noventa e oito (1998), reuniram-se às vinte horas (20.00), à Av. Vereda - nº 95, Bairro Moria da Glória, nesta cidade de Coronel Murtá, representantes da comunidade de Coronel Murtá para criar uma Associação civil. Para Presidir e secretariar a reunião foram aclamados respectivamente, Nedina Alves Dias Fonseca e José Odair Santos Barbosa. O estatuto proposto pelo Presidente foi lido artigo por artigo pelo Secretário, e aprovado por unanimidade de votos. Prossequindo os trabalhos, a Sra. Nedina Alves Dias Fonseca colocou em votação a etapa de exposição dos cargos previstos no Estatuto, elaborada em consenso pelos presentes com a seguinte formação:

Presidente: Nedina Alves Dias Fonseca

Vice-Presidente: Raulino Pereira Silva

Secretário: José Odair Santos Barbosa

Tesoureiro: José Jádson Sobral

Foram eleitos por aclamação e empossados no ato. O mandato da primeira (1ª) administração será até a realização da Assembleia Geral Ordinária no mês de abril de 1998. Na presente assembleia ficou deliberado, por unanimidade, credenciar a Sra. Nedina Alves Dias Fonseca para assinar os estatutos em nome dos fundadores, os quais já ratificaram os seus termos.

Nada mais havendo a ser tratado, a presidente declarou encerrada a reunião, e eu, José Odair Santos

Barbosa, lavou a presente ata, que será assinada pela diretoria.

Coronel Murta, 12 de abril de 1998

Jose Odair Santo-Barbosa

Jose Odair Santos Barbosa (scrit.)

Nedina Alves Dias Fonseca

Nedina Alves Dias Fonseca (Presidente)

Romão Pereira Silva

Romão Pereira Silva (Vice-Presidente)

Jose Jardim Sobral

Jose Jardim Sobral (Tesorero)

Em Jose Odair Santos Barbosa Santos Silva 1 ano
O Escritor: Jose Odair Santos Barbosa

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA CORONEL MURTENSE
DE RADIODIFUSÃO

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FINS E DURAÇÃO DA SOCIEDADE.

ART. 1º - A Associação Comunitária Educativa Coronel Murtense de Radiodifusão é uma sociedade civil sem fins lucrativos, voltada para defesa da democratização da comunicação e da informação, constituída por sociedade civil de radiodifusão comunitária e de difusão cultural, de organizações populares de apoio às ações solidárias cooperativas e sociedades não religiosas e não partidárias dedicada a serviços comunitários de caráter não comercial.

ART. 2º - A Associação terá sede em Coronel Murtense, à Av. Vinda, nº 95, Bairro Maria da Glória, podendo também ter dependências e representações em outros locais e em cidades.

ART. 3º - O Prazo de duração da sociedade, cuja sigla será "ASCOMECOM", é indeterminado.

ART. 4º - São objetivos sociais:

- a) representar a Radiodifusão Comunitária Educativa Coronel Murtense, defendendo seus interesses e os objetivos de desenvolvimento e consolidação da atividade, em condições de participação democrática e popular no processo de participação democrática e popular no processo de comunicação;
- b) representar as organizações populares e cooperativas, independentemente de outorga específica junto aos órgãos públicos responsáveis pelo setor de telecomunicações, atuando ainda junto aos poderes legislativo, judiciário e executivo;
- c) criar, implantar e administrar um sistema de integração

de emissora de radiodifusão e/ou meios de comunicação comunitários em Coronel Murtinho, Fátima Cardoso, Barra do Salinas e adjacências, buscando o aperfeiçoamento qualitativo da produção jornalística e cultural e redução de custos de produção e transmissão e agilidade nas mobilizações de interesses civil e emergencial, podendo para tanto, em nome de seus representantes, assinar convênios, firmar contratos e realizar todos os entendimentos necessários;

d) criar, estabelecer e consolidar serviços que possibilitem a plena realização dos objetivos da radiodifusão e ou outros meios de comunicação comunitários, especialmente na área de instalações técnicas, produção e distribuição de programas, noticiários e instruções para o desenvolvimento de marketing;

e) promover encontros, eventos e seminários de interesse dos meios de comunicação comunitários.

CAPÍTULO II

DIREITOS E DEVERES

Art. 5º A diretoria poderá conferir título honorário a pessoas ou entidade que venham efetivamente contribuir para o desenvolvimento da radiodifusão comunitária, bem que obtenham o direito de associados.

Art. 6º São direitos dos associados:

a) promover, votar e ser votado, ainda que por procuração nas assembleias reunidas, observada a carência dita no parágrafo único deste;

b) consultar a Associação das Pequenas Emissores de Radiodifusão Comunitária de Minas Gerais (APEMG) da qual a Associação Comunitária Educativa Coronel Murtinho de Radiodifusão é órgão nato, quanto a quaisquer questões relativas ao funcionamento e interesses, bem como receber assistência

prevista na letra b do Art. 4.º deste estatuto;

c) consultar os associados quanto a assuntos de interesses da sociedade considerados estratégicos.

Parágrafo Único: O direito de votar e ser votado surge após 2 meses de carência, contados da data de inscrição.

Art. 7.º - São deveres dos associados:

a) contribuir e colaborar efetivamente, cada um no seu âmbito de atividade para consecução dos objetivos e finalidade da Associação;

b) prestar as informações solicitadas, comparecer às reuniões e eventos, assumir cargos, missões e tarefas para as quais forem designados, acatar as resoluções das Assembleias e da diretoria, cumprir e fazer cumprir o presente estatuto;

c) contribuir com cotas, mensalidades e transferências de recursos estabelecidas pela diretoria e votadas em Assembleia.

CAPÍTULO III

DA Assembleia Geral

Art. 8.º A Assembleia Geral é órgão soberano da Associação que se reunirá ordinária ou extraordinariamente nos casos estabelecidos neste estatuto.

Parágrafo 1.º Uma hora antes do início dos trabalhos, deverá ser colocado à mesa o "Livro de Presença", onde os sócios lançarão suas assinaturas.

Parágrafo 2.º - Os trabalhos serão abertos pelo Presidente da Associação, o qual assumirá imediatamente as suas funções e convidará um membro da Diretoria para secretariá-lo.

Parágrafo 3º. O Presidente da Assembleia, além do seu voto de sócio, terá também o voto de desempate, exceto quando se tratar de eleição.

Parágrafo 4º. As votações nas Assembleias Gerais poderão ser simbólicas, nominais, secretas ou por aclamação.

Parágrafo 5º. A Ata dos trabalhos, lavrada pelo secretário, será assinada pelos componentes da mesa e por 03 (três) sócios escolhidos pela Assembleia.

Art. 9º. A Assembleia Geral Ordinária reunir-se-á uma vez por ano.

Art. 10º. São atribuições da Assembleia Geral:

- a) examinar e aprovar ou não, as contas da Diretoria, o balanço social e os demais atos administrativos;
- b) destituir, quando assim o exigirem os interesses da Assembleia, um ou mais membros da diretoria, mediante o voto con- corde de no mínimo 2/3 dos Associados convocados especifica- mente para esta finalidade em Assembleia Geral Extraordinária;
- c) promover imediata substituição e pelo prazo restante de man- dato, dos membros destituídos na forma da letra b deste artigo;
- d) deliberar sobre os demais assuntos, constantes na "Ordem do Dia".

Art. 11. A Assembleia Geral Extraordinária reunir-se-á sempre que convocada pela Diretoria, ou por 2/3, no mínimo, dos as- sociados, deliberando sobre assuntos que tiverem motivado a convocação.

Art. 12. As Assembleias Gerais, tanto ordinárias quanto extraordi- nárias, serão convocadas com antecedência de 15 (quinze) dias, mediante edital a ser afixado na rede social e nos muros

contas, além de comunicação por carta a todos os associados em dia com suas obrigações, com aviso de recebimento com antecedência mínima de 08 dias.

Art. 13 - A Assembleia Geral deliberará, validamente com a presença pessoal ou através de procuração da maioria dos associados.

Parágrafo 1º - A Assembleia Geral deliberará por maioria de seus membros cabendo um voto a cada associado presente ou representando.

Parágrafo 2º - Os sócios poderão votar e ser votados a não ser que com a incapacidade.

Parágrafo 3º - Os sócios honorários poderão participar das Assembleias usando direito a voto, podendo, entretanto, opinar, sugerir e debater a "Ordem do Dia".

Art. 14 - Na falta do comparecimento à Assembleia Geral da maioria dos associados, haverá uma segunda convocação uma hora após a primeira e deliberará com qualquer número de associados presentes, executando o disposto no parágrafo 2º do artigo 13.

CAPÍTULO IV DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 15 - A Diretoria que é órgão executivo, compõem-se de:

- a) Presidente
- b) Vice-Presidente
- c) Secretário
- d) Tesoureiro

Parágrafo 1º - O mandato da Diretoria é de 3 (três) anos, podendo ser reconduzido.

Parágrafo 2º - O mandato da Diretoria estender-se-á até a data da posse da nova Diretoria eleita por Assembleia Geral.

Parágrafo 3º - O mandato dos membros da Diretoria que substituem os destituídos, será complementar pelo prazo restante do mandato que foram substituir.

Parágrafo 4º - Subordinada diretamente à Presidência da Associação, funcionará a Secretaria Executiva cujo titular, o Secretário Executivo, será escolhido pela Diretoria.

Parágrafo 5º - A Secretaria Executiva terá as atribuições que lhe forem estabelecidas pela Diretoria.

Art. 16. Compete à Diretoria em conjunto, ou pela maioria de seus membros:

- a) executar e fazer executar os objetivos da Associação;
- b) propor valores de cotas, mensalidades e contribuições.

Art. 17. Compete à Presidente:

- a) representar a Associação ativa e passivamente, em juízo ou fora dele;
- b) constituir Procurador ou Procuradores para defender interesses sociais;
- c) cumprir e fazer cumprir os estatutos e as deliberações da Diretoria e da Assembleia Geral;
- d) presidir as reuniões da Diretoria e convocar as Assembleias Gerais;
- e) designar o Secretário Executivo e fixar sua remuneração;
- f) assinar os balanços anuais da Associação, submetendo à apreciação da Diretoria, logo após o balanço anual, o relatório das atividades administrativas e sociais, referentes ao exercício findo, para que possam ser levados, finalmente à apreciação da Assembleia Geral.

CAPÍTULO V

DA RECEITA

ART. 21 - A Receita da Associação é composta de:

- a) arrecadação de contribuições ordinárias e especiais dos associados;
- b) doação de receita proveniente de terceiros;
- c) outras receitas provenientes de prestação de serviços inclusive para terceiros;
- d) contribuição dos sócios cooperadores;
- e) convênios com outras instituições.

CAPÍTULO VI

DAS SANÇÕES

ART. 22 - As infrações poderão ser punidas pela diretoria com suspensão de direitos ou exclusão dos associados, garantindo sempre ao associado amplo direito de defesa.

Parágrafo único: O Associado poderá recorrer com efeito suspensivo, à Assembleia Geral dentro de 60 (sessenta) dias do recebimento de notificação da punição, que será reexaminada via postal com registro de aviso de recebimento (AR).

ART. 23 - A falta de pagamentos de mensalidades, durante um semestre, causará a suspensão dos direitos dos Associados.

Parágrafo único: A suspensão do Associado com débito com a Associação não prejudica o direito desta de pleitar, pelos meios legais, o pagamento do referido débito e do que lhe for devido pelo associado pelo associado inadimplente.

ART. 24 - No caso de falta de pagamento de contribuições, a suspensão do associado será automática.

Parágrafo único: Esta suspensão não terá efeito a partir do momento em que o associado satisfaz integralmente suas obrigações.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

ART. 25 - As reuniões da diretoria realizar-se-ão regularmente ou a qualquer tempo, por convocação da Presidente ou de dois Diretores e, das deliberações tomadas, lavrar-se-á ata em livro próprio.

ART. 26 - Os atos que importem em ônus e alienação de bens e imóveis pertencentes à Associação, somente poderão ser praticados pelo Presidente ou por seu substituto legal, mediante prévia deliberação da Assembleia Geral.

ART. 27 - O presente estatuto somente poderá ser modificado por Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para tal fim.

ART. 28 - No caso de dissolução da instituição, os bens remanescentes serão destinados a outra instituição congênere, com personalidade jurídica que esteja registrada no Conselho Nacional de Assistência Social CNAS ou entidade pública.

ART. 29 - Os Associados não responderão e nem responderão pelas obrigações da Associação.

ART. 30 - As atividades dos diretores e conselheiros ou instituidores, bem como as dos sócios, serão inteiramente gratuitas.

sendo-lhes vedados o recebimento de qualquer lucro, qualificação, bonificação ou vantagem.

ART. 31. Fica instituído um conselho de Programação, composto de 5 membros representantes da comunidade local ou outras entidades sociais designadas pela Diretoria da Associação, que aconselhará a programação, observada a legislação vigente.

Parágrafo único: O período de mandato dos membros do Conselho, referido neste artigo, sua coincidência com o da Diretoria

Coronel Murt, 12 de abril de 1998.

Medina Alves Dias Fonseca

PRESIDENTE

Romário Lima Silveira

VICE - PRESIDENTE

José Odair Santos Barbosa

SECRETÁRIO

José Jardim Sobral

TESOUREIRO

1. José Odair Santos Barbosa Secretário Substituto
O Secretário José Odair Santos Barbosa

ARACUAÍ - MINAS GERAIS



ARAÇUAÍ • INFORMAÇÕES GERAIS

ARAÇUAÍ - MINAS GERAIS

Oficial _____ *Asesor*
_____ *Los Santos*

Ata da reunião, em Assembleia Geral, da ASCOMECOM - Associação Comunitária Educativa Coronel Murtense de Rádionfusão, Rádio Líder 97.9. Aos quatorze de julho de dois mil e quatorze, às dez horas, no salão paroquial, praça Dom Serafim S/N, centro de Coronel Murtosa, reuniram-se em assembleia os membros da ASCOMECOM e demais excoerças para eleição da nova diretoria da Associação Comunitária Educativa Coronel Murtense de Rádionfusão situada a Praça Dom Serafim, 85 Centro, nesta cidade de Coronel Murtosa, estado de Minas Gerais. Em: presidente Antônio Sampaio Brito começa declaração aberta a reunião cumprimentando a todos os presentes e fazendo uma breve abertura sobre os trabalhos realizados pela diretoria, cujo mandato se encerra no dia trinta de junho de dois mil e quatorze e honramos

Averbação

ARAQUAI - MINAS GERAIS



promulgada até o dia, quatorze de julho de dois mil e quatorze e fazer o motivo da reunião, que seria no intuito de eleger a nova diretoria da Associação para o mandato de três anos. Após manifestação de todos decidiu-se por voto aberto e por aclamação a nova diretoria que assim ficou: Presidente: Aline Catarine Alves Correa, ela portadora do RG: MG-15.068.424 e CPF: 083.629.266-94, solteira, vice-presidente: Kenderi Pereira Sebastião, ele portador do RG: MG-10.877.116 e CPF: 069.386.896-98, solteiro. Secretários: Giban Luiz Genesalves Filho, ele portador do RG: MG-13.349.193 e CPF: 100.121.016-64, casado, e vice-secretários: William Figueira de Souza ele portador do RG: MG-15.147.265 e CPF: 090.244.586-33, casado e para terceiro pe. Fernando Luiz dos Santos ele portador do RG: MG-118.839.39 e CPF: 043.076.696-30, solteiro. Que logo em seguida foram empenhados nos referidos cargos, logo foi escolhida o conselho de programação que ficou constituído assim I representante da associação: João Batista de Almeida, II representante, sendo Elomice Barbosa Santos representante de ensino, III representante de entidade: Luiz Veiros de Almeida, IV representante de comunidade: Eldy Rodrigues Pinheiro, V Marlene Ferreira dos Santos Silva, a presidente eleita informou que o mandato do conselho de programação também seria de três anos, na sequência a sr. presidente eleita Aline Catarine Alves Correa declarou empenhados todos os membros da nova diretoria e do conselho de programação, nada mais havendo a tratar foi declarada encerrada a reunião, e para constar eu Giban Luiz Genesalves Filho lavrei a seguinte ata, que depois de lida e achada correta seria arquivada por mim e demais presentes. Concluí munta 14 de julho de dois mil e quatorze Giban Luiz Genesalves Filho - Jandilene pp. da Srta. Elomice Barbosa Santos Srta. Celsina Agnilda Kenderi Pereira Sebastião Kenderi Souza Silva - Aline Catarine Alves Correa - Letita Alves Correia Rodrigo Figueira Silva - Marlene Ferreira da Costa Silva - Fernando Luiz dos Santos

Averbação
ARAÇUAÍ - MINAS GERAIS



José Luciano de Jesus Antônio Sorezio Brito Corrêa

Averbação

ARAÇUAÍ - MINAS GERAIS

apresentado para registro protocolado sob nº 490

e, AVERBADO NO Liv. nº 116 do Cartório de

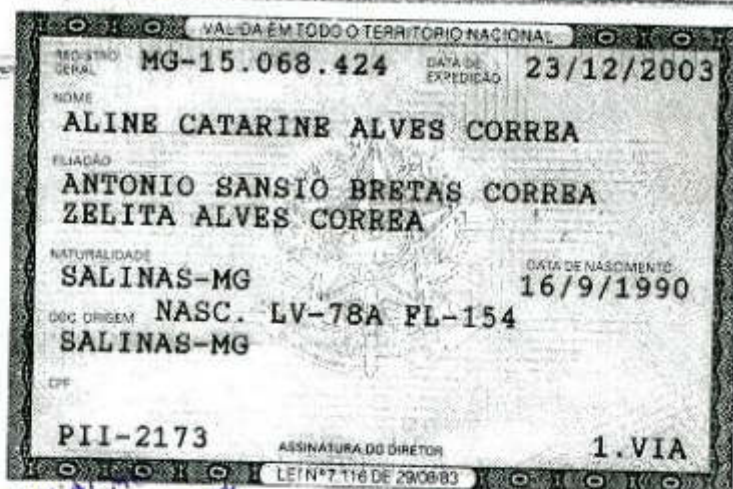
Registro Civil das Pessoas físicas

sob nº 490 à fls 50/51 em 01/06/98

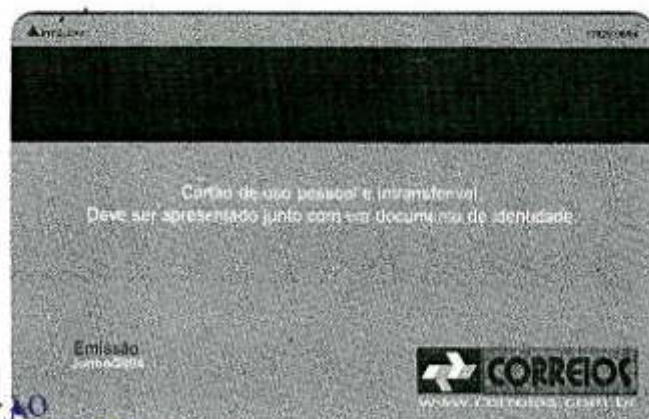
Araçuaí/MG 19/11/2015

Oficial

Juliana Pinto da Silva
OFICIAL



AUTENTICAÇÃO
Conte com o original que me foi apresentado
Data 14.06.2016
Emol. R\$ 4,45 T.F.J. R\$ 1,38
Total R\$ 5,83
Tabelião



AUTENTICAÇÃO
Conte com o original que me foi apresentado
Data 14.06.2016
Emol. R\$ 4,45 T.F.J. R\$ 1,38
Total R\$ 5,83
Tabelião





AUTENTICAÇÃO
Contere com o original que me foi apresentado
Data: 15.06.2016
Emol. R\$ 4,45 T.F.J. R\$ 1,38
Total R\$ 5,83
Assinatura: [Signature]
Tabelião



AUTENTICAÇÃO
Contere com o original que me foi apresentado
Data: 15.06.2016
Emol. R\$ 4,45 T.F.J. R\$ 1,38
Total R\$ 5,83
Assinatura: [Signature]
Tabelião

Cemig Distribuição S.A. CNPJ 06.981.180/0001-18 / Insc. Estadual 062.322.135.0087
Av. Barbacena, 1.200 - 17º andar - Ala A1 - CEP 30190-131 - Belo Horizonte - MG

Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada pela Lei nº 10.438, de 25 de abril de 2002.

RITA NICASSIA CARDOSO DOS SANTOS
RUA FIRMINO DE SOUZA 43 CS
JOSE CAYRES
39635-000 CORONEL MURTA, MG
CPF 118.501.218-42

Referente a
JUN/2014
Código de Débito Automático:
000074063884

Nº DO CLIENTE
7002782542

NOTA FISCAL - CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA - SÉRIE U Nº 001789352 - PTA Nº16.000114527.70

Classe	Subclasse	Datas de Leitura			Datas da Nota Fiscal		Nº DA INSTALAÇÃO
Residencial Monofásico	Res Baixa Renda	ANTERIOR	ATUAL	PRÓXIMA	EMISSÃO	APRESENTAÇÃO	3007406388
		12/05	10/06	10/07	12/06	18/06	

Tipo de Medição	Medição	Leitura Anterior	Leitura Atual	Constante de Multiplicação	Consumo kWh
Energia kWh	ABA993073368	18.459	18.591	1	132

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO CIVIL MG-13.343.193 DATA DE EMISSÃO 04/12/2008

Nome: **GILVAN LUIZ GONCALVES FILHO**

Nome: **GILVAN LUIZ GONCALVES**

Mãe: **MARIA EVANGELA P. M. GONCALVES**

Naturalidade: **ARACUAT-MG** DATA DE NASCIMENTO: **19/12/1988**

Org. Civil: **CAS. LV-19 FL-379**

ITINGA-MG

Assaut
NILMA D. REIS SANTOS
ASSINATURA DO DIRETOR

DIT-2173 LEI Nº 7.119 DE 20/06/81 2 VIA

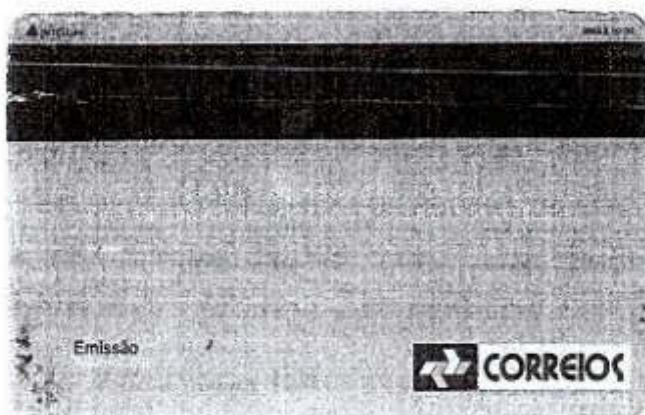
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MINAS GERAIS
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

Gilvan Luiz Gonçalves Filho
IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE



Ministério da Justiça
Sistema Nacional de Registro

CPF

Cadastro de Pessoas Físicas
Número de Inscrição
100.121.016-64

Nome
GILVAN LUIZ GONCALVES FILHO

Nascimento
19/12/1988



www.cemig.com.br/atendimento

Distribuição S.A.

Cemig Torpedo 29810

Fale com a Cemig 116

cemig Distribuição S.A. CNPJ 06.961.180/0001-16 / Insc. Estadual 062.322136.0087
Barbacena, 1.200 - 17º andar - Ala A1 - CEP 30190-131 - Belo Horizonte - MG

Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada pela
Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002

LIAN FREIRE SOUSA
A BOA VISTA 252 CS
NTR0
335-000 CORONEL MURTA, MG
F 090.244.586-33

Referente a
MAI/2014
Código de Débito Automático:
008033196018

Nº DO CLIENTE
7010384314

NOTA FISCAL - CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA - SÉRIE U Nº 001747123 - PTA Nº 16.000114527.70

Classe
Residencial
Bifásico

Subclasse
Residencial

Datas de Leitura
ANTERIOR 09/04
ATUAL 12/05
PRÓXIMA 10/06

Datas da Nota Fiscal
EMISSÃO 14/05
APRESENTAÇÃO 20/05

Nº DA INSTALAÇÃO
3011985172

Tipo de Medição
Energia kWh

Medição
APC131025718

Leitura Anterior
1.081

Informações Técnicas
Leitura Atual
1.244

Constante de Multiplicação
1

Consumo kWh
183

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

POLEGAR DIREITO

Wilian Freire de Sousa

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO
GERAL MG-15.147.265 DATA DE
EXPIRAÇÃO 18/02/2004

NOME
WILIAN FREIRE DE SOUSA

FILIAÇÃO
**ALARCIO GONCALVES DE SOUSA
MARIA NILZA FREIRE DE SOUSA**

NATURALIDADE
ARACUAÍ-MG

DATA DE NASCIMENTO
6/2/1989

DIG. CIVIL
NASC. LV-1A FL-37

CORONEL MURTA-MG

CPF
000.000.000-00

PIP-2178 VETE MELO BRAUNA
INSTITUTO NACIONAL DE RECURSOS HUMANOS

LEI Nº 116 DE 29/09/83

1.VIA

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Receita Federal
Cadastro de Pessoas Físicas

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Número
090.244.586-33

Nome
WILIAN FREIRE DE SOUSA

Nascimento
06/02/1989

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

www.receita.fazenda.gov.br

CODIGO DE CONTROLE
717B C673.017C D47B

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

NAO DOADOR DE ÓRGÃOS
6 TEMPOS

PII - 1172

Assinatura do Titular: *Fernando Luiz dos Santos*

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO: MG-11.883.939 DATA DE EMISSÃO: 10/07/1998

NOME: FERNANDO LUIZ DOS SANTOS

PAI: JOSE LUIZ DOS SANTOS
MÃE: MARIA DA CONCEICAO LUIZ NOGUEIRA

NATURALIDADE: ARACUAÍ-MG DATA DE NASCIMENTO: 25/6/1979

DOS ORGÃOS: NASC. LV-65A FL-42
ARACUAÍ-MG

BELO HORIZONTE, MG
PII-1172 *[Assinatura]* 1.VIA

Selo de Fiscalização
AUTENTICAÇÃO
CON 31827

SERVIÇO REGISTRO DE TABELIÃO

Rua Faneles, 111 - 605 - 4º Andar
CEP 30070-000 - Centro, Belo Horizonte, MG

AUTENTICAÇÃO
Contêre com o original que me foi apresentado
Dou fé 15.06.2016
Emol. R\$ 4,45 T.F.J. R\$ 1,38
Total R\$ 5,83
[Assinatura]
O Tabelião

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome: FERNANDO LUIZ DOS SANTOS

Nº de Inscrição: 043076696-30 Data de Nascimento: 25/06/79

Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, mediante exigência por terceiro, salvo nos casos previstos na legislação vigente.

Assinatura: *Fernando Luiz dos Santos*
FERNANDO LUIZ DOS SANTOS

VALIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
Emitido em: 12/10/97

Selo de Fiscalização
AUTENTICAÇÃO
CON 31828

SERVIÇO REGISTRO DE TABELIÃO

Rua Faneles, 111 - 605 - 4º Andar
CEP 30070-000 - Centro, Belo Horizonte, MG

AUTENTICAÇÃO
Contêre com o original que me foi apresentado
Dou fé 15.06.2016
Emol. R\$ 4,45 T.F.J. R\$ 1,38
Total R\$ 5,83
[Assinatura]
O Tabelião

RELATÓRIO DO CONSELHO COMUNITÁRIO DA ASCOMECOM – ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CORONEL MURTESE DE RÁDIO-DIFUSÃO.

O CONSELHO COMUNITÁRIO DA ASCOMECOM – ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CORONEL MURTESE DE RÁDIO-DIFUSÃO reunido para exame e parecer no dia 06 de Junho de 2016 às 19hs, na sede da Associação, à Pça Dom Serafim. Atrás da Igreja Nossa Senhora Auxiliadora, sob a presidência de ALINE CATARINE ALVES CORREA, brasileira, solteira, residente e domiciliada à Rua Bernardino Cardoso, 304, centro, CEP 30635-000 Coronel Murta/MG, com a presença dos seguintes membros:

- 1) Representante da Associação, I - João Batista de Almeida, brasileiro, casado, lavrador, residente e domiciliado à Rua José Silva, Nº37, Centro, CEP 30635-000 Coronel Murta/MG, portador do CPF 861.272.926-20 e Identidade MG-3.040.615;
- 2) Representante da área do ensino, II – Elenice Barbosa Santos, brasileira, solteira, educadora, portadora do CPF 064.495.376-47 e Identidade MG-13.343.952, residente e domiciliada à Rua Bernardino Cardoso, Nº 252, centro, CEP 39635-000 Coronel Murta/MG;
- 3) Representante de entidade sindical (Sindicato Rural), brasileira, casada, Luzia Vieira de Almeida, Lavradora, portadora do CPF 062.030.206-21 e Identidade M-9.259.372, residente e domiciliada à Rua Carlos Pego, Nº 40, CEP 39635-000 Coronel Murta/MG;
- 4) Representante do CONSEP – CONSELHO COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA, Marlene Ferreira dos Santos Silva, brasileira, solteira, portadora do CPF 971.256.286-72 e Identidade MG-7.947.356, residente e domiciliada à Rua Oscar Murta, Nº 651, Centro, CEP 39635-000 Coronel Murta/MG.
- 5) Representante da comunidade (Associação de Freire Cardoso), José Luciano de Jesus, brasileiro, casado, lavrador, residente e domiciliado à Rua Inácio Cardoso, Nº04, Distrito de Freire Cardos, CEP 39635-000 Coronel Murta/MG;

A presidente faz explanação da necessidade de reunir o conselho comunitário no moldes da legislação Portaria nº 197, Norma 01/2011 e suas alterações, que rege:

21.4. A entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária deverá instituir um Conselho Comunitário composto por, no mínimo, cinco pessoas representantes de entidades da comunidade local, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, excluída a própria entidade executora do serviço, desde que legalmente constituídas, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do

Marlene Ferreira dos Santos Silva
Luzia Vieira Almeida

interesse exclusivo da comunidade e dos princípios estabelecidos no art. 4º da Lei nº 9.612, de fevereiro, de 1998.

21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

21.4.2. A entidade deverá manter disponível e atualizado, para qualquer solicitação ou inspeção do Ministério das Comunicações, o ato que estabeleceu a composição do Conselho Comunitário.

21.4.3. O processo de eleição para os cargos que compõem a estrutura administrativa e deliberativa da entidade deverá observar o princípio da alternância de poder, respeitando o disposto no subitem 3.3.

21.5. As emissoras do Serviço de Radiodifusão Comunitária assegurarão, em sua programação, espaço para divulgação de planos e realizações de entidades ligadas, por suas finalidades, ao desenvolvimento da comunidade.

21.6. As executoras do Serviço de Radiodifusão Comunitária poderão admitir apoio cultural aos seus programas, desde que oferecido por estabelecimentos situados na área de execução do serviço.

21.6.1 Para fins do disposto no item 21.6., entende-se por área da comunidade atendida a área de alcance da transmissão, observado o disposto nos itens 3.2 e 3.2.1. (Texto incluído pela Portaria nº 197, de 1º de julho de 2013)

21.7. É vedada a formação de redes de radiodifusão comunitária, excetuadas as situações de guerra, calamidade pública e epidemias, bem como as transmissões obrigatórias dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo definidas em leis.

Jose Luciano de Jesus *Eltonice Barbosa Santos*
Marlene Ferreira da Costa Silva
Lucia Velosa Almeida

21.7.1. Em situações de guerra, calamidade pública e epidemias, a rede será convocada pelo Poder Público.

21.7.2. Enquanto durarem casos de calamidade pública oficialmente reconhecidos como tal pela autoridade competente e mesmo que ela não convoque cadeia de emissoras de radiodifusão comunitária, essas poderão organizar-se em rede, em âmbito estadual, para transmitir exclusivamente conteúdos de auxílio às vítimas.

21.8. É vedado o proselitismo de qualquer natureza na programação das emissoras de radiodifusão comunitária.

21.9. É vedada a cessão ou arrendamento da emissora do Serviço de Radiodifusão Comunitária ou de horários de sua programação.

21.10. É vedada a transferência, a qualquer título, das autorizações para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

21.10.1. As alterações nos atos constitutivos e modificação da composição da diretoria da entidade detentora de autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observadas as disposições desta Norma, devem ser apresentadas ao Ministério das Comunicações devidamente registradas ou averbadas na repartição competente, no prazo de 30 (trinta) dias contados de sua realização.

Distribuídos os trabalhos, chegou-se a seguinte conclusão: A ASCOMECOM – ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CORONEL MURTENSE DE RADIODIFUSÃO está correta em toda a sua documentação, bem como na descrição da grade de programação examina atende aos parâmetros legais, está de acordo com os limites estabelecidos. Tem atendido aos anseios das comunidades que compõem sua área de por área da comunidade atendida a área de alcance da transmissão, observado o disposto nos itens 3.2 e 3.2.1. da referida norma.

Sendo este o relatório, assinam os presentes: José Luciano da Jesus

Eltoniel Barbosa Santos

Marlene Ferreira da Costa Silva

Luizá Vieira Almeida



Ata da reunião extraordinária da ASCOMECOM Associação Comunitária Educativa Coronel Murtense de Radio de Fusão, aos Trinta de Janeiro de dois mil e Dezesesseis, às dezenove horas na sede da radio líder FM na Praça Dom Serafim centro de Coronel Murta MG, reuniram-se os membros da ASCOMECOM e demais sócios (as) a eleição do novo membro do conselho de programação o sócio o senhor José Luciano de Jesus, brasileiro casado domiciliado em freire Cardoso, a Rua Inácio Cardoso n 04, portador do RG MG-9.095.211 e do CPF 027607096-80. Devido o pedido de dispensa pelo quarto representante de comunidade o senhor Eldir Rodrigues Pinheiro, brasileiro casado e domiciliado nesta cidade de Coronel Murta MG alegando motivo de saúde, nada mais havendo a tratar foi declarada encerrada a reunião, e para constar eu Gilvan Luiz Gonçalves Filho lavrei a seguinte ata, que depois de lida e achada devida será assinada por mim e demais presentes. Coronel Murta, 30 de janeiro de dois mil e dezesseis.

Gilvan Luiz Gonçalves Filho
Kindere Ruvira Sebastião
Elonice Borbo Santos Luzia Vieira de
Almeida. Marlene Souza Silva. Antonio
Paulo Brito Correia Ana Christina Almeida
Rodrigu Ferreira Silva, Marlene fernero dos Santos
Julia Zelita Alves Correia, Alce Catarina Alves Cornea,
Paulo R Ferreira Silva José Luciano de Jesus
João Batista de Almeida. Rosalia Barbosa Santos pereira.
Fernando Fery dos Santos. Maria Elma Medeiros Miranda
Jandirane Aparecida da Silva. Saimon Pereira
Amorim. Jose Mel Silveira Filho



AUTENTICAÇÃO
Conferir com o original que me foi apresentado
Data: 04.05.2016
Local: RS 445 T.F.J. RS 138
Total RS 533



Cartório de Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas

CNPJ: 14.885.610/0001-00
Praça Cel. José Antônio Tanure, nº 78, sl. 102 - Esplanada
Fone: (33)3731-2500
Juliana Pinto da Silva - Oficial

PROTOCOLO Nº 485 REG Nº 490 - LIV 15-A - PAG 80 - AV Nº 15

Araçuaí, MG, 26 de abril de 2016.
Flávia Rodrigues dos Santos - Escrevente

Despesas	Emolumento	Recomp.	TFJ	Total
	94,17	5,65	33,67	133,49

Poder Judiciário - TJMG - Corregedoria Geral de Justiça
Ofício Cartório de Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas
Selo Número: ANV15884
Código: 5898.7505.6110.0251
Total de atos: 3 / Emol: 99,82 TFJ: 33,67 Total: 133,49
Consulte a validade deste Selo no site: <https://selos.tjmg.jus.br>



Averbação

ARAÇUAÍ - MINAS GERAIS

Apresentado para registro protocolado sob nº 448
e, AVERBADO NO Liv. nº 9113 do Cartório de
Registro de Pessoas Jurídicas
sob nº 410 à fls 80 em 26/04/2016
Araçuaí / MG 26/04/2016
Oficial Flávia

Flávia Rodrigues dos Santos
Escrevente Autorizada

EM BRANCO

Ao Seis dias do mês de Junho do ano de dois mil e dezesseis, às dezenove horas na cidade de coronel murta-MG, reúne-se o conselho de programação da Associação Comunitária Educativa de Radiodifusão inscrita no CNPJ-02.559.556/0001-48 e discute acerca da programação da emissora ficando estipulada seguinte programação no período matutino, entre sete e nove horas, com programação sertaneja, informações locais e prestação de serviço à comunidade, entre nove e dez horas, programação religiosa com o programa mensagem de fé e esperança, entre dez e doze horas uma programação voltada para o ouvinte com participação dos mesmos para discutir sobre assuntos da comunidade, entre doze e treze horas programação religiosa com o programa falando de vida no horário das treze e dezoito horas programação sobre saúde, bem-estar, informações de utilidade pública, educativa, esportivos e de entretenimento e sertanejo. Assim, ficou estipulada a programação veiculada da emissora até a próxima reunião do conselho nada mais havendo, fica esta ata assinada por mim secretario geral Gilvan Luiz Gonçalves Filho. *Gilvan Luiz Gonçalves Filho, José Luciano de Jesus*

João Batista de Almeida, Marlene Xavier
dos Santos Silva, Eugia Vieira Almeida,
Eltonici Barbosa Santos

JOSE LUCIANO DE JESUS
INACIO CARDOSO
REIRE CARDOSO
1635-000

4 3 2 1 0

Fale com a COPANOR
0800-0300-005

Pag: 01/01

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

MG-9.095.211 DATA DE EMISSÃO 02/10/2008

JOSE LUCIANO DE JESUS

LUZIA ROSA DE JESUS

CORONEL MURTA-MG DATA DE NASCIMENTO 11/9/1976

CAS. LV-1B FL-20

FREIRE CARDOSO-MG

027607096-80

PIC-1968 NILMA G. REIS SANTOS ASSINATURA DO DIRETOR 2.VIA

LEI Nº 7.118 DE 2008/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MINAS GERAIS

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

67-26

POLEGAR DIREITO

JOSE LUCIANO DE JESUS

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Secretaria de Receita Federal

CNPJ - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

JOSE LUCIANO DE JESUS

027607096-80

11/09/76

Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CNPJ, sendo o mesmo válido por todo o território nacional.

JOSE LUCIANO DE JESUS

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emitido em: 20/03/94



NOTA FISCAL / FATURA DE SERVIÇOS
 Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste
 de Minas Gerais S.A. - COPANOR
 Rua Joaquim Ananias Toledo, 125 - Teófilo Otoni - MG - CEP: 39.803-171
 CNPJ: 09.104.426/0001-60 - Insc. Estadual: 001.044.731.0070

AGÊNCIA
 MAIS
 PRÓXIMA

JOAO BATISTA DE ALMEIDA
 R JOSE SILVA
 FREIRE CARDOSO MG
 39635-000

37 CENTRO

Fale com a COPANOR
 0800-0300-005

Pag.: 01/01

REFERÊNCIA DA FATURA				
Número	Data de Emissão	Data de Apresentação	Mês	Grupo
003.16.00179960-1	16/02/2016	25/02/2016	02/2016	982

IDENTIFICADOR USUÁRIO
 0 022 260 920 8

MATRÍCULA
 0 011 069 805 3

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL MG-3.040.615 DATA DE EMISSÃO 04/02/2015

NOME
 JOAO BATISTA DE ALMEIDA

FILIAÇÃO
 JOSE JUQUINHA MARCAL DE ALMEIDA
 ALMERINDA MARIA DE JESUS

NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO
 CORONEL MURTA-MG 23/6/1952

SOC.ORIGEM CAS. LV-9B FL-79

CPF 861272928-20

LEITICIA ALESSI MACHADO ROGÉDO
 ASSINATURA DO DETENTOR

DTI 2172 LEIN 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MINAS GERAIS
 POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
 INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

POLEGAR DIREITO

JOAO BATISTA DE ALMEIDA
 ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

ESTE CARTÃO É UM DOCUMENTO COMPROVATÓRIO DE IDENTIFICAÇÃO E NÃO PODE SER USADO COMO DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

DATA DE EMISSÃO 02-02-90

BANCO DO BRASIL
 DEL. MURTA - MG

9.910.290-0 WILSON TANURE FILHO

MINISTÉRIO DA PATRONAL

SECRETARIA DA SECRETARIA FEDERAL

861272928-20

JOAO BATISTA DE ALMEIDA

23.06.52

JOAO BATISTA DE ALMEIDA

CEMIG

Distribuição S.A.

www.cemig.com.br/atendimento

Cemig Torpedo 29810

Fale com a Cemig 116

Cemig Distribuição S.A. CNPJ 06.981.180/0001-16 / Insc. Estadual 062.322136.0087
Av. Barbacena, 1.200 - 17º andar - Ala A1 - CEP 30190-131 - Belo Horizonte - MG

Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada pela
Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002

MARLENE FERREIRA DOS SANTOS
AV OSCAR MURTA 651 CS
CENTRO
39635-000 CORONEL MURTA, MG
CPF 971.256.286-72

Referente a

MAR/2016

Código de Débito Automático:

000006342323

Nº DO CLIENTE

7005280215

NOTA FISCAL - CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA - SÉRIE U Nº 000738005 - PTA Nº 16.000114527.70

Classe

Subclasse

Datas de Leitura

Datas da Nota Fiscal

Nº DA INSTALAÇÃO

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Receita Federal
CPF
Cadastro de Pessoas Físicas
Número de inscrição
971.256.286-72
Nome
MARLENE FERREIRA DOS SANTOS SILVA
Nascimento
17/03/1958

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITA-CHEFE DO ESTADO DE MINAS GERAIS
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO
FOTO
FOLHA DE IDENTIDADE
MARLENE F. dos S. Silva
CARTÃO DE IDENTIDADE

Cartão de identificação e infraestrutura
Dados são armazenados no sistema com um incremento de identidade
Emissão
JUN/2008
CORREIOS
www.correios.gov.br

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
REGISTRO
MG-7.947.355
NOME
MARLENE FERREIRA DOS SANTOS
SILVA
DATA DE EXPIRAÇÃO
01/07/2008
FILIAÇÃO
VITALMIRO JOSE DOS SANTOS
DEJANIRA FERREIRA DOS SANTOS
NACIONALIDADE
PEDRA AZUL-MG
DATA DE NASCIMENTO
2/3/1958
FILIAÇÃO
CAS. LV-1BAUX FL-84
CORONEL MURTA-MG
PIC-1968
NILMA FERREIRA SANTOS
AUTENTICAÇÃO DO DIRETOR
LEI Nº 116 DE 29/08/89
2.ª VIA

CEMIG

Distribuição S.A.

www.cemig.com.br/atendimento

Cemig Torpedo 29810

Fale com a Cemig 116

Cemig Distribuição S.A. CNPJ 06.981.180/0001-16 / Insc. Estadual 082.322130.0087
Av. Barbacena, 1.200 - 17º andar - Ala A1 - CEP 30190-131 - Belo Horizonte - MG

Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada pela
Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002

LUZIA VIEIRA DE ALMEIDA
RUA CARLOS PEGO 40 CS
CENTRO
39635-000 CORONEL MURTA, MG
CPF 062.030.206-21

Referente a
MAR/2016
Código de Débito Automático:
000011734811

Nº DO CLIENTE
7001939333

NOTA FISCAL - CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA - SÉRIE U Nº 001436666 - PTA Nº16.000114527.70



CEMIG

Distribuição S.A.

www.cemig.com.br/atendimento

Cemig Torpedo 29810

Fale com a Cemig 118

Cemig Distribuição S.A. CNPJ 06.981.180/0001-18 / Insc. Estadual 062.322138.0057
Av. Barbacena, 1.200 - 17º andar - Ala A1 - CEP 30190-131 - Belo Horizonte - MG

Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada pela
Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002

MARIA GENY MARTA DOS SANTOS
RUA BERNADINO CARDOSO 252 CS
CENTRO
39635-000 CORONEL MURTA, MG
CPF 008.766.976-51

Referente a
DEZ/2015
Código de Débito Automático:
000034612606

Nº DO CLIENTE
7001087514

NOTA FISCAL - CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA - SÉRIE U Nº 000451049 - PTA Nº16.000114527.70

Classe

Subclasse

Datas de Leitura

Datas da Nota Fiscal

Nº DA INSTALAÇÃO



**CREA - MG**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS
AV. ALVARO CABRAL, 1096 - FONE: (31) 3241.20.40 - FAX: (31) 3241.20.41 - CEP: 30130-000 - BELA VISTA

Nº 1-30223359

**ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - ART MATRIZ
OBRA / SERVIÇO**

UNO DO CREA - MG

CONTRATADO

Nome do Profissional Inscrição no CREA e no Conselho
SAMIR BURJEL ABURJAILE
 Inscrição no CREA
MG 36917 / D Categoria Profissional
ENGº ELETRICISTA Categoria do Serviço
ELET./TELECOM
 CPF
400213897687 Data de Nascimento
32246776 Endereço
RUA DA BAHIA, 1148 - CONJ. 1224 E 1228
- CENTRO - BELO HORIZONTE/ MG CEP
30160906
 Nome da Empresa Contratada
ENTEL - ENGENHARIA DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA
 Inscrição no CREA
010758 Inscrição no Conselho
19138080000174 Telefone
200 3224.6776
RUA DA BAHIA, 1148 - CONJ. 1224 E 1228 - CENTRO - BELO HORIZONTE/MG CEP
30160906

CONTRATANTE

Nome da Contratante
A.S.S.O.C. COM. EDUC. CORONEL MURTENSE DE RADIODIFUSÃO
 Inscrição no CREA
02559556000148 Endereço
PRAÇA DOM SERAFIM, S/Nº
CENTRO - CORONEL MURTA /MG CEP
39635000

DADOS DA OBRA OU SERVIÇO

Nome da Empreitada
ASSOC. COM. EDUC. CORONEL MURTENSE DE RADIODIFUSÃO CPF
02559556000148
PRAÇA DOM SERAFIM, S/Nº - CENTRO Inscrição no CREA
02559556000148 Inscrição no Conselho
02559556000148
CORONEL MURTA - MG Inscrição no CREA
02559556000148 Inscrição no Conselho
02559556000148
 Valor da Obra ou Serviço
571.900 Valor da Obra ou Serviço
25.000 Valor da Obra ou Serviço
4.5 Valor da Obra ou Serviço
80.000
6.500 Tipo Contrato
07 Descrição do Serviço
PROJETO TÉCNICO

ASSINATURAS**VINCULAÇÃO LEGAL**

A ART é exigida para Lei 9492/77 e, na falta de outro documento, vale para fins de efeitos legais, como contrato entre as partes.

LEMBRETE - Constitui a obra ou serviço, não necessitando de anotação da ART no CREA-MG. Cada ART encada representa um serviço técnico de profissional, do qual pode-se obter certidão mediante requisição. O serviço técnico é documento de grande valor, principalmente como documento para participação em licitações e comprovação para a previdência, para estudo de engenharia.☐ Responsabilizando-se pela veracidade das informações prestadas.**BELO HORIZONTE, 29/08/2003***Jossé com Educ. Coronel Murtense de Radiodifusão***COMPROVANTE DE PAGAMENTO**

Data do pagamento no Banco
11/11/03 Valor da taxa de ART
18,91 UNO DO CREA-MG
10

SE DE RESPONSABILIDADE DO PROFISSIONAL O SERVIÇO
 DESTA VIA AO CREA-MG (CARTA RESPOSTA NO VERSO)
 PARA FINS DE REGISTRO NO ARQUIVO TÉCNICO

VIA DO CONTRATANTE**AUTENTICAÇÃO MECÂNICA****PREENCHER SOMENTE O VALOR DA ART**DESEJA ATUALIZAR O ENDEREÇO? SIM ☐ NÃO ☒

COD 399 96942152

MGS 0043344 2706203

16,910 111011



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

Nº: 000087/2006-MG

LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO DE ESTAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

FLS: 001/001

NOME/RAZÃO SOCIAL ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA CORONEL MURTENSE DE RADIODIFUSÃO - CNPJ: 02.559.556/0001-48		Nº DA ENTIDADE 60400863469	
Nº DA ESTAÇÃO 687544866	SERVIÇO Radiodifusão Comunitária	NAT. SERV. ****	LATITUDE 16S370800
			LONGITUDE 42W105500

ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO PRAÇA DOM SERAFIM S/N	DISTRITO *****
BAIRRO CENTRO	MUNICÍPIO CORONEL MURTA
	UF MG

CIDADE DA OUTORGA : Coronel Murta/MG
NOME FANTASIA : *****
FREQUÊNCIA : 87,9 MHz
HORÁRIO FUNCIONAMENTO : 06:00 a 21:00 - Dom. a Sáb.
INDICATIVO DA ESTAÇÃO : ZYX365
ESTÚDIO
ENDEREÇO : PRAÇA DOM SERAFIM S/N CENTRO
MUNICÍPIO : Coronel Murta
TRANSMISSOR PRINCIPAL : Teclar Equipamentos Eletrônicos Ltda.
CÓDIGO : 038400XX0345
TRANSMISSOR AUXILIAR : *****
CÓDIGO : *****
ANTENA
FABRICANTE : TECLAR EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA
GANHO : 0,00 dBd
DESCRIÇÃO : PT 1/4 DE ONDA
COTA BASE DA TORRE : ***** m

Número Processo : 537100009481998

CANAL : 200
RAIO DA ÁREA DE SERVIÇO : 1,00 KM
PERP MÁXIMA : ***** W

LOCALIDADE : *****
UF : MG
MODELO : TEC 113
POTÊNCIA : 25,000 W
MODELO : *****
POTÊNCIA : ***** W

MODELO : PT 100
POLARIZAÇÃO : Vertical
ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO : 18,0 m

A EMISSORA DO RADCOM OPERARÁ SEM DIREITO A PROTEÇÃO CONTRA EVENTUAIS INTERFERÊNCIAS CAUSADAS POR ESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES E DE RADIODIFUSÃO REGULARMENTE INSTALADAS.

IMPRESSA EM 01/11/2006

OBSERVAÇÕES

02.559.556/0001-48

Licenciada Em

VÁLIDA ATÉ

01/11/2006

04/10/2016

Helle Costa
Ministro das Comunicações



ELSON NASCIMENTO ROCHA
ADVOGADO
OAB/MG 111397

D.H.



AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900/Brasília-DF



Rua Dr. Santos, 362 – Conj. 608, Centro
CEP 39400-001 Montes Claros/MG
Fones: (38) 3216-8929 e 8831-7689 ou 9137-6467 ttm 9995-8415
vivo

Av. José Ferreira Freire Murta, 176
CEP 39635-000 Coronel Murta/MG
Fones: (33) 3735-1389 e 8833-9631 e 8833-8354



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 44454/2016/SEI-MCTIC

Ao Senhor

RAPHAEL GARCIA DE SOUZA

Gerência de Fiscalização da Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel
SAUS Quadra 06 Blocos. C, E, F e H - Setor de Autarquias Sul
70070-940 - Brasília/DF

Assunto: Instauração de Processo de Renovação. Funcionamento em caráter precário até decisão definitiva do Ministério das Comunicações.

Senhor Gerente,

1. Cumprimentando-o cordialmente, informamos a instauração do Processo nº 53900.049962/2015-74, de interesse da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA CORONEL MURTENSE DE RADIODIFUSÃO**, sediada em Coronel Murta/MG, para renovação da outorga referente ao período de 04 de Outubro de 2006 a 04 de Outubro de 2016.
2. Ressaltamos que, segundo a legislação vigente, mesmo diante de outorga vencida, a Entidade poderá executar o serviço de radiodifusão comunitária, em caráter precário, até decisão final deste Ministério. Sendo assim, é desnecessário que a Entidade apresente, neste momento, qualquer documento que comprove a regularidade da execução do serviço às autoridades de fiscalização.
3. Colocamo-nos à disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária - Substituta**, em 18/11/2016, às 17:19, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site



<http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1497593** e o código CRC **AD96A5EC**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 44454/2016/SEI-MCTIC - Processo nº 53900.049962/2015-74 - Nº SEI: 1497593



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 44457/2016/SEI-MCTIC

Ao(À) Senhor(a)

REPRESENTANTE LEGAL

**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA CORONEL MURTENSE DE
RADIODIFUSÃO**

Av. Vereda, nº 95 – Bairro: Maria da Glória
39.635-000 / Coronel Murta – MG
CNPJ nº 02.559.556/0001-48

Assunto: Requerimento de Renovação. Funcionamento em caráter precário até decisão definitiva do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Processo nº 53900.049962/2015-74.

Senhor(a) Representante Legal,

1. Recebemos o pedido de renovação de outorga, referente ao período de 04 de Outubro de 2006 a 04 de Outubro de 2016, protocolizado sob o nº 53900.049962/2015-74, o qual se encontra em análise nesta Coordenação-Geral.
2. Importa esclarecer que, mesmo diante de outorga vencida, a Entidade poderá executar o serviço de radiodifusão comunitária, em caráter precário, até decisão final deste Ministério.
3. Por essa razão, não é necessário que a Entidade possua, neste momento, qualquer outro documento com vistas à comprovação de sua regularidade na execução do serviço em comento ou perante os demais órgãos de fiscalização.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária - Substituta**, em 21/11/2016, às 11:00, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1497607** e o código CRC **102A1AFB**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 44457/2016/SEI-MCTIC - Processo nº 53900.049962/2015-74 - Nº SEI: 1497607

AO REMETENTE

SCE/CGRC
Of. nº 44457 /2016/SEI-MCTIC, 21/11/2016
53900.049962/2015-74
REPRESENTANTE LEGAL
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA CORONEL
MURTENSE DE RADIODIFUSÃO
AV. VEREDA, Nº 95 – BAIRRO: MARIA DA GLÓRIA
39.635-000 CORONEL MURTA – MG

AO REMETENTE





Por: Nelson A.D. Fonseca

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS

☒ Mudou-se ☐ Faltou

☐ Desconhecido ☐ Ausente

☐ Recusado ☐ Não Procurado

☐ Endereço insuficiente

☐ Não existe ? n.º indicado

☐ Informação escrita pelo porteiro ou síndico

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

EM 25/11/16

EM 25/11/16

Responsável

Correios

AVISO DE RECEBIMENTO

AR

JR 84548753 1 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT: 29/11/16

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT: AGENCIA MINICOM

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

Endereço para devolução / Adresse pour le retour

Serviço Público Federal
Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Órgão de Serviço de Comunicação Eletrônica
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo B Sala 306-O
70044-900 - Brasília - DF

CIDADE / LOCALITE

UF

BRASIL
BRÉSIL

Serviço Público Federal
Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Órgão de Serviço de Comunicação Eletrônica
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo B Sala 306-O
70044-900 - Brasília - DF



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 47406/2016/SEI-MCTIC

Ao(À) Senhor(a)

Aline Catarine Alves Correa

Representante Legal da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA CORONEL
MURTENSE DE RADIODIFUSÃO

Rua Bernadino Cardoso, nº 304 - Centro

30635-000 - Coronel Murta/MG

Assunto: **Encaminhamento de ofício devolvido pelos Correios.**

Referência: **Processo nº 53900.049962/2015-74.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Cumprimentando-o(a) cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar o Ofício nº 44457/2016/SEI-MCTIC, devolvido pelos correios pelo seguinte motivo: (...) mudou-se.

2. Dessa forma, solicitamos que a entidade atualize junto a este Ministério o seu endereço de correspondência.

3. Informamos ainda que já está disponível o CADSEI, sistema desenvolvido pelo MiniCom que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações: <http://www.comunicacoes.gov.br/sei/cadsei> ou duvidasradcom@mctic.gov.br.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio**,
Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária, em 19/12/2016, às
15:33, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº
34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
<http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador



1548848 e o código CRC **0C04999B**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício
nº 47406/2016/SEI-MCTIC - Processo nº 53900.049962/2015-74 - Nº SEI: 1548848

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

SCE/CGRC

NOME OU RAZÃO SOCIAL

Of. nº 47406 /2016/SEI-MCTIC, 19/12/2016

53900.049962/2015-74

ENDEREÇO / ADDRESS

ALINE CATARINE ALVES CORREA

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA CORONEL

MURTENSE DE RADIODIFUSÃO

CEP / CODE POSTAL

RUA BERNADINO CARDOSO, Nº 304 - CENTRO

30635-000

CORONEL MURTA/MG

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE☐ EMS☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

Aline Catarina A. Correa

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRATION

09/01/17

CARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDORRUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /
SIGNATURE DE L'AGENT

An 84130393

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

Rastreio de Objetos Of. Nº 47406/2016 (1626677)

SEI 53900.049962/2015-74 / pg. 0



AVISO DE
RECEBIMENTO

AR

AVIS CN07

JR 75042838 8 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

27 DEZ 2018

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

AGÊNCIA MINICOM

: h

: h

: h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

Serviço Público Federal
Ministério das Comunicações

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

Secretaria de Serviços de Transmissão Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Transmissão Eletrônica
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo B sala 306-D
70044-900 - Brasília - DF

CIDADE / LOCALITE

UF

BRASIL
BRÉSIL

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR

Remuneração dos Servidores

Você está aqui: [Página Principal](#)[Pessoal](#)[Remuneração dos Servidores](#)
ALINE CATARINE ALVES CORREAAline Catarine Alves Correa

Ano

2017

Mês

Janeiro

Consulta

Nome do Servidor

Nome *

ALINE CATARINE AL'

Pesquisar

Download Planilha Completa

Consulta - Nome do Servidor: ALINE CATARINE ALVES CORREA

Cargo em Comissão:

Nome do Servidor: Aline Catarine Alves Correa

Período: Janeiro/2017

Dados atualizados em: 07/03/2017

Valores em R\$

Situação Funcional - (Janeiro/2017)			
Nome	ALINE CATARINE ALVES CORREA	Identidade Funcional	13997283
Data de Nomeação/Contratação	-	Data de Desligamento	-
Número Admissão	-	Carga Horária	2

Situação Funcional - (Janeiro/2017)			
Código Situação do Servidor	0	Descrição Situação do Servidor	ATIVO
Regime Jurídico Descrição		Vínculo Descrição	
Código Cargo Efetivo	0	Descrição Cargo Efetivo	PROFESSOR DE EDUCACAO BASICA
Código Gratificação Cargo Efetivo	-	Descrição Gratificação Cargo Efetivo	
Código Cargo Comissão	-	Descrição Cargo Comissão	
Código Gratificação Temporária	-	Descrição Gratificação Temporária	
Código Função Gratificada	-	Descrição Função Gratificada	
Código Instituição Lotação	-	Descrição Instituição Lotação	
Código Instituição Exercício	0	Descrição Instituição Exercício	SECRETARIA DE EDUCACAO
Descrição Unid. Admin. de Exercício	EE CEL MARIANO MURTA	Apostila (Sim/Não)	NÃO
Quinquênio	0	Adicional de Desempenho	0
Código Afastamento Licença		Descrição Afastamento Licença	
Decisão Judicial para não Publicar Remuneração	-		



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

PARECER Nº 267 / 2016 / SEI-MC

PROCESSO Nº 53000.029014/2009-18

INTERESSADO: Aecc - Ambiental Associação Educacional, Cultural E Comunitária de Radiodifusão e do Meio Ambiente da Cidade de Chapadinha.

Assunto: Consulta formulada incidentalmente nos autos de processo onde tramita pedido de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária no Município de Chapadinha, Estado do Maranhão.

Senhora Consultora Jurídica,

I. RELATÓRIO.

01. Cuida o processo do Aviso de Habilitação n.º 28 – 001/2009, publicado no Diário Oficial da União aos 12 de maio de 2009, objetivando o deferimento de autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária no Município de Chapadinha, no Estado do Maranhão.

02. Após detido exame dos autos, restou verificada a necessidade de complementação do feito, o que ensejou a edição da NOTA Nº 422 / 2015 / CONJUR/CGAJ, da lavra do próprio subscritor da presente manifestação, apontando a necessidade de juntada de diversos documentos e da apresentação de informações por parte da requerente, com vistas ao aperfeiçoamento da instrução processual respectiva.

03. No item n. 07 da NOTA Nº 422 / 2015 / CONJUR/CGAJ, restou assinalada a necessidade de apresentação de informações pessoais referentes ao diretor administrativo da entidade, em decorrência da peculiaridade de se tratar de servidor público, senão vejamos.

"Item 07. Verifico que o novo Diretor Administrativo eleito para a entidade, Sr. Afonso de Ligório e Silva é funcionário público, não tendo sido informado nestes autos a natureza e a carga horária de seu cargo/função, impossibilitando a verificação do atendimento da prescrição legal encartada no artigo 117, XVIII da Lei n. 8.112/91, no caso de se cuidar de servidor público federal, que exige a comprovação de compatibilidade das funções que pretende acumular, bem como da compatibilidade de horários entre elas. Na hipótese de não se tratar de servidor público federal, mister asseverar que deverá ser feito o cotejo do cargo/função exercido pelo dirigente eleito com as restrições encartadas na legislação aplicável à espécie."

04. A partir das razões aventadas na referida "Nota", formuladas por esta Consultoria Jurídica, órgão da Advocacia Geral da União em atuação perante o Ministério das Comunicações, com o escopo único de promover o aprimoramento da instrução processual correlata, a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica entendeu por bem formular a presente consulta, apresentada incidentalmente a estes autos, questionando acerca da possibilidade de servidor público federal, estadual ou municipal estarem aptos a exercerem a função de dirigente de entidade autorizada a executar serviço de radiodifusão comunitária, concomitantemente ao exercício do cargo/função de servidor exercido.

II. ANÁLISE.

05. No caso concreto, verifico que a interpretação dada pela Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica à recomendação exarada por esta Consultoria Jurídica para que o diretor administrativo da entidade prestasse os esclarecimentos referidos, teve como resultado a equivocada conclusão de que este órgão de execução da Advocacia Geral da União estivesse afirmando, ou ao menos cogitando, a possibilidade de que o referido dirigente pudesse desempenhar a função de representante legal de entidade enquanto se encontrasse vinculado ao ente federativo respectivo, por meio do cargo/função pública que exerça.

06. Em verdade, a proibição da representação legal de entidade autorizada a executar o serviço de radiodifusão comunitária, por servidor público de qualquer esfera federativa, decorre da proibição legal encartada no artigo 11 da Lei n. 9.612/98, que expressamente veda a existência de vínculo da entidade autorizada à outra pessoa jurídica distinta, por meio de influência indevida, verificada a partir de compromissos de diversas naturezas. Registro que essa Consultoria Jurídica já se manifestou em dezenas de pareceres anteriores sobre o sentido, alcance e as formas de vinculação e influência indevidas previstas no artigo 11 da norma em questão, se encontrando todos elas de livre acesso aos órgãos do Ministério das Comunicações, razão pela qual me dispenso de repeti-las na presente sede. Uma vez que o servidor público possui inequívoco vínculo de subordinação legal e irrecusável à Pessoa Jurídica de Direito Público que o investira no referido cargo, sua presença como representante legal de entidade autorizada a execução do serviço de radiodifusão comunitária, configuraria inequívoca hipótese de influência

indevida, verificada a partir das próprias limitações legais, funcionais e morais decorrentes do desempenho do cargo público ocupado.

07. Ademais, o exercício de cargo público apresenta irrecusável vinculação do servidor investido na respectiva função, decorrente da irrenunciável relação de subordinação em que se encontra perante o Ente Federado respectivo, revestida de idoneidade suficiente a influenciar e até mesmo a condicionar a forma com que se comporta fora do cargo respectivo, em relação ao Ente ao qual se encontra vinculado, retirando sua independência para atuar livremente, em nome dos interesses da comunidade a ser beneficiada com o serviço de radiodifusão respectivo.

08. Cenário preocupante se verificaria sempre que o interesse da comunidade beneficiada com o serviço de radiodifusão prestado por entidade cujo representante legal fosse servidor público, se colocasse em disputa direta com interesses do Ente Federado responsável pela investidura de seu cargo, ou em hipótese na qual o Ente Federado tentasse obter junto ao seu servidor público, muitas vezes por meio de pressão, constrangimento ou oferecimento de vantagens indevidas, espaço na programação da rádio comunitária por ele dirigida, para veiculação indevida de políticas públicas e outros fins do próprio Ente ao qual se encontra vinculado funcionalmente o representante legal da entidade.

09. Idêntica e não menos grave preocupação adviria de cenário oposto, quando o próprio representante legal da entidade que fosse servidor público pretendesse se valer de sua posição para obtenção de vantagens funcionais indevidas, oferecendo espaços na programação da rádio comunitária por ele dirigida para utilização em favor do Ente ao qual se encontra vinculado. Como se observa, em ambas as hipóteses, a atuação do servidor público que atuasse como representante legal da entidade não se revestiria da independência necessária para o livre desempenho do serviço de radiodifusão referido, cuja beneficiária última deverá sempre ser a comunidade local, configurando inequívoca hipótese de influência indevida da entidade autorizada a execução do serviço por outra distinta, a saber, a Pessoa Política a qual se encontra vinculado o respectivo servidor, vulnerando os preceitos encartados no artigo 11 da Lei n. 9.612/98.

10. E ainda que o servidor público atuasse como representante legal da entidade prestadora do serviço de radiodifusão comunitária, em favor do Ente ao qual se encontra vinculado, de forma livre e independente, sem qualquer desvio de finalidade, em decorrência de sua identificação pessoal para com as políticas públicas e a atuação da Pessoa Jurídica a qual se encontra vinculado, estar-se-ia novamente diante da vedação contida no artigo 11 da Lei n. 9.612/98, pois restaria configurada a influência indevida de pessoa jurídica diversa daquela que efetivamente recebera a outorga, em decorrência do especial vínculo existente entre o servidor público representante legal da entidade e o Ente Federado perante o qual se encontra vinculado, mormente quando se verifica a presença de subordinação, visto que a influência sofrida pela servidor em decorrência de seu vínculo funcional, seria repassada, indevidamente, para a entidade autorizada a prestar o serviço de radiodifusão e por ele próprio administrada.

11. No âmbito federal, a resposta à consulta ora formulada se mostra resolvida pelo próprio Ministério das Comunicações, como se verifica do artigo 57 da Portaria n. 4334/2015/SEI-MC, senão vejamos.

Art. 57. É vedada a atuação de servidor público federal como procurador ou intermediário junto ao Ministério das Comunicações.

12. Como se depreende do texto supra transcrito, o artigo 57 da referida Portaria, não fez qualquer distinção quanto ao momento em que se configuraria a proibição da atuação de servidor público como procurador ou intermediário de entidades junto ao Ministério das Comunicações, resultando na interpretação de que o comando normativo proibitivo se destina tanto à atuação perante entidades pretendentes à execução do serviço como àquelas já detentoras de outorga junto ao Ministério das Comunicações. Afinal, onde a norma não distinguiu, não cabe ao intérprete fazê-lo.

13. Por sua vez, o artigo 56 da mesma Portaria n. 4334/2015/SEI-MC, corroborando a constante preocupação com a presença de "procuradores de fachada", que em verdade consistiriam em verdadeiros "representantes de fato" das entidades pretendentes à autorização do serviço, ou daquelas já detentoras de outorga, prescreveu que:

Art 56. É vedada a procuração que outorgue poderes de gerência ou administração.

14. Como se depreende do preceito normativo em referência, ainda que não se considerasse aplicável a vedação encartada no artigo 57 ao servidor público que porventura atuasse como procurador ou intermediário de entidades já detentoras de outorga, o que se admite apenas a título argumentativo, ao mesmo servidor público não seria possível a outorga de procuração com poderes de gerência ou administração, é dizer, ao mesmo seria vedada a possibilidade de atuar como "procurador de fachada" ou "administrador de fato" da entidade, reforçando a tese de impossibilidade do servidor público federal atuar como representante legal da entidade.

15. E lembre-se que as referidas considerações servem apenas para reforçar o entendimento já aventado, de que não se mostra possível ao servidor público de qualquer esfera de nossa Federação, a possibilidade de atuar como representante legal de entidades em decorrência da violação aos preceitos contidos no art. 11 da Lei n. 9.612/98.

16. No que tange ao pedido encartado no item n. 07 da NOTA Nº 422 / 2015 / CONJUR/CGA, registro que o mesmo teve por desiderato o aperfeiçoamento da instrução dos presentes autos, assim como o constante aprimoramento da instrução de hipóteses análogas que chegarão, seguramente, ao âmbito atributivo deste Ministério das Comunicações, e por consequência, desta própria Consultoria Jurídica.

17. A recomendação para que fossem prestados esclarecimentos da entidade quanto ao cargo público ocupado pelo Sr. Afonso de Ligório e Silva, não especificado nos autos, e de sua potencial compatibilidade para com o desempenho da função de representante legal de entidade prestadora de serviço de radiodifusão comunitária, decorre do fato da potencial existência de vedação normativa específica para a referida cumulação, eventualmente decorrente da legislação regulamentadora do cargo prestado pelo referido.

18. Uma vez respondida a indagação recomendada por esta Consultoria Jurídica, e, existindo incompatibilidade específica na norma de regência da função pública desempenhada pelo Sr. Afonso de Ligório e Silva, a questão se resolveria por si mesma, revestindo o ato de indeferimento de seu pedido para ocupar qualquer posição de direção na entidade de ainda maior legitimação, porquanto arrimado em vedações normativas plúrimas, oriundas de fontes de produção diversas.

19. Ademais, o conhecimento da referida vedação específica normativa eventualmente existente, habilitaria o Ministério das Comunicações, e também esta Consultoria Jurídica, a aprimorar a instrução de processos administrativos idênticos, permitindo o alcance a fundamentos jurídicos novos e diversos daqueles já adotados atualmente, aperfeiçoando a análise de processos futuros.

20. E não apenas isso.

21. A recomendação exarada por esta Consultoria Jurídica se fundamenta ainda no caráter pedagógico da medida, porquanto possibilita à entidade que tome ciência da preocupação apontada pelo Ministério das Comunicações na incompatibilidade das referidas atividades, servindo de mecanismo de constrangimento com idoneidade suficiente a possibilitar a voluntária alteração do membro da entidade que pretendia ocupar o cargo de direção respectivo.

22. Como exemplo, trago a preocupação esposada com a incompatibilidade de horários apontada no item n. 07 da NOTA Nº 422 / 2015 / CONJUR/CGA, visto que a autorização Estatal para a execução do serviço de radiodifusão comunitária é precedida de processo seletivo sério e complexo, levada a efeito com o escopo de garantir à comunidade a ser beneficiada com o serviço, que usufrua de serviço adequado e em plena consonância com os regramentos legais aplicáveis a espécie, não se mostrando aceitável que se pretenda tratar a administração desta relevante atividade delegada pela União Federal, de inequívoco e relevante interesse social, como um "hobbie" a ser desempenhado no tempo livre do respectivo servidor, em algum momento escolhido ao seu livre talante, após ter trabalhado 08 (oito) horas diárias legalmente impostas, como se cuidasse de mero lazer de natureza privada. Em casos tais, a própria incompatibilidade de horários serviria de adicional fundamento jurídico para o indeferimento do pedido, pois o servidor que trabalhasse as referidas horas diárias não teria como desempenhar, via de regra, a representação legal do relevante serviço de radiodifusão comunitária delegado pelo Estado em nome do interesse público.

III. CONCLUSÃO.

23. À luz do exposto, tenho que a representação legal de entidades pretendentes à execução de serviço de radiodifusão comunitária ou daquelas já detentoras de outorga não podem ser ocupadas por servidores públicos de quaisquer esferas de nossa Federação, em decorrência da vedação normativa encartada no artigo 11 da Lei n. 9.612/98. Além disso, aponto que, no âmbito federal, o próprio Ministério das Comunicações, expressamente, veda a participação de servidores públicos federais na função de representante legais das referidas entidades, como se depreende do artigo 57 da Portaria n. 4334/2015/SEI-MC, ressaltando ainda a possibilidade de que leis estaduais e municipais regulamentadoras dos diversos cargos públicos distribuídos em nosso Estado Federal também tragam vedações específicas para a hipótese ora analisada, razão pela qual seu conhecimento, por parte do Ministério das Comunicações e desta Consultoria Jurídica, se mostra de relevante interesse ao constante aprimoramento da instrução processual e da análise dos processos administrativos em trâmite perante esta Pasta.

Com essas considerações, submeto o feito à consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Picanço Facci, Advogado da União**, em 13/04/2016, às 15:42, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **1073387** e o código CRC **E4638346**.

Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviço de Radiodifusão
Departamento de Outorga de Serviço de Radiodifusão
ROTEIRO DE ANÁLISE LEGAL DE RADCOM

Identificação do Processo

Número: 53900.049962/2015 Localidade / UF: CORONEL MURTA/MG
Entidade: ASSOCIACAO COM.EDUCATIVA CORONEL MURTENSE DE RADIODIFUSAO
Aviso: 1 Publicação: 05/11/1998 Prazo: 45 Canal: 200

Processo

1. A Entidade é uma: Associação

2. Quadro Diretivo da Associação ou Fundação

Nome	CPF	Cargo	Mandato	Telefone
WILLIAN FREIRE DE SOUZA	090.244.586-33	2º Secretário	14/07/2014 14/07/2017	
ALINE CATARINE ALVES CORREA	083.629.266-94	Presidente	14/07/2014 14/07/2017	
KINDERE PEREIRA SEBASTIÃO	069.380.896-98	Vice-Presidente	14/07/2014 14/07/2017	
GILVAN LUIZ GONÇALVES FILHO	100.121.016-64	Secretário	14/07/2014 14/07/2017	
FERNANDO LUIZ DOS SANTOS	043.076.696-30	Tesoureiro	14/07/2014 14/07/2017	

3. Conclusão Geral (Parecer Legal)

Processo nº 53900.049962/2015
Localidade: CORONEL MURTA ? MG
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA CORONEL MURTENSE DE RADIODIFUSÃO

Documentos exigidos para a renovação:

- 1) Requerimento de renovação: AUSENTE
 - 1.1) Data de postagem / Protocolo no SEI: 11/08/2015 = fl. 41 (1294408)
 - 1.2) Tempestividade: (X) Sim () Não.
- 2) Estatuto Social: fl. 9/18 (1294408)
 - 2.1) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: art. 1º
 - 2.2) Garantia de ingresso gratuito, como associado: AUSENTE
 - 2.3) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: AUSENTE
 - 2.4) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: art. 6º,a;
 - 2.5) Órgão administrativo e cargos: art. 15
 - 2.6) Atribuições do Órgão administrativo: art. 17 a 20
 - 2.7) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução: art. 15 ? mandato de 3 anos sem limitação de reeleição
 - 2.8) Conselho Comunitário e modo de funcionamento: AUSENTE
- 3) Ata de Eleição da Diretoria: fls. 20/21 (1294408)

Presidente: ALINE CATARINE ALVES CORREA = 083.629.266-94 = 16/09/1990
Vice-Presidente: KINDERE PEREIRA SEBASTIÃO = 069.380.896-98 = 04/07/1980
Secretário Executivo(a): GILVAN LUIZ GONÇALVES FILHO = 100.121.016-64 = 19/12/1988
Vice Secretário: WILIAN FREIRE DE SOUSA = 090.244.586-33 = 06/02/1989
Tesoureiro(a): FERNANDO LUIZ DOS SANTOS = 043.076.696-30 = 25/06/1979
- 4) Comprovantes de maioria e nacionalidade: 22/27 (1294408)
- 5) CNPJ: fl. 6 (1294408)
- 6) Certidão Negativa da Anatel: fl. 5 (1294408)

7) Declaração de conformidade: fl.4 (1294408)

8) Relatório do Conselho Comunitário sobre a programação da emissora: 28/30; 33 (1294408)

*****PENDÊNCIAS:**

Não apresentou Requerimento de Renovação de Outorga, Anexo 5, Port. 4334/2015.

Estatuto: não constam garantia de ingresso gratuito, como associado, direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas e Conselho Comunitário e seu modo de funcionamento.

Secretário Executivo(a): sendo integrante da Diretoria, não pode ser nomeado pelo presidente, deve ser eleito em assembleia geral.

Ata de eleição: consta eleição de Secretário executivo, embora do estatuto social conste que será nomeado pelo presidente, e consta ?vice-secretário?. Ata vencerá em 14/07/2017.

ALINE CATARINE ALVES CORREA é servidora da Secretaria Estadual de Educação, vício sanável, deve ser substituída.

*****CONCLUSÕES:**

Será elabora Nota Técnica para solução das pendências indicadas.

Alice Lorena de Barros Santos

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

NOTA TÉCNICA Nº 4879/2017/SEI-MCTIC

Processo nº: **53900.049962/2015-74.**

Assunto: **Constatação de pendências.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. A **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA CORONEL MURTENSE DE RÁDIOFUSÃO**, executante do serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Coronel Murta**, estado de **Minas Gerais**, apresentou requerimento de renovação da autorização/resposta à exigência, por meio do (1294408)/em atendimento à Nota Técnica nº 21786/2015/SEI-MC (0737571).

ANÁLISE

2. Após análise do Processo, observou-se a existência de pendências, conforme descrição a seguir:

O não atendimento, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, de qualquer das solicitações listadas abaixo, caracteriza hipótese de indeferimento .			
	Dispositivo	Descrição	Análise
	Art. 131, inciso I	Requerimento de Renovação	A entidade deverá encaminhar Requerimento de renovação de outorga, de acordo com Anexo nº 5 da Portaria 4334/2015.
			Da análise do estatuto social, constatou-se a inobservância ao art. 40 da Portaria, conforme segue especificado: a. O art. 5º do estatuto está em desacordo com o art. 40, II e III da Portaria, uma vez que estabelece o ingresso gratuito do associado. Reitera-se que a admissão do novo associado (pessoa física ou jurídica) não pode estar condicionada à aprovação pela Diretoria ou mesmo à indicação por outros associados. Além disso, não está previsto o direito de voz e voto nas instâncias deliberativas, a todo e qualquer associado, em desacordo com o mesmo

Portaria nº 4334, publicada no DOU de 21/9/2015.	Art. 131, inciso II, c/c art. 40	Estatuto social adequado à Portaria nº 4334, de 2015.	<p>dispositivo.</p> <p>b. O art. 15do estatuto, está em desarcodo com o art. 40, V,b, da portaria 4334/2015, pois deve expressamente limitar a reeleição dos dirigentes por, no máximo, uma vez.</p> <p>c. O estatuto social não especifica a composição e o modo de funcionamento do Conselho Comunitário, conforme art. 40, V da Portaria.</p> <p>Em razão disso, é necessário que o estatuto social seja alterado para se adequar ao que determina a Portaria.</p> <p>Observação 1: a Entidade poderá requerer do interessado o preenchimento de formulário próprio, para fins de registro cadastral, desde que isso não constitua restrição ao ingresso do associado.</p> <p>Observação 2: as alterações estatutárias deverão ser averbadas no registro inicial do Estatuto, no Cartório Civil de Pessoas Jurídicas.</p>
	Art. 131, inciso III	Ata de eleição.	<p>A Ata de eleição deverá corresponder à Diretoria em exercício. Consta a eleição de presidente, vice-presidente, secretário executivos, "vice-secretário" e tesoureiro, o que não corresponde aos cargos constantes do estatuto social.</p> <p>Visto que o mandato da diretoria encerrar-se-á em 14/07/2017, é necessário que a Associação encaminhe a nova Ata de eleição tão logo seja registrada.</p> <p>Observação: o registro deve ser efetuado no Cartório de Pessoas Jurídicas.</p>
			O Conselho Comunitário não é

		<p>composto por representantes de entidades legalmente constituídas, conforme previsão do art. 114 da Portaria. É preciso informar o CNPJ de cada entidade representada.</p> <p>Além disso, o relatório encaminhado não obedece ao disposto no art. 116 da Portaria.</p> <p>Assim, para prosseguimento do Processo, a Entidade deve regularizar o Conselho Comunitário e encaminhar novo relatório sobre a grade de programação - assinado por todos os conselheiros - e no qual estejam relacionadas as entidades representadas por cada um deles.</p> <p>Observação 1: poderão indicar representantes para compor o Conselho Comunitário, dentre outras, as entidades de classe, beneméritas, religiosas, de moradores, associações rurais, sindicatos etc.</p> <p>Observação 2: <u>os dirigentes da entidade interessada bem como representantes da Administração Pública ou de Conselhos Profissionais (OAB, CRM, CRA, etc.) não podem ser membros do Conselho Comunitário e, portanto, não podem assinar o relatório.</u></p> <p>Observação 3: <u>o relatório do Conselho Comunitário deverá contar com a assinatura de todos os seus conselheiros, em número mínimo de 5 (cinco), com a indicação das respectivas entidades representadas pelos membros.</u></p>
Art. 131, inciso V	Último relatório do Conselho Comunitário.	
		<p>A partir da análise do processo foram feitas pesquisas que levaram aos seguintes fatos:</p> <p>1 - No art. 15, §4º do</p>

<p>Portaria nº 4334, de 2015</p>	<p>Art. 1º, parágrafo único c/c art. 7º, inciso II</p>	<p>Caráter Comunitário.</p>	<p>estatuto, há previsão de "secrearia executiva", diretamente subordinada à presidência, sendo o secretário executivo escolhido pela diretoria. Tal instrumento fere o caráter comunitário da associação, pois todos os integrantes da diretoria devem ser eleitos em assembleia geral.</p> <p>2 - ALINE CATARINE ALVES CORREA é servidora da Secretaria Estadual de Educação, vício sanável, deve ser substituída, em atenção ao Parecer CONJUR nº 267/2016/SEI-MC, de 13/04/2016 (1719858), que trata da vedação de servidor público, de qualquer esfera administrativa, integrar o quadro Diretivo de Associação e/ou Fundação que execute o Serviço de Radiodifusão Comunitária</p> <p>O(s) elemento(s) acima apontado(s) pode(m) configurar, ao menos em tese, violação do caráter comunitário, condição imprescindível para que uma entidade possa obter ou manter a autorização para prestar o serviço de Radiodifusão Comunitária. Em virtude disso, é preciso que a Entidade preste os devidos esclarecimentos.</p>
----------------------------------	--	-----------------------------	--

3. Quanto à eleição da diretoria, cabe ressaltar o seguinte:

3.1 É de suma importância que a Entidade verifique a situação de cada dirigente eleito, notadamente quanto às hipóteses de vínculos vedados (art. 25, § 2º da Portaria nº 4334, de 2015). A existência ou manutenção desses vínculos gera infração ao art. 11 da Lei nº 9.612, de 1998 e consequente aplicação de penalidade. Além disso, após o dia 21/09/2016 (prazo definido no art. 137,

parágrafo único da Portaria), **a vinculação é tida como vício de caráter insanável.** Ou seja, **verificado o vínculo, o pedido de renovação será indeferido.**

3.2. Outro aspecto que deve ser esclarecido: a **análise de vínculo é feita de forma objetiva.** Em outras palavras, basta que se verifique que o(s) membro(s) da Diretoria exerça(m) mandato eletivo, faça(m) parte de órgão partidário, exerça(m) cargo de Secretário Municipal ou dignidade eclesiástica, sejam majoritariamente parentes entre si, por exemplo, que já estará caracterizado o vínculo, independentemente de se afirmar que o membro com vínculo nunca se utilizou da emissora ou da própria Entidade para interesse familiar, ou fazer proselitismo político-partidário e/ou religioso.

3.3. Assim, para evitar a aplicação de penalidades e até a perda da outorga do serviço, a Entidade deve estar atenta e, ao realizar eleições da Diretoria, verificar que seus futuros dirigentes não tenha vínculo e nem os constitua durante todo o período do mandato.

3.4. Por fim, havendo a eleição de novos dirigentes, devem ser encaminhados:

I. Prova de que seus diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e maiores de dezoito anos ou emancipados (cópia do RG ou Certidão de Casamento). Ressalta-se que não serão aceitos, a título de comprovação deste item, a carteira nacional de habilitação (CNH) e a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF); e

II. CPF de todos os dirigentes.

CONCLUSÃO

4. Com base nessas informações, **intima-se** a Entidade para que se manifeste apresentando os documentos e/ou esclarecimentos entendidos como pertinentes.

5. A Entidade deverá apresentar resposta no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento desta Nota Técnica. Transcorrido esse prazo sem que haja manifestação por parte da interessada, ou caso as respostas não atendam a todos os itens levantados, o pleito de renovação de outorga será indeferido.

6. Em caso de dúvida sobre como cumprir a solicitação feita por esta Nota Técnica, será possível obter os esclarecimentos pelo e-mail: duvidasradcom@mctic.gov.br.

7. Por fim, ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado neste Ministério.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Alice Lorena de Barros Santos, Técnico de Nível Superior**, em 08/03/2017, às 11:25, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 21/03/2017, às 16:33, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1719385** e o código CRC **D3DD5ED8**.

Minutas e Anexos

Servidor Público Estadual 1719377

Referência: Processo nº 53900.049962/2015-74

SEI nº 1719385



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 9182/2017/SEI-MCTIC

Ao(À) Senhor(a)

ALINE CATARINE ALVES CORREA

Representante Legal da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA CORONEL MURTENSE DE RADIODIFUSÃO

Rua Bernadino Cardoso, nº 304 - Centro
30635-000 - CORONEL MURTA - MG

CNPJ nº 02.559.556/0001-48

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53900.049962/2015-74.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Cumprimentando-o(a) cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 4879/2017/SEI-MCTIC**, desta Secretaria, que trata de pendências encontradas nos autos.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste ofício, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena da **extinção da outorga**. Solicitamos ainda que a entidade mantenha atualizado junto a este Ministério o seu endereço de correspondência.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio**, **Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 21/03/2017, às 16:33, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1719885** e o código CRC **C86BA2BD**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício
nº 9182/2017/SEI-MCTIC - Processo nº 53900.049962/2015-74 - Nº SEI: 1719885

SERAD/CGRC

Ofício nº 9182 /2017/SEI-MCTIC, 21/03/2017

53900.049962/2015-74

ALINE CATARINE ALVES CORREA

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA CORONEL MURTENSE
DE RADIODIFUSÃORUA BERNADINO CARDOSO, Nº 304 - CENTRO
CORONEL MURTA - MG
30635-000

NOME OU RAZÃO SOCIAL

ENDEREÇO / ADDRESS

CEP / CODE POSTAL

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐

PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐

EMS

☐

SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

Aline Catrine Alves Correa

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRAISON

30/03/17

CARIMBO DE ENTREGA
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDORRUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /
SIGNATURE DE L'AGENT

84130793

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO





AVISO DE
RECEBIMENTO

AR

JR 69427860 5 BR

AVISO CN07

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

27 MAR 2017

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

AGÊNCIA MINICOM
BRASILIA - BSB

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

:

h

:

h

:

h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

Ministério da Comunicação

Secretaria

Departamento

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE POUR LA DEVOLUTION

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo B Sala 300-Q

70044-900 - Brasília - DF

CIDADE / LOCALITÉ

UF

BRASIL
BRÉSIL

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR

SOLICITAÇÃO PARA PRORROGAÇÃO DE PRAZO

Ao Senhor Diretor de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica,

Assunto: Renovação de Outorga

Processo nº:53900.049962/2015-74

Local: Coronel Murta -MG

Em atenção ao processo acima indicado relativo a renovação de outorga do Serviço de Radiodifusão Comunitária, em nome da Associação Comunitária Educativa Coronel Murtense de Radiodifusão , solicito prorrogação de prazo ,pois em razão de ter tido dificuldade em reunir os associados para assembleia de alteração do estatuto e o registro do mesmo se faz em cidade vizinha não será possível cumprir as exigências dentro do prazo estabelecido.

Coronel Murta 26 de abril de 2017.



Adilson Soares de Souza
CPF:744.523.396-20
Procurador

Nome do representante da entidade: José Luciano de Jesus
CPF. 027.607.096-80
Cargo :Presidente

Endereço para correspondência: Praça Dom Serafim S/N,centro de Coronel Murta ,MG

Telefone para contato: 0XX-38_-32152294;

Correio eletrônico (e-mail): adilson@asrengenharia.com.br

PROCURAÇÃO BASTANTE QUE FAZ A : ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA
EDUCATIVA CORONEL MURTENSE DE RADIODIFUSÃO A
FAVOR DE ADILSON SOARES DE SOUZA NA FORMA QUE SEGUE :

Pelo particular instrumento de procuração, virem que aos 24 dias do mês de abril de 2017 compareceu como outorgante: Associação Comunitária Educativa Coronel Murtense de Radiodifusão , pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ 02.559.556/0001-48 ,com sede e foro na Praça Dom Serafim S/N,centro de Coronel Murta ,MG neste ato representada por seu presidente José Luciano de Jesus ,brasileiro, casado, autônomo ,portadora do RG MG 9.095.211 SSP/MG e CPF 027.607.096-80 residente e domiciliado a Rua Inácio Cardoso 04,bairro , Freire Cardoso,Coronel Murta,MG, nomeia e constitui seu bastante procurador ADILSON SOARES DE SOUZA brasileiro,casado, Técnico em Telecomunicações, registrado no CREA-DF sob o numero 9631/TD, portador da CI/RG M.5.773.960 SSP/MG e do CPF 744.523.396-20 residente e domiciliado a Rua Onze N° 47 Bairro Jose Correa Machado –Montes Claros /MG,como mandatário,a quem outorga amplos poderes para praticar todos os atos referente a esta Associação junto a Anatel e ao Ministério das comunicações podendo para tanto prestar declarações e informações ,juntar e retirar documentos, assinar termos ,formulários, requerimentos ,projetos,praticar em fim todos os atos indispensáveis ao fiel desempenho deste mandato.

Coronel Murta 24 de abril de 2017

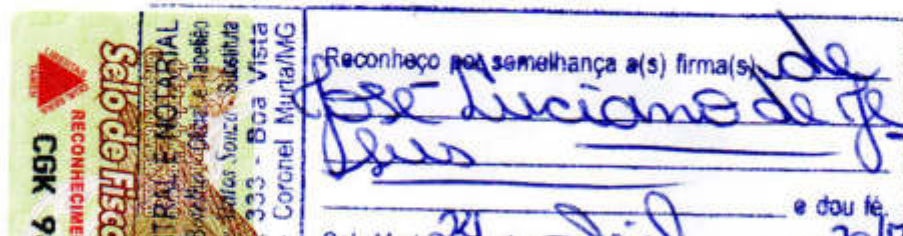


José Luciano de Jesus

José Luciano de Jesus

CPF. 027.607.096-80

Presidente





SERVIÇO REGISTRO
Rua Patrimônio
CEP 39635-000

Em Teste de verdade.
C. Trabalho
Emol. R\$ 490 T.F.J. R\$ 249 Total R\$ 629



República Federativa do Brasil
Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia
Carteira de Identidade Profissional

Registro Nacional

070855169-6

Nome

ADELSON SOARES DE SOUZA

Filiação

URANIA SOARES DE SOUZA

C.P.F.

744.523.396-20

Documento de Identidade

MG-5773960 SSP-MG

Tipo Sang.

Nascimento

24/10/1970

Naturalidade

MONTES CLAROS

UF

MG

Nacionalidade

BRASILEIRA

Crea de Registro

CREA-DF

Emissão

26/10/2011

Data de Registro

07/06/2010

Ass. Presidente

[Assinatura]

Registro no Crea

DF-9631/TD



Título Profissional

Técnico em Telecomunicações

Ass. do Profissional

[Assinatura]

033044800

Valo como Documento de Identidade e tem Fé Pública (52º do art. 56 da Lei nº 5194 de 24/12/66 e Lei nº 6206 de 07/05/75)

3º. OFÍCIO DE NOTAS - MONTES CLAROS - MG
Telefone: (35) 3111-1111
A presente, cópia, confere com o original.

M. Carlos
MG
27 MAR 2015

☐ ALVARO PRATES NETO
☐ ALVARO GUILHERME B. PRATES - TABELA

Selo de Fiscalização
AUTENTICAÇÃO
CHO 85721



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 26494/2017/SEI-MCTIC

À Senhora

ALINE CATARINE ALVES CORREA

Representante Legal da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA CORONEL
MURTENSE DE RADIODIFUSÃO

Rua Bernadino Cardoso, nº 304 - Centro

30635-000 - CORONEL MURTA - MG

CNPJ nº 02.559.556/0001-48

Assunto: **Deferimento do pedido de prorrogação de prazo para envio de documentos relativos ao processo nº 53900.049962/2015-74.**

Senhora Representante Legal,

1. Em atendimento à solicitação de prorrogação de prazo para cumprimento das exigências formuladas na Nota Técnica nº 4879/2017/SEI-MCTIC (1837061), informa-se o deferimento do prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento deste Ofício, nos termos do art. 41 da Portaria nº 4334, de 2015.
2. Ressalte-se que na comunicação da resposta deverá constar o número do respectivo Processo, bem como deste Ofício, a fim de viabilizar o trâmite neste Ministério. Solicitamos ainda que a entidade mantenha atualizado junto a este Ministério o seu endereço de correspondência.
3. Por fim, indica-se que a existência de qualquer dúvida sobre este processo poderá ser sanada por meio do envio de correspondência eletrônica (*e-mail*) para duvidasradcom@mctic.gov.br.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Wilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora de Radiodifusão Comunitária**, em 20/06/2017, às 15:20, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1966967** e o código CRC **4DEEB09A**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 26494/2017/SEI-MCTIC - Processo nº 53900.049962/2015-74 - Nº SEI: 1966967

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

SERAD/CGRC

Ofício nº 26494/2017/SEI-MCTIC, 20/06/2017

53900.049962/2015-74

ALINE CATARINE ALVES CORREA

ASS. COMUNIT. EDUCATIVA CORONEL MURTENSE

Rua Bernadino Cardoso, nº 304 – Centro.

30635-000 Coronel Murta / MG

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE☐ EMS☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

X Aline Catrine Alves Correa

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRAISON

20/06/17

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDORRUBRICA E MNT. DO EMPREGADO /
SIGNATURE DE L'AGENT

K 24130393

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

ORÇÃO DE ENTREGA
ORDRE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION



**AVISO DE
RECEBIMENTO**
AVIS CN07

AR

(CÓDIGO DE BARRAS OU Nº DE REGISTRO DO OBJETO)

JR 43565648 1 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

23 JUN 2017

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

AGÊNCIA MINICOM

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

<div></div> <div></div> <div></div>	<div></div> <div></div> <div></div>	<div></div> <div></div> <div></div>			
:	h	:	h	:	h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

Serviço Público Federal
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações
Secretaria de Radiodifusão
Coordenação Geral de Radiodifusão Comunitária - CGRC
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sala 307, Anexo Oeste
70.044-900 Brasília-DF

CIDADE / LOCALITÉ

UF

**BRASIL
BRÉSIL**

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR

ARTIGO 7º - Os associados não respondem, nem mesmo subsidiariamente pelas obrigações da Entidade.

CAPÍTULO III

ARTIGO 7º - Os associados não respondem, nem mesmo subsidiariamente pelas obrigações da Entidade.

CAPÍTULO III

ARTIGO 7º - Os associados não respondem, nem mesmo subsidiariamente pelas obrigações da Entidade.

CAPÍTULO III

ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA PARA ELEIÇÃO DE NOVA DIRETORIA, NOMEAÇÃO DO CONSELHO COMUNITÁRIO E REFORMA DO ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA CORONEL MURTENSE DE RADIODIFUSÃO.

Aos 21 dias do mês de abril do ano de dois mil e dezessete às 10 horas da manhã, na sede desta associação, conforme decisão tomada em reunião anterior reuniram-se os membros desta associação para antecipação da eleição, nomeação do conselho comunitário e reforma do estatuto conforme nota técnica do Ministério das comunicações para que o mesmo se adequasse aos novos regulamentos da lei 11.127/2005 e o novo código Civil Brasileiro. Assim iniciaram-se os trabalhos da assembleia pela presidente, Sra Aline Catarine Alves Correa que convidou para secretariar os trabalhos o secretário Gilvan Luiz Gonçalves Filho, onde em seguida procedeu-se a leitura do edital de convocação conforme reza o estatuto, verificou-se neste momento já havia quorum suficiente. Instalada a assembleia a presidente fez um breve relato sobre seu trabalho a frente da associação. Seguindo a ordem do dia a presidente explicou que havia uma chapa única para eleição da nova diretoria composta da seguinte forma:

Presidente: José Luciano de Jesus, brasileiro, casado, autônomo, RG MG 9.095.211 e CPF 027.607.096-80 residente e domiciliado a Rua Inácio Cardoso 04 bairro Freire Cardoso, Coronel Murta, MG.

Vice presidente: Kindere Pereira Sebastião, brasileiro, solteiro, técnico em informática, RG MG-10.877.116 CPF 069.386.896-98, residente e domiciliado a Rua Ceara 332 centro, Coronel Murta, MG.

Secretária: Maria Aparecida Aguiar, brasileira, solteira, secretária, RG MG-15.048.000 CPF 087.055.716-50 residente e domiciliada a Av Miguel Murta 44 bairro palmeiras, Coronel Murta, MG.

Segunda Secretária: Lauderica Pereira Loyola, brasileira, solteira, RG MG-12.929.777 CPF 058.117.866-11, residente e domiciliada a Rua Ceara 207 centro, Coronel Murta, MG.

Tesoureiro: Antonio Sansio Bretas Correa, brasileiro, casado, pescador, RG MG-20.391.875 CPF 544.700.307-59, residente e domiciliado a Rua Bernardino Cardoso 304 centro, Coronel Murta, MG.

Após a leitura dos membros da chapa única, como não houve manifestação contrária, colocou-se em votação por aclamação sendo a chapa acima citada eleita por unanimidade, diretoria com mandato até 21 de abril de 2020, seguindo a tomada de posse de cada membro. O presidente José Luciano rogou a DEUS que abençoe esse novo mandato e agradeceu a deferência a ele dispensada e solicitou aos membros da diretoria para que possamos juntos trabalhar para o avanço da associação em um todo. E colocou em discussão a proposta do novo estatuto social e após algumas discussões e sugestões foi aprovado o novo estatuto social da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA CORONEL MURTENSE DE RADIODIFUSÃO, alterando todos os

AUTENTICAÇÃO

Contém com o original que me foi apresentado

Data: 25, 04, 2017

Emol. RS 4,80 T.F.J. RS 1,49

Total RS 6,29

R. J. M.
p. Tabelião

Selo de Fiscalização
AUTENTICAÇÃO
CSB 66135




Presidente
 Jôão Luciano do Amaral
 CPF 027.607.098-50

Secretaria
 Maria Aparecida Ruyter
 CPF 081.055.718-50

Tesourero
 Arnoaldo Satozo Bentes Correa
 CPF 844.700.307-09

Vice-Presidente
 Kleber Pereira Sotolongo
 CPF 009.368.898-98

[illegible][illegible][illegible]




Presidente
 José Luis de Jesús
 027 607 607 096-80

Secretaría
 María Guadalupe Aguilar
 027 607 607 719-50

Vice-Presidente
 Ricardo Pineda González
 027 608 208 595-92

Tesorero
 Arturo Sando Pineda Correo
 027 644 700 307-65

[illegible]



República Federativa do Brasil
Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia
Carteira de Identidade Profissional

Registro Nacional

070855169-6

Nome

ADELSON SOARES DE SOUZA

Filiação

URANIA SOARES DE SOUZA

C.P.F.

744.523.396-20

Documento de Identidade

MG-5773960 SSP-MG

Tipo Sang.

Nascimento

24/10/1970

Naturalidade

MONTES CLAROS

UF

MG

Nacionalidade

BRASILEIRA

Crea de Registro

CREA-DF

Emissão

26/10/2011

Data de Registro

07/06/2010

Ass. Presidente

[Assinatura]

Registro no Crea

DF-9631/TD



Título Profissional

Técnico em Telecomunicações

Ass. do Profissional

[Assinatura]

038844800

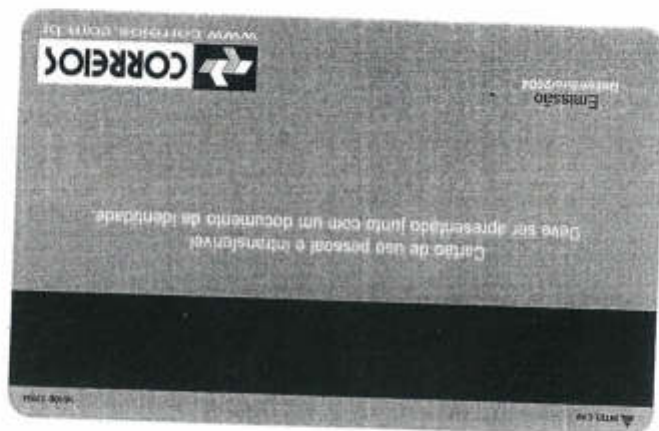
Valo como Documento de Identidade e tem Fé Pública (52º do art. 56 da Lei nº 5194 de 24/12/66 e Lei nº 6206 de 07/05/75)

3º. OFÍCIO DE NOTAS - MONTES CLAROS - MG
Telefone: (35) 3111-1111
A presente, cópia, confere com o original.

M. Carlos
MG
27 MAIO 2015

☐ ALVARO PRATES NETO
☐ ALVARO GUILHERME B. PRATES - TABELÃO

Selo de Fiscalização
AUTENTICAÇÃO
CHO 85721



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

MG-15.048.000 09/12/2003

MARIA APARECIDA AGUILAR

JOSE MIRANDA DE AGUILAR
MARIA SALETE CASSIANO AGUILAR

CORONEL MURTA-MG 6/2/1987
NASC. LV-5A FL-157
CORONEL MURTA-MG

PII-2173 VETE MSLG BRUNNA
DIRETORIA DO INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO
LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

1.VIA



FIXO

MATRIZ CNPJ: 33.000.118/0001-79

ANTONIO SANSIO BRETAS CORREA
RUA BERNARDINO CARDOSO, 304
CENTRO
39635-000 CORONEL MURTA-MG

DATA DE EMISSAO
01/03/2015

CNPJ / CPF
00064470030759

INSCRICAO ESTADUAL

TIPO DE TERMINAL
RESIDENCIAL

COD. DEB. AUTOMATICO
011710801374

CODIGO DDD
33

TELEFONE/CONTRATO

3735-1398 0 3

VALOR A PAGAR R\$

81,55

VENCIMENTO

15/03/2015

VALIDA EM TODO O TERRITORIO NACIONAL

REGISTRO GERAL MG-20.391.875 DATA DE EMISSAO 10/07/2013

NOME
ANTONIO SANSIO BRETAS CORREA

TERCEIRO
GERALDO DIAS CORREA
SIMIRAMIS BRETAS CORREA

NATURALIDADE
SALINAS-MG DATA DE NASCIMENTO 7/7/1957

COD. DEB. AUTOMATICO
CAS. LV-B48 FL-292

SALINAS-MG
544700307-59

LEITICIA ALESSI MACHADO ROGEDO
ASSINATURA DO DIRETOR

PIL-2173 1 VIA

LE Nº 116 DE 29/08/93

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ANTONIO SANSIO BRETAS CORREA

DATA DE NASCIMENTO 07/07/1957

CPF 544.700.307-59

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Correios

Cartão de identificação física

Nome: ANTONIO SANSIO BRETAS CORREA

CPF: 544.700.307-59

Data de Nascimento: 07/07/1957

Emissão

CORREIOS

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF

Cadastro de Pessoas Físicas

Número de Inscrição
544.700.307-59

Nome
ANTONIO SANSIO BRETAS CORREA

Nascimento
07/07/1957

COPANOR

NOTA FISCAL / FATURA DE SERVIÇOS
Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste
de Minas Gerais S.A. - COPANOR
Rua Joaquim Ananias Toledo, 125 - Teófilo Otoni - MG - CEP: 39.803-171
CNPJ: 09.104.426/0001-60 - Insc. Estadual: 001.044.731.0070

AGÊNCIA
MAIS
PRÓXIMA

JOSE LUCIANO DE JESUS
R INACIO CARDOSO
FREIRE CARDOSO MG
39635-000

4 CENTRO

Fale com a COPANOR
0800-0300-005

Pag.: 01/01

REFERÊNCIA DA FATURA					IDENTIFICADOR USUÁRIO	MATRÍCULA
Número	Data de Emissão	Data de Apresentação	Mês	Grupo		
003.16.00410760-3	15/04/2016	25/04/2016	04/2016	982	0 022 259 467 8	0 011 069 078 8
HIDRÔMETRO		LEITURA		CONSUMO FATURADO		QUANTIDADE DE UNIDADES ATENDIDAS
Y08N 01231AR	Atual 746	Anterior 732	Próxima 10/05/2018	Dias	m³	Litros
				Serviço Social Residencial Comercial Industrial Pública		

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

MG-9.095.211 02/10/2008

JOSE LUCIANO DE JESUS

LUZIA ROSA DE JESUS

CORONEL MURTA-MG

CAS. LV-1B FL-20

FREIRE CARDOSO-MG

CPF 027607096-80

PIC-1968

11/9/1976

2.VIA

LEI Nº 7.116 DE 20/08/83

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MINAS GERAIS

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

17.23

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA DO TITULAR

JOSE LUCIANO DE JESUS

CARTEIRA DE IDENTIDADE

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome

JOSE LUCIANO DE JESUS

Nº de Inscrição

027607096-80

Data de Nascimento

11/09/76



Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a emissão por terceiros, salvo nos casos previstos na legislação vigente.

Assinatura

JOSE LUCIANO DE JESUS

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emitido em: 20/03/84

CEMIG

Distribuição S.A.

www.cemig.com.br/atendimento

Cemig Torpedo 29810

Fale com a Cemig 116

Cemig Distribuição S.A. CNPJ 06.981.180/0001-18 / Insc. Estadual 082.322136.0087
Av. Barbacena, 1.200 - 17º andar - Ala A1 - CEP 30190-131 - Belo Horizonte - MG

Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada pela
Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002

KINDERE PEREIRA SEBASTIAO
RUA CEARA 332 CS
CENTRO
39635-000 CORONEL MURTA, MG
CPF 069.380.896-98

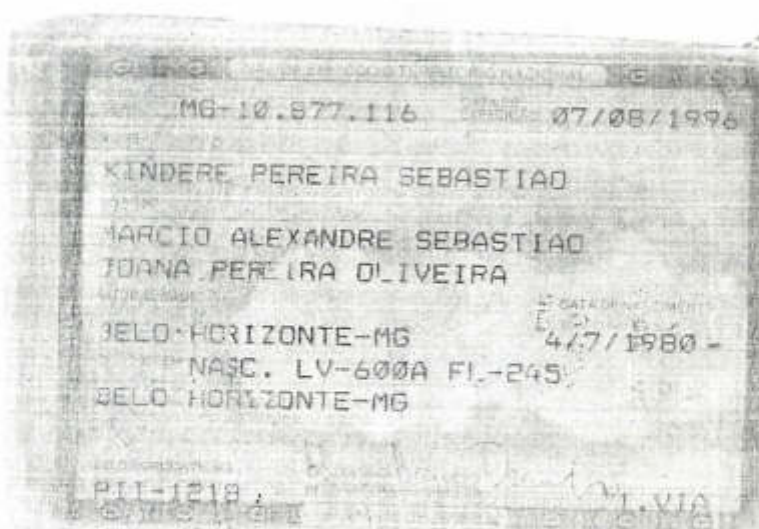
Referente a
ABR/2014
Código de Débito Automático:
000011732674

Nº DO CLIENTE
7002486882

NOTA FISCAL - CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA - SÉRIE U Nº 001890496 - PTA Nº 16.000114527.70

Classe	Subclasse	Datas de Leitura			Datas da Nota Fiscal		Nº DA INSTALAÇÃO
Residencial Monofásico	Residencial	ANTERIOR 12/03	ATUAL 09/04	PRÓXIMA 12/05	EMIÇÃO 11/04	APRESENTAÇÃO 17/04	3001173267

Informações Técnicas
Linha de Transmissão de Energia Elétrica - ANEEL - 187 - Ligação gratuita de telefones fixos e tarifada na origem para telefones celular



GRADE DE PROGRAMAÇÃO DA RÁDIO LÍDER FM

DOMINGO	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SABÁDO
06:00-Sertanejo	06:00-SERTANEJO	06:00-SERTANEJO	06:00-SERTANEJO	06:00-SERTANEJO	06:00-SERTANEJO	06:00-SERTANEJO
IDENTIFICAÇÃO	APOIO CULTURAL	APOIO CULTURAL	APOIO CULTURAL	APOIO CULTURAL	APOIO CULTURAL	APOIO CULTURAL
07:00-manhã líder de sucesso	07:00-manhã líder de sucesso	07:00-manhã líder de sucesso	07:00-manhã líder de sucesso	07:00-manhã líder de sucesso	07:00-manhã líder de sucesso	07:00-manhã líder de sucesso
IDENTIFICAÇÃO	APOIO CULTURAL	APOIO CULTURAL	APOIO CULTURAL	APOIO CULTURAL	APOIO CULTURAL	APOIO CULTURAL
09:00-mensagem de fé e esperança	09:00-mensagem de fé e esperança	09:00-mensagem de fé e esperança	09:00-mensagem de fé e esperança	09:00-mensagem de fé e esperança	09:00-mensagem de fé e esperança	09:00-mensagem de fé e esperança
IDENTIFICAÇÃO	APOIO CULTURAL	APOIO CULTURAL	APOIO CULTURAL	APOIO CULTURAL	APOIO CULTURAL	APOIO CULTURAL
10:00- Show da líder	10:00- Show da líder	10:00- Show da líder	10:00- Show da líder	10:00- Show da líder	10:00- Show da líder	10:00- Show da líder
IDENTIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO
12:00-Falando de vida	12:00-Falando de vida	12:00-Falando de vida	12:00-Falando de vida	12:00-Falando de vida	12:00-Falando de vida	11:00-vozes do vale
IDENTIFICAÇÃO	APOIO CULTURAL	APOIO CULTURAL	APOIO CULTURAL	APOIO CULTURAL	APOIO CULTURAL	APOIO CULTURAL
13:00- Show da líder	13:00- Show da líder	13:00- Show da líder PAZ	13:00- Show da líder	13:00- Show da líder	13:00- Show da líder	12:00-Falando de vida
IDENTIFICAÇÃO	APOIO CULTURAL	APOIO CULTURAL	APOIO CULTURAL	APOIO CULTURAL	APOIO CULTURAL	IDENTIFICAÇÃO
15:00- Renovando Vidas	15:00- Renovando Vidas	15:00- Renovando Vidas	15:00- Renovando Vidas	15:00- Renovando Vidas	15:00- Renovando Vidas	13:00- Show da líder
IDENTIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO
16:00- show da tarde	16:00- show da tarde	16:00- show da tarde	16:00- show da tarde	16:00- show da tarde	16:00- show da tarde	15:00- Renovando Vidas
IDENTIFICAÇÃO	APOIO CULTURAL	APOIO CULTURAL	APOIO CULTURAL	APOIO CULTURAL	APOIO CULTURAL	APOIO CULTURAL
19:00- Flash Back	19:00- VOZ BRASIL	19:00- VOZ BRASIL	19:00- VOZ BRASIL	19:00- VOZ BRASIL	19:00- VOZ BRASIL	16:00- show da tarde
IDENTIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO
20:00- Flash Back	20:00- MPB	20:00- Flash Back	20:00- Românticas	20:00- Flash Back	20:00- Flash Back	19:00-ROMANTICAS
IDENTIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO
21:00- FECHAMENTO	21:00- FECHAMENTO	21:00- FECHAMENTO	21:00- FECHAMENTO	21:00- FECHAMENTO	21:00- FECHAMENTO	21:00- FECHAMENTO

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA CORONELMUTENSE DE
RADIODIFUSÃO.

Ao

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processo de Renovação de Outorga nº :53900.049962/2015-74

Em resposta ao Ofício nº 9182/2017/SEI-MCTIC e da NOTA TÉCNICA Nº 4879/2017/SEI-MCTIC, fizemos alterações no estatuto adequando o mesmo a portaria 4334/2015, fizemos nova eleição, sendo que a Aline Catarine Alves Correa não faz mais parte da diretoria, refizemos o conselho comunitário, estamos enviando novo relatório do conselho comunitário com grade de programação.

Esperamos assim ter sanado as pendências citadas.

Grato



Adilson Soares de Souza
Procurador

PROCURAÇÃO BASTANTE QUE FAZ A : ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA
EDUCATIVA CORONEL MURTENSE DE RADIODIFUSÃO A
FAVOR DE ADILSON SOARES DE SOUZA NA FORMA QUE SEGUE :

Pelo particular instrumento de procuração, virem que aos 24 dias do mês de abril de 2017 compareceu como outorgante: Associação Comunitária Educativa Coronel Murtense de Radiodifusão , pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ 02.559.556/0001-48 ,com sede e foro na Praça Dom Serafim S/N,centro de Coronel Murta ,MG neste ato representada por seu presidente José Luciano de Jesus ,brasileiro, casado, autônomo ,portadora do RG MG 9.095.211 SSP/MG e CPF 027.607.096-80 residente e domiciliado a Rua Inácio Cardoso 04,bairro ,Freire Cardoso,Coronel Murta,MG, nomeia e constitui seu bastante procurador ADILSON SOARES DE SOUZA brasileiro,casado, Técnico em Telecomunicações, registrado no CREA-DF sob o numero 9631/TD, portador da CI/RG M.5.773.960 SSP/MG e do CPF 744.523.396-20 residente e domiciliado a Rua Onze N° 47 Bairro Jose Correa Machado –Montes Claros /MG,como mandatário,a quem outorga amplos poderes para praticar todos os atos referente a esta Associação junto a Anatel e ao Ministério das comunicações podendo para tanto prestar declarações e informações ,juntar e retirar documentos, assinar termos ,formulários, requerimentos ,projetos,praticar em fim todos os atos indispensáveis ao fiel desempenho deste mandato.

Coronel Murta 24 de abril de 2017



José Luciano de Jesus

José Luciano de Jesus

CPF. 027.607.096-80

Presidente

 SERVIÇO REGISTRAL E NOTARIAL Av. Paraná, 333 - Boa Vista CEP 39035-000 - Coronel Murta/MG	Reconheço por semelhança a(s) firma(s) <i>de José Luciano de Jesus</i>
	<i>de</i> e dou fé Cel. Murta <i>24</i> do <i>abril</i> de <i>2017</i> Em Teste <i>de</i> da <i>validade</i> C. <i>de</i> Emol. R\$ <i>4,10</i> T.F. R\$ <i>2,49</i> Total R\$ <i>6,59</i>

RELATÓRIO DO CONSELHO COMUNITÁRIO DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA CORONEL MURTENSE DE RADIODIFUSÃO.

O Conselho Comunitário da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA CORONEL MURTENSE DE RADIODIFUSÃO, após reunião realizada em 22 de abril de 2017, na sede situada a Praça Dom Serafim, S/N, centro, Coronel Murta, MG, após ouvir, discutir, aprovou a programação veiculada por essa emissora. Os Conselheiros da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA CORONEL MURTENSE DE RADIODIFUSÃO assinam o presente relatório.

Coronel Murta 22 de abril de 2017

Conselheiros

Osmane Celestino de Almeida

Osmane Celestino de Almeida
CPF: 851.850.866-53
Centro Comunitário Rural do Alagadiço
CNPJ: 22.708.457/0001-98

Gilvan Luiz Gonçalves Filho

Gilvan Luiz Gonçalves Filho
CPF: 100.121.016-64
Igreja Presbiteriana Renovada de Itaobim
CNPJ: 02.291.673/0001-73

Marlene Sousa Silva

Marlene Sousa Silva
CPF 058.659.936-31
Associação Comunitária de Desenvolvimento Rural de
Freire Cardoso
CNPJ. 10.844.361/0001-78

Maria Pereira dos Santos

Maria Pereira dos Santos
CPF: 066.610.806-47
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Coronel Murta
CNPJ: 18.355.214/0001-46

Marlene Ferreira dos Santos

Marlene Ferreira dos Santos
CPF: 971.526.286-72
Conselho Comunitário de Seg. Pública de Coronel Murta
CNPJ 07.368.664/0001-57



ANEXO 5
MODELO DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RÁDIO-DIFUSÃO
COMUNITÁRIA


Qualificação da entidade	
Razão Social: Associação Comunitária Educativa Coronel Murtenze de Radiodifusão.	
Nome Fantasia: Radio Lader FM	
CNPJ: 02.559.556/0001-48	
Endereço de Sede: Praça Dom Serafim	Nº: S/N
Bairro: Centro	CEP: 39.635-000
Cidade: Coronel Murta	UF: MG
Nome do representante legal: José Luciano de Jesus	
Endereço eletrônico (e-mail): adilson@astreigenharia.com.br	

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Comunicações,

A entidade acima qualificada, regularmente autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, vem perante Vossa Excelência, por intermédio do seu representante legal, com fundamento no art. 6º, parágrafo único da Lei nº. 9.612/1998 – Lei da Radiodifusão Comunitária, solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA**, o que o faz com a apresentação dos documentos listados abaixo, todos no original ou em cópia autenticada.

Além disso, declaro que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento.

Coronel Murta, 20 de março de 2017

 *José Luciano de Jesus*
José Luciano de Jesus
CPF: 027.607.096-80
Presidente

Endereço de correspondência: Praça Dom Serafim S/N	
Bairro: Centro	CEP: 39.635-000
Cidade: Coronel Murta	UF: MG

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À RENOVAÇÃO DE OUTORGA –
RÁDIO-DIFUSÃO COMUNITÁRIA

1 – Estatuto social atualizado.
2 – Ata de eleição da diretoria em exercício, registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.
3 – Prova de maioridade e nacionalidade de todos os dirigentes.
4 – Último relatório do Conselho Comunitário.

	Reconheço por semelhança a(s) firma(s) <i>de José Luciano de Jesus</i>
	e dou No. <i>25</i>
	Cel. Murta, <i>25</i> de <i>abril</i> de <i>2017</i>
	Em Teste <i>[assinatura]</i> da verdade.

Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviço de Radiodifusão
Departamento de Outorga de Serviço de Radiodifusão
ROTEIRO DE ANÁLISE LEGAL DE RADCOM

Identificação do Processo

Número: 53900.049962/2015 Localidade / UF: CORONEL MURTA/MG
Entidade: ASSOCIACAO COM.EDUCATIVA CORONEL MURTENSE DE RADIODIFUSAO
Aviso: 1 Publicação: 05/11/1998 Prazo: 45 Canal: 200

Processo

1. A Entidade é uma:	Associação
----------------------	------------

2. Conclusão Geral (Parecer Legal)

Processo nº 53900.049962/2015-74

Localidade: Coronel Murta/MG

Entidade: Associação Comunitária Educativa Coronel Murtense de Radiodifusão

Documentos exigidos para a renovação:

1) Requerimento de renovação: (1971817)

1.1) Data de postagem / Protocolo no SEI: 20/06/2017

1.2) Tempestividade: () Sim () Não.

2) Estatuto Social: (1971802) (1971803) (1971804) (1971805) (1971806) (1971807) ? Sem Registro

2.1) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: ART. 2, XI

2.2) Garantia de ingresso gratuito, como associado: ART. 5, §1º

2.3) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: ART. 5, §2º, §3º

2.4) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: ART. 5, §2º

2.5) Órgão administrativo e cargos: ART. 14

2.6) Atribuições do Órgão administrativo: ART. 16-20

2.7) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução: ART. 14, §Único

2.8) Conselho Comunitário e modo de funcionamento: ART. 10, X

3) Ata de Eleição da Diretoria: (1971808) (1971809)

Data: 21/04/2017 (Mandato de 03 anos)

Presidente: José Luciano de Jesus

Vice-Presidente: Kindere Pereira Sebastião

Secretário(a): Maria Aparecida Aguilar

2º Secretário(a): Lauderica Pereira Loyola - AUSENTE

Tesoureiro(a): Antônio Sansio Bretas Correa

4) Comprovantes de maioridade e nacionalidade: fl. 01-04 (1971812)

5) CNPJ: fl. 6 (1294408)

6) Certidão Negativa da Anatel: fl. 5 (1294408)

7) Declaração de conformidade: fl. 4 (1294408)

8) Relatório do Conselho Comunitário sobre a programação da emissora: (1971816)

*****PENDÊNCIAS:**

Estatuto Social: O art. 14, §único do estatuto dispõe que é vedada a reeleição somente para o mesmo cargo, em desacordo com o art. 40, V, ?b?, que admite apenas uma recondução. Além do mais, o estatuto encaminhado não está devidamente registrado no Cartório de Pessoas Jurídicas.

Ata de eleição: A Ata de Eleição da diretoria, datada de 21/04/2017, não está devidamente registrada no Cartório de Pessoas Jurídicas. Além disso, não constam documentos que comprovam a nacionalidade/maioridade da 2ª Secretária.

*****CONCLUSÕES:**

Será elaborada Nota Técnica para solução das pendências indicadas.

Ressalte-se que esta será a última exigência feita à entidade, haja vista que a associação já foi notificada anteriormente por meio da Nota Técnica nº 4879, encaminhada através do Ofício nº 9182/2017/SEI/MCTIC.

Luciana Pimentel Chaves

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

NOTA TÉCNICA Nº 19084/2017/SEI-MCTIC

Processo nº: **53900.049962/2015-74.**

Assunto: **Constatação de pendências.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. A **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA CORONEL MURTENSE DE RADIODIFUSÃO**, executante do serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Coronel Murta**, estado de **Minas Gerais**, apresentou requerimento de renovação da autorização/resposta à exigência, por meio do (1971817), em atendimento à Nota Técnica nº 4879/2017/SEI-MCTIC (1719385).

ANÁLISE

2. Após análise do Processo, observou-se a existência de pendências, conforme descrição a seguir:

O não atendimento, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, de qualquer das solicitações listadas abaixo, caracteriza hipótese de indeferimento .			
	Dispositivo	Descrição	Análise
Portaria nº 4334, publicada no DOU de 21/9/2015.	Art. 131, inciso II, c/c art. 40	Estatuto social adequado à Portaria nº 4334, de 2015.	<p>O Estatuto Social encaminhado não está registrado. Além disso, constatou-se a inobservância ao art. 40 da Portaria, conforme segue especificado:</p> <p>a. O art. 14, §único do estatuto está em desacordo com o art. 40, V, "b" da Portaria, uma vez que veda a reeleição apenas para a ocupação do mesmo cargo. Reitera-se que a diretoria só poderá ser reconduzida por, no máximo, uma vez.</p> <p>Em razão disso, é necessário que o estatuto social seja alterado para se adequar ao que determina a Portaria.</p> <p>Observação 1: a Entidade poderá requerer do interessado o preenchimento de formulário próprio, para fins de registro cadastral, desde que isso não</p>

			<p>constitua restrição ao ingresso do associado.</p> <p>Observação 2: <u>as alterações estatutárias deverão ser averbadas no registro inicial do Estatuto, no Cartório Civil de Pessoas Jurídicas.</u></p>
	Art. 131, inciso III	Ata de eleição.	<p>A Ata de eleição da diretoria encaminhada, datada de 21/04/2017, não está registrada.</p> <p>Observação: <u>o registro deve ser efetuado no Cartório de Pessoas Jurídicas.</u></p>
	Art. 42	CPF de todos os dirigentes.	<p>A Entidade deverá encaminhar cópia do CPF da 2ª Secretária, Sra. Lauderica Pereira Loyola.</p>
Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998	Art. 6º, parágrafo único c/c art. 9º, § 2º, incisos III e IV	Comprovante de maioria/nacionalidade.	<p>A Entidade deverá enviar documento que demonstre a maioria e a nacionalidade do(s) seguinte(s) Diretor(es):</p> <p>1 - Lauderica Pereira Loyola</p> <p>Observação: serão aceitos como comprovantes de maioria e nacionalidade documentos como cópia do RG e certidão de casamento.</p>
Portaria nº 4334, de 2015	Art. 131, inciso IV		<p>Não serão aceitos como comprovantes de maioria/nacionalidade a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) e cópia da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).</p>

3. Salienta-se que esta solicitação será a **última** que o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações fará à Entidade. Dessa maneira, a ausência de resposta, a resposta com apenas parcela dos documentos ou mesmo com documentos desconformes com o que foi solicitado levará, inevitavelmente, a o **indeferimento do pedido de renovação da outorga**, na forma do que determina o art. 132, II da Portaria nº 4334, de 2015.

4. Com base nessas informações, **intima-se** a Entidade para que se manifeste apresentando os documentos e/ou esclarecimentos entendidos como pertinentes.

5. A Entidade deverá apresentar resposta no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento desta Nota Técnica. Transcorrido esse prazo sem que haja manifestação por parte da interessada, ou caso as respostas não atendam a todos os itens levantados, o pleito de renovação de outorga será indeferido.

6. Em caso de dúvida sobre como cumprir a solicitação feita por esta Nota Técnica, será possível obter os esclarecimentos pelo e-mail: duvidasradcom@mctic.gov.br.

7. Por fim, ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado neste Ministério.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Pimentel Chaves, Analista**, em 18/08/2017, às 15:04, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 05/09/2017, às 17:08, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2145397** e o código CRC **OCC0B959**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 36403/2017/SEI-MCTIC

Ao Senhor

JOSÉ LUCIANO DE JESUS

Representante Legal da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA CORONEL
MURTENSE DE RADIODIFUSÃO

Rua Bernadino Cardoso, nº 304 - Centro

30635-000 / Coronel Murta - MG

CNPJ nº 02.559.556/0001-48

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53900.049962/2015-74.**

Senhor Representante Legal,

1. Cumprimentando-o cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 19084/2017/SEI-MCTIC**, desta Secretaria, que trata de pendências encontradas nos autos.

2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste ofício, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena da **extinção da outorga**. Solicitamos ainda que a entidade mantenha atualizado junto a este Ministério o seu endereço de correspondência.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 05/09/2017, às 17:08, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2145559** e o código CRC **B2990677**.



República Federativa do Brasil

Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia
Carteira de Identidade Profissional

Registro Nacional

070855169-6



Nome

ADILSON SOARES DE SOUZA

Filiação

URANIA SOARES DE SOUZA

C.P.F.

744.523.396-20

Documento de Identidade

MG-5773960 SSP-MG

Tipo Sang.

Nascimento

24/10/1970

Naturalidade

MONTES CLAROS

UF

MG

Nacionalidade

BRASILEIRA

Crea de Registro

CREA-DF

Emissão

26/10/2011

Data de Registro

07/06/2010

Ass. Presidente

Registro no Crea

DF-9631/TD



Título Profissional

Técnico em Telecomunicações

Ass. do Profissional

088844000

Valida em todo o
Território Nacional

Vale como Documento de Identidade e tem Fé Pública (§2º do art. 56 da Lei nº 5194 de 24/12/66 e Lei nº 6206 de 07/05/75)

PROCURAÇÃO BASTANTE QUE FAZ A : ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA
EDUCATIVA CORONEL MURTENSE DE RADIODIFUSÃO A
FAVOR DE ADILSON SOARES DE SOUZA NA FORMA QUE SEGUE :

Pelo particular instrumento de procuração, virem que aos 24 dias do mês de abril de 2017 compareceu como outorgante: Associação Comunitária Educativa Coronel Murtense de Radiodifusão , pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ 02.559.556/0001-48 ,com sede e foro na Praça Dom Serafim S/N,centro de Coronel Murta ,MG neste ato representada por seu presidente José Luciano de Jesus ,brasileiro, casado, autônomo ,portadora do RG MG 9.095.211 SSP/MG e CPF 027.607.096-80 residente e domiciliado a Rua Inácio Cardoso 04,bairro , Freire Cardoso,Coronel Murta,MG, nomeia e constitui seu bastante procurador ADILSON SOARES DE SOUZA brasileiro,casado, Técnico em Telecomunicações, registrado no CREA-DF sob o numero 9631/TD, portador da CI/RG M.5.773.960 SSP/MG e do CPF 744.523.396-20 residente e domiciliado a Rua Onze N° 47 Bairro Jose Correa Machado –Montes Claros /MG,como mandatário,a quem outorga amplos poderes para praticar todos os atos referente a esta Associação junto a Anatel e ao Ministério das comunicações podendo para tanto prestar declarações e informações ,juntar e retirar documentos, assinar termos ,formulários, requerimentos ,projetos,praticar em fim todos os atos indispensáveis ao fiel desempenho deste mandato.

Coronel Murta 24 de abril de 2017

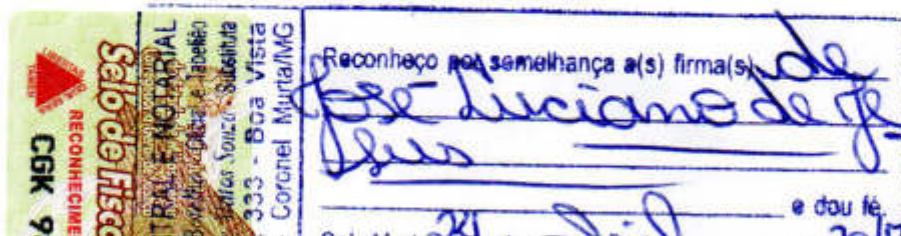


José Luciano de Jesus

José Luciano de Jesus

CPF. 027.607.096-80

Presidente





SERVIÇO REGISTRO
Rua Patrimônio
CEP 39635-000

Em Teste de verdade.
C. Trabalho
Emol. R\$ 490 T.F.J. R\$ 249 Total R\$ 629

SOLICITAÇÃO DE VISTA DE PROCESSOS E DOCUMENTOS

Ao Senhor Diretor de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica,

Assunto: Solicitação para vista dos autos do processo nº 53900.049962/2015-74

Considerando o interesse e a necessidade de acesso a informações referentes ao processo supracitado, feito em nome da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA CORONEL MURTENSE DE RADIODIFUSÃO, no município de Coronel Murta ,MG , e na qualidade de interessado, solicito a concessão de vista do seus autos.

Coronel Murta 25 de agosto de 2017



Adilson Soares de Souza
CPF: 744.523.396-20
Procurador

Data de Envio:

12/09/2017 09:33:53

De:

MCTIC/Espaço do Radiodifusor - ATP-SCE <espacodoradiodifusor@mctic.gov.br>

Para:

apolitecnica@uol.com.br

Assunto:

ESPAÇO DO RADIODIFUSOR

Mensagem:

Prezado(a),

Ref: Processo nº 01250.054067/2017-31

Informo que seu pedido de atendimento eletrônico/presencial foi recebido com sucesso.

Informações adicionais serão enviadas assim que disponíveis.

Atenciosamente,

Espaço do Radiodifusor

Secretaria de Radiodifusão

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de solicitação de atendimento eletrônico ou presencial deverá ser feito exclusivamente via peticionamento eletrônico. [<http://sistema.mc.gov.br/CADSEIWeb/pages/externo/SisCADSEI.jsf>]

O interessado pode, a qualquer momento, acompanhar a tramitação do seu processo. [<http://sei.mc.gov.br/consulta.html>]

O modelo do requerimento está disponível no sítio do Ministério. [<http://www.mc.gov.br/espaco-do-radiodifusor/atendimento-ao-radiodifusor>]

Para outros assuntos entre em contato com o Ministério. [<http://www.mc.gov.br/sei>]

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

SERAD/CGRC

Ofício nº 36403/2017/SEI-MCTIC, 05/09/2017

53900.049962/2015-74

JOSÉ LUCIANO DE JESUS

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA CORONEL
MURTENSE DE RADIODIFUSÃORua Bernadino Cardoso, nº 304 - Centro
30635-000 Coronel Murta / MG

PAÍS / PAYS

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE☐ EMS☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

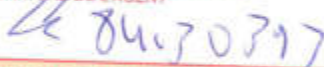
ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR



NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRAISON

03/10/17

CARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATIONNº DO DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDORRUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /
SIGNATURE DE L'AGENT

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

75240203-0

FC0453 / 10

114 x 160 mm



AVISO DE
RECEBIMENTO

AVIS CN07

AR

(CÓDIGO DE BARRAS OU Nº DE REGISTRO DO OBJETO)

JR 32766735 7 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

13 SET 2017
Serviço Público Federal
Ministério da Comunicações

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

PREENCHER COM LETRA DE FÔRMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

CIDADE / LOCALITÉ

UF

BRASIL
BRÉSIL

ENDERECO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR

Serviço Público Federal
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações
Secretaria de Radiodifusão
Coordenação Geral de Radiodifusão Comunitária - CGRC
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sala 307, Anexo Oeste
70.044-900 Brasília-DF

PROCURAÇÃO BASTANTE QUE FAZ A : ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA
EDUCATIVA CORONEL MURTENSE DE RADIODIFUSÃO A
FAVOR DE ADILSON SOARES DE SOUZA NA FORMA QUE SEGUE :

Pelo particular instrumento de procuração, virem que aos 24 dias do mês de abril de 2017 compareceu como outorgante: Associação Comunitária Educativa Coronel Murtense de Radiodifusão , pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ 02.559.556/0001-48 ,com sede e foro na Praça Dom Serafim S/N,centro de Coronel Murta ,MG neste ato representada por seu presidente José Luciano de Jesus ,brasileiro, casado, autônomo ,portadora do RG MG 9.095.211 SSP/MG e CPF 027.607.096-80 residente e domiciliado a Rua Inácio Cardoso 04,bairro , Freire Cardoso,Coronel Murta,MG, nomeia e constitui seu bastante procurador ADILSON SOARES DE SOUZA brasileiro,casado, Técnico em Telecomunicações, registrado no CREA-DF sob o numero 9631/TD, portador da CI/RG M.5.773.960 SSP/MG e do CPF 744.523.396-20 residente e domiciliado a Rua Onze N° 47 Bairro Jose Correa Machado –Montes Claros /MG,como mandatário,a quem outorga amplos poderes para praticar todos os atos referente a esta Associação junto a Anatel e ao Ministério das comunicações podendo para tanto prestar declarações e informações ,juntar e retirar documentos, assinar termos ,formulários, requerimentos ,projetos,praticar em fim todos os atos indispensáveis ao fiel desempenho deste mandato.

Coronel Murta 24 de abril de 2017

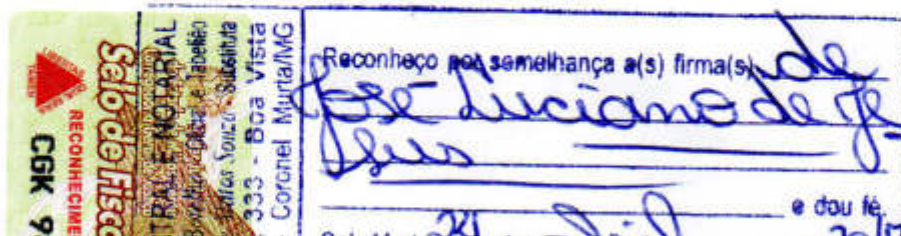


José Luciano de Jesus

José Luciano de Jesus

CPF. 027.607.096-80

Presidente





SERVIÇO REGISTRO
Rua Patrimônio
CEP 39635-000

Em Teste de verdade.
C. Trabalho
Emol. R\$ 490 T.F.J. R\$ 249 Total R\$ 629

SOLICITAÇÃO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO

Qualificação da Entidade Requerente		
Razão Social: Associação Comunitária Educativa Coronel Murtense de Radiodifusão		
CNPJ:02.559.556/0001-48		
Cidade:Coronel Murta		UF:MG
Endereço eletrônico (e-mail): adilson@asrengenharia.com.br		
Nome do representante legal: José Luciano de Jesus		
RG: 9.095.211	Órgão emissor: SSP-MG	CPF: 027.607.096-80

Processo nº53900.049962/2015-74

Excelentíssimo Senhor Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária,

Em atenção ao processo acima indicado e o ofício Nº 36403/2017/SEI-MCTIC, relativo a Renovação de outorga do Serviço de Radiodifusão Comunitária, em nome da Associação Comunitária Educativa Coronel Murtense de Radiodifusão, solicito prorrogação de prazo, pois em razão de ter tido dificuldades em reunir os documentos solicitados na nota técnica nº 19084/2017/SEI-MCTIC, não será possível cumprir as exigências dentro do prazo estabelecido.

Coronel Murta 01 de novembro de 2017



Adilson Soares de Souza
CPF.744.523.396-20
Procurador

Endereço de correspondência: Rua Bernardino Cardoso 304	
Bairro:Centro	CEP: 30.635-000
Cidade: Coronel Murta	UF:MG



República Federativa do Brasil

Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia
Carteira de Identidade Profissional

Registro Nacional

070855169-6



Nome

ADILSON SOARES DE SOUZA

Filiação

URANIA SOARES DE SOUZA

C.P.F.

744.523.396-20

Documento de Identidade

MG-5773960 SSP-MG

Tipo Sang.

Nascimento

24/10/1970

Naturalidade

MONTES CLAROS

UF

MG

Nacionalidade

BRASILEIRA

Crea de Registro

CREA-DF

Emissão

26/10/2011

Data de Registro

07/06/2010

Ass. Presidente

Registro no Crea

DF-9631/TD



Título Profissional

Técnico em Telecomunicações

Ass. do Profissional

088844000

Valida em todo o
Território Nacional

Vale como Documento de Identidade e tem Fé Pública (§2º do art. 56 da Lei nº 5194 de 24/12/66 e Lei nº 6206 de 07/05/75)

**“ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA CORONEL MURTENSE DE
RADIODIFUSÃO ”**

Ao

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processo : 53900.049962/2015-74

Ofício Nº 36403/2017/SEI-MCTIC

Nota Técnica Nº 19084/2017/SEI-MCTIC.

Solicitação de prorrogação de prazo : 01250.067351/2017-18

Estamos encaminhando estatuto registrado e agora de acordo com a portaria 433/2015, ata devidamente registrada em cartório, e comprovante de maioria e nacionalidade da 2ª secretária Lauderica Pereira Loyola . Esperamos assim ter sanado todas as pendências relativas ao processo de renovação de outorga.

Cordialmente,

Coronel Murta 11 de janeiro de 2018



Adilson Soares de Souza
Procurador

Capítulo II Dos Associados

Artigo 5º - Associação Comunitária Educativa Corredor Marinho de Radiodifusão é constituída por um número ilimitado de associados, que serão admitidos, dentre pessoas físicas, maiores de idade, em pleno gozo dos seus direitos civis, e que manifestem interesse em contribuir para a execução dos objetivos da instituição;

§ 1º - É assegurado o ingresso gratuito, como associado, de todo e qualquer cidadão domiciliado na área de execução do serviço;

§ 2º - É assegurado a todos os seus associados, pessoas físicas, em dia com suas obrigações estatutárias, o direito de votar e ser votado para todos os cargos que compõem os órgãos administrativos e deliberativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instâncias deliberativas existentes;

§ 3º - É assegurado o ingresso gratuito, como associados, de pessoas jurídicas sem fins lucrativos, sediadas na área de execução do serviço, conferindo-lhes inclusive, por intermédio de seus representantes legais, o direito de escolher mediante voto, os integrantes dos órgãos deliberativos e administrativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instâncias deliberativas existentes;

§ 4º - A demissão dar-se-á a pedido do associado, mediante a carta dirigida a diretoria instituição, não podendo ser negada;

§ 5º - A Exclusão será aplicada pela diretoria com o aval da Assembleia Geral e ocorrerá por morte física ou por infringir qualquer disposição legal ou estatutária, 30 dias após o associado ter sido notificado por escrito;

§ 6º - O associado poderá recorrer à Assembleia Geral dentro do prazo de 15 (quinze) dias contados a data de recebimento da notificação;

§ 7º - O recurso terá efeito suspensivo até a realização da primeira Assembleia Geral;

§ 8º - A Eliminação considerará-se definitiva se o associado não recorrer da penalidade, no prazo previsto no (§ 6º) deste artigo;

Artigo 6º - Dividem-se associados nas seguintes categorias:

- A) Associados fundadores: Todos aqueles que assinaram a ata de fundação
- B) Associados contribuintes: Todos aqueles que fazem doações espontâneas periodicamente, com esta associação;
- C) Associados doadores pessoas jurídicas: Entidades sem fins lucrativos sediadas na área de execução do serviço de radiodifusão comunitária;

Artigo 7º - Os Associados não responderão, nem subsidiariamente pelas obrigações da entidade;

Tadeu dos Santos Neto
Administrador
CNPJ nº 17.199

Capítulo II Dos Associados

Artigo 5º - Associação Comunitária Educativa Corredor Marinho de Radiodifusão é constituída por um número ilimitado de associados, que serão admitidos, dentre pessoas físicas, maiores de idade, em pleno gozo dos seus direitos civis, e que manifestem interesse em contribuir para a execução dos objetivos da instituição;

§ 1º - É assegurado o ingresso gratuito, como associado, de todo e qualquer cidadão domiciliado na área de execução do serviço;

§ 2º - É assegurado a todos os seus associados, pessoas físicas, em dia com suas obrigações estatutárias, o direito de votar e ser votado para todos os cargos que compõem os órgãos administrativos e deliberativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instâncias deliberativas existentes;

§ 3º - É assegurado o ingresso gratuito, como associados, de pessoas jurídicas sem fins lucrativos, sediadas na área de execução do serviço, conferindo-lhes inclusive, por intermédio de seus representantes legais, o direito de escolher mediante voto, os integrantes dos órgãos deliberativos e administrativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instâncias deliberativas existentes;

§ 4º - A demissão dar-se-á a pedido do associado, mediante a carta dirigida a diretoria instituição, não podendo ser negada;

§ 5º - A Exclusão será aplicada pela diretoria com o aval da Assembleia Geral e ocorrerá por morte física ou por infringir qualquer disposição legal ou estatutária, 30 dias após o associado ter sido notificado por escrito;

§ 6º - O associado poderá recorrer à Assembleia Geral dentro do prazo de 15 (quinze) dias contados a data de recebimento da notificação;

§ 7º - O recurso terá efeito suspensivo até a realização da primeira Assembleia Geral;

§ 8º - A Eliminação considerará-se definitiva se o associado não recorrer da penalidade, no prazo previsto no (§ 6º) deste artigo;

Artigo 6º - Dividem-se associados nas seguintes categorias:

- A) Associados fundadores: Todos aqueles que assinaram a ata de fundação
- B) Associados contribuintes: Todos aqueles que fazem doações espontâneas periodicamente, com esta associação;
- C) Associados doadores pessoas jurídicas: Entidades sem fins lucrativos sediadas na área de execução do serviço de radiodifusão comunitária;

Artigo 7º - Os Associados não responderão, nem subsidiariamente pelas obrigações da entidade;

Tadeu dos Santos Neto
Administrador
CNPJ nº 17.199

Capítulo II Dos Associados

Artigo 5º - Associação Comunitária Educativa Corredor Marinho de Radiodifusão é constituída por um número ilimitado de associados, que serão admitidos, dentre pessoas físicas, maiores de idade, em pleno gozo dos seus direitos civis, e que manifestem interesse em contribuir para a execução dos objetivos da instituição;

§ 1º - É assegurado o ingresso gratuito, como associado, de todo e qualquer cidadão domiciliado na área de execução do serviço;

§ 2º - É assegurado a todos os seus associados, pessoas físicas, em dia com suas obrigações estatutárias, o direito de votar e ser votado para todos os cargos que compõem os órgãos administrativos e deliberativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instâncias deliberativas existentes;

§ 3º - É assegurado o ingresso gratuito, como associados, de pessoas jurídicas sem fins lucrativos, sediadas na área de execução do serviço, conferindo-lhes inclusive, por intermédio de seus representantes legais, o direito de escolher mediante voto, os integrantes dos órgãos deliberativos e administrativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instâncias deliberativas existentes;

§ 4º - A demissão dar-se-á a pedido do associado, mediante a carta dirigida a diretoria instituição, não podendo ser negada;

§ 5º - A Exclusão será aplicada pela diretoria com o aval da Assembleia Geral e ocorrerá por morte física ou por infringir qualquer disposição legal ou estatutária, 30 dias após o associado ter sido notificado por escrito;

§ 6º - O associado poderá recorrer à Assembleia Geral dentro do prazo de 15 (quinze) dias contados a data de recebimento da notificação;

§ 7º - O recurso terá efeito suspensivo até a realização da primeira Assembleia Geral;

§ 8º - A Eliminação considerará-se definitiva se o associado não recorrer da penalidade, no prazo previsto no (§ 6º) deste artigo;

Artigo 6º - Dividem-se associados nas seguintes categorias:

- A) Associados fundadores: Todos aqueles que assinaram a ata de fundação
- B) Associados contribuintes: Todos aqueles que fazem doações espontâneas periodicamente, com esta associação;
- C) Associados doadores pessoas jurídicas: Entidades sem fins lucrativos sediadas na área de execução do serviço de radiodifusão comunitária;

Artigo 7º - Os Associados não responderão, nem subsidiariamente pelas obrigações da entidade;

Tadeu dos Santos Neto
Administrador
CNPJ nº 17.199



Capítulo I
Da denominação, sede, e fins:

Artigo 1º - A Associação Comunitária Educativa Coronel Murtense de Radiodifusão é uma entidade civil sem fim lucrativo com sede na praça Dom Serafin, S/N, centro, Coronel Murtense, MG.

Artigo 2º - A Associação Comunitária Educativa Coronel Murtense de Radiodifusão tem por objetivo:

- I) Unir os moradores;
- II) Desenvolver a Comunidade;
- III) Representar nos assuntos Judicial e extrajudicialmente;
- IV) Proporcionar aos seus associados e dependentes, bem como aos comunitários carentes atividades artísticas, culturais, educacionais, sociais, desportivas, agropecuárias e de comunicação;
- V) Promover atividades assistenciais diretamente ou através de instituições filantrópicas;
- VI) Promover cursos, seminários, palestras, exposições e outros eventos correlatos de interesse da comunidade;
- VII) Oferecer assistência à formação e integração da comunidade estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;
- VIII) Respeitar os valores éticos e sociais das pessoas e da família favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida;
- IX) Não Promover a discriminação de qualquer tipo, seja por preferências sexuais, convicções políticas ideológicas e partidárias;
- X) A responsabilidade e a orientação institucional da entidade cabendo sempre a beneficiários antes ou sucedendo a morte de dez anos com seus direitos garantidos na forma da lei e nos termos de vinte em anos;
- XI) A Associação Comunitária Educativa Coronel Murtense de Radiodifusão exercerá o serviço de Radiodifusão Comunitária no município de Coronel Murtense, MG com o nome fantasia de "Radio Líder FM".

Artigo 3º - Associação Comunitária Educativa Coronel Murtense de Radiodifusão se constitui por tempo indeterminado.

Artigo 4º - Associação Comunitária Educativa Coronel Murtense de Radiodifusão terá como fim a cultura de Anápolis, MG.

por Luciano da Jesus

[Assinatura]
Luciano da Jesus
Diretor
04/04/2017 12:00



Capítulo I
Da denominação, sede, e fins:

Artigo 1º - A Associação Comunitária Educativa Coronel Murtense de Radiodifusão é uma entidade civil sem fim lucrativo com sede na praça Dom Serafin, S/N, centro, Coronel Murtense, MG.

Artigo 2º - A Associação Comunitária Educativa Coronel Murtense de Radiodifusão tem por objetivo:

- I) Unir os moradores;
- II) Desenvolver a Comunidade;
- III) Representar nos assuntos Judicial e extrajudicialmente;
- IV) Proporcionar aos seus associados e dependentes, bem como aos comunitários carentes atividades artísticas, culturais, educacionais, sociais, desportivas, agropecuárias e de comunicação;
- V) Promover atividades assistenciais diretamente ou através de instituições filantrópicas;
- VI) Promover cursos, seminários, palestras, exposições e outros eventos correlatos de interesse da comunidade;
- VII) Oferecer assistência à formação e integração da comunidade estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;
- VIII) Respeitar os valores éticos e sociais das pessoas e da família favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida;
- IX) Não Promover a discriminação de qualquer tipo, seja por preferências sexuais, convicções políticas ideológicas e partidárias;
- X) A responsabilidade e a orientação institucional da entidade cabendo sempre a beneficiários antes ou sucedendo a morte de dez anos com seus direitos garantidos na forma da lei e nos termos de vinte em anos;
- XI) A Associação Comunitária Educativa Coronel Murtense de Radiodifusão exercerá o serviço de Radiodifusão Comunitária no município de Coronel Murtense, MG com o nome fantasia de "Radio Líder FM".

Artigo 3º - Associação Comunitária Educativa Coronel Murtense de Radiodifusão se constitui por tempo indeterminado.

Artigo 4º - Associação Comunitária Educativa Coronel Murtense de Radiodifusão terá como fim a cultura de Anápolis, MG.

por Luciano da Jesus

[Assinatura]
Luciano da Jesus
Diretor
04/04/2017 12:00



Capítulo I
Da denominação, sede, e fins:

Artigo 1º - A Associação Comunitária Educativa Coronel Murtense de Radiodifusão é uma entidade civil sem fim lucrativo com sede na praça Dom Serafin, S/N, centro, Coronel Murtense, MG.

Artigo 2º - A Associação Comunitária Educativa Coronel Murtense de Radiodifusão tem por objetivo:

- I) Unir os moradores;
- II) Desenvolver a Comunidade;
- III) Representar nos assuntos Judicial e extrajudicialmente;
- IV) Proporcionar aos seus associados e dependentes, bem como aos comunitários carentes atividades artísticas, culturais, educacionais, sociais, desportivas, agropecuárias e de comunicação;
- V) Promover atividades assistenciais diretamente ou através de instituições filantrópicas;
- VI) Promover cursos, seminários, palestras, exposições e outros eventos correlatos de interesse da comunidade;
- VII) Oferecer assistência à formação e integração da comunidade estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;
- VIII) Respeitar os valores éticos e sociais das pessoas e da família favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida;
- IX) Não Promover a discriminação de qualquer tipo, seja por preferências sexuais, convicções políticas ideológicas e partidárias;
- X) A responsabilidade e a orientação institucional da entidade cabendo sempre a beneficiários antes ou sucedendo a morte de dez anos com seus direitos garantidos na forma da lei e nos termos de vinte em anos;
- XI) A Associação Comunitária Educativa Coronel Murtense de Radiodifusão exercerá o serviço de Radiodifusão Comunitária no município de Coronel Murtense, MG com o nome fantasia de "Radio Líder FM".

Artigo 3º - Associação Comunitária Educativa Coronel Murtense de Radiodifusão se constitui por tempo indeterminado.

Artigo 4º - Associação Comunitária Educativa Coronel Murtense de Radiodifusão terá como fim a cultura de Anápolis, MG.

por Luciano da Jesus

[Assinatura]
Luciano da Jesus
Diretor
04/04/2017 12:00

**Capítulo III
DA ADMINISTRAÇÃO**



Artigo 8º - A entidade será administrada por :

- I - Assembleia Geral;
- II - Diretoria;
- III - Conselho Comunitário

Artigo 9º A Assembleia Geral é o órgão soberano da entidade, sendo constituída de todos os associados em pleno gozo de seus direitos estatutários.

Artigo 10º - Compete a Assembleia Geral :

- I - Eleger a Diretoria;
- II - Destituir os administradores;
- III - Apreciar recursos contra decisões da diretoria;
- IV - Decidir sobre reforma do estatuto;
- V - Conceder título de associado benemérito e honorário por proposta da diretoria;
- VI - Decidir sobre a conveniência de alienar, transigir, hipotecar, ou penhorar bens patrimoniais;
- VII - Decidir sobre extinção da entidade, nos termos do artigo 23;
- VIII - Aprovar contas;
- IX - Aprovar o regimento interno;

X - Instalar um conselho comunitário composto por, no mínimo, cinco pessoas representantes de entidades da comunidade local, tais como associações de classe, beneficentes, religiosas ou de moradores, exceto a própria entidade executora do serviço, desde que legalmente constituídas, com o objetivo de acompanhar a programação da entidade, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e dos princípios estabelecidos no ART 4º da Lei nº 9.612, de fevereiro de 1998.

Artigo 11º - A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente a cada três meses, para :

- I - Apreciar o relatório anual da diretoria;
- II - Discutir e homologar contas e balanços.

Dra. Sila Nerys Nery
Advogada
OAB/RS 147.204

**Capítulo III
DA ADMINISTRAÇÃO**



Artigo 8º - A entidade será administrada por :

- I - Assembleia Geral;
- II - Diretoria;
- III - Conselho Comunitário

Artigo 9º A Assembleia Geral é o órgão soberano da entidade, sendo constituída de todos os associados em pleno gozo de seus direitos estatutários.

Artigo 10º - Compete a Assembleia Geral :

- I - Eleger a Diretoria;
- II - Destituir os administradores;
- III - Apreciar recursos contra decisões da diretoria;
- IV - Decidir sobre reforma do estatuto;
- V - Conceder título de associado benemérito e honorário por proposta da diretoria;
- VI - Decidir sobre a conveniência de alienar, transigir, hipotecar, ou penhorar bens patrimoniais;
- VII - Decidir sobre extinção da entidade, nos termos do artigo 23;
- VIII - Aprovar contas;
- IX - Aprovar o regimento interno;

X - Instalar um conselho comunitário composto por, no mínimo, cinco pessoas representantes de entidades da comunidade local, tais como associações de classe, beneficentes, religiosas ou de moradores, exceto a própria entidade executora do serviço, desde que legalmente constituídas, com o objetivo de acompanhar a programação da entidade, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e dos princípios estabelecidos no ART 4º da Lei nº 9.612, de fevereiro de 1998.

Artigo 11º - A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente a cada três meses, para :

- I - Apreciar o relatório anual da diretoria;
- II - Discutir e homologar contas e balanços.

Dra. Sila Nerys Nery
Advogada
OAB/RS 147.204

**Capítulo III
DA ADMINISTRAÇÃO**



Artigo 8º - A entidade será administrada por :

- I - Assembleia Geral;
- II - Diretoria;
- III - Conselho Comunitário

Artigo 9º A Assembleia Geral é o órgão soberano da entidade, sendo constituída de todos os associados em pleno gozo de seus direitos estatutários.

Artigo 10º - Compete a Assembleia Geral :

- I - Eleger a Diretoria;
- II - Destituir os administradores;
- III - Apreciar recursos contra decisões da diretoria;
- IV - Decidir sobre reforma do estatuto;
- V - Conceder título de associado benemérito e honorário por proposta da diretoria;
- VI - Decidir sobre a conveniência de alienar, transigir, hipotecar, ou penhorar bens patrimoniais;
- VII - Decidir sobre extinção da entidade, nos termos do artigo 23;
- VIII - Aprovar contas;
- IX - Aprovar o regimento interno;

X - Instalar um conselho comunitário composto por, no mínimo, cinco pessoas representantes de entidades da comunidade local, tais como associações de classe, beneficentes, religiosas ou de moradores, exceto a própria entidade executora do serviço, desde que legalmente constituídas, com o objetivo de acompanhar a programação da entidade, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e dos princípios estabelecidos no ART 4º da Lei nº 9.612, de fevereiro de 1998.

Artigo 11º - A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente a cada três meses, para :

- I - Apreciar o relatório anual da diretoria;
- II - Discutir e homologar contas e balanços.

Dra. Sila Nerys Nery
Advogada
OAB/RS 147.204

Artigo 12º - A Assembleia Geral reunir-se-á extraordinariamente quando convocada :

I - Pela Diretoria ;

II - Pelo Conselho Consultativo

III - Por Solicitação de 2/3 (dois terços) dos associados quites com as obrigações sociais.

Artigo 13º - A convocação da Assembleia Geral se fará por edital afixado em local público(na sede da entidade,na igreja,na prefeitura)publicado na imprensa local por circular ou outros meios convenientes com antecedência de 10 (dez) dias.

Artigo 14º - A entidade será dirigida por uma diretoria composta de Presidente,vice-presidente,secretário e tesoureiro.

Parágrafo Único : - O mandato da diretoria será de 03 (três) anos ,sendo vedada mais de uma reeleição.

Artigo 15º - Compete a Diretoria :

- I- Elaborar e Executar o programa anual de atividades;
- II- Elaborar e apresentar a assembleia geral relatório anual;
- III- Entrosar se com instituições públicas e privadas para mutua colaboração em atividades de interesse comum;
- IV- Contratar e demitir funcionários;

I - Elaborar e executar o programa anual de atividades;

- II- Elaborar e apresentar a Assembleia Geral relatório anual;
- III - Entrosar se com instituições públicas privadas para mutua colaboração em atividades de interesse comum

Artigo 16º - Compete ao Presidente

- I - Representar a entidade judicial e extrajudicialmente
- II - Cumprir e fazer cumprir o estatuto e o regimento interno ;
- III - Presidir a assembleia geral;
- IV - Convocar e presidir as reuniões da diretoria
- V - Assinar com o tesoureiro os cheques e ordens de pagamento a vista ou pré-datado e demais documentos que envolvam a responsabilidade financeira.

Artigo 17º - Compete ao Vice-Presidente :

- I - Substituir o presidente em suas faltas ou impedimentos
- II - Assinar o mandato em caso de vacância até o seu término



Paulo Roberto Nogueira
Advogado
OAB/RS - 147.268



Paulo Roberto Nogueira
Advogado
OAB/RS - 147.268



Paulo Roberto Nogueira
Advogado
OAB/RS - 147.268

Artigo 12º - A Assembleia Geral reunir-se-á extraordinariamente quando convocada :

I - Pela Diretoria ;

II - Pelo Conselho Consultativo

III - Por Solicitação de 2/3 (dois terços) dos associados quites com as obrigações sociais.

Artigo 13º - A convocação da Assembleia Geral se fará por edital afixado em local público(na sede da entidade,na igreja,na prefeitura)publicado na imprensa local por circular ou outros meios convenientes com antecedência de 10 (dez) dias.

Artigo 14º - A entidade será dirigida por uma diretoria composta de Presidente,vice-presidente,secretário e tesoureiro.

Parágrafo Único : - O mandato da diretoria será de 03 (três) anos ,sendo vedada mais de uma reeleição.

Artigo 15º - Compete a Diretoria :

- I- Elaborar e Executar o programa anual de atividades;
- II- Elaborar e apresentar a assembleia geral relatório anual;
- III- Entrosar se com instituições públicas e privadas para mutua colaboração em atividades de interesse comum;
- IV- Contratar e demitir funcionários;

I - Elaborar e executar o programa anual de atividades;

- II- Elaborar e apresentar a Assembleia Geral relatório anual;
- III - Entrosar se com instituições públicas privadas para mutua colaboração em atividades de interesse comum

Artigo 16º - Compete ao Presidente

- I - Representar a entidade judicial e extrajudicialmente
- II - Cumprir e fazer cumprir o estatuto e o regimento interno ;
- III - Presidir a assembleia geral;
- IV - Convocar e presidir as reuniões da diretoria
- V - Assinar com o tesoureiro os cheques e ordens de pagamento a vista ou pré-datado e demais documentos que envolvam a responsabilidade financeira.

Artigo 17º - Compete ao Vice-Presidente :

- I - Substituir o presidente em suas faltas ou impedimentos
- II - Assinar o mandato em caso de vacância até o seu término

Artigo 12º - A Assembleia Geral reunir-se-á extraordinariamente quando convocada :

I - Pela Diretoria ;

II - Pelo Conselho Consultativo

III - Por Solicitação de 2/3 (dois terços) dos associados quites com as obrigações sociais.

Artigo 13º - A convocação da Assembleia Geral se fará por edital afixado em local público(na sede da entidade,na igreja,na prefeitura)publicado na imprensa local por circular ou outros meios convenientes com antecedência de 10 (dez) dias.

Artigo 14º - A entidade será dirigida por uma diretoria composta de Presidente,vice-presidente,secretário e tesoureiro.

Parágrafo Único : - O mandato da diretoria será de 03 (três) anos ,sendo vedada mais de uma reeleição.

Artigo 15º - Compete a Diretoria :

- I- Elaborar e Executar o programa anual de atividades;
- II- Elaborar e apresentar a assembleia geral relatório anual;
- III- Entrosar se com instituições públicas e privadas para mutua colaboração em atividades de interesse comum;
- IV- Contratar e demitir funcionários;

I - Elaborar e executar o programa anual de atividades;

- II- Elaborar e apresentar a Assembleia Geral relatório anual;
- III - Entrosar se com instituições públicas privadas para mutua colaboração em atividades de interesse comum

Artigo 16º - Compete ao Presidente

- I - Representar a entidade judicial e extrajudicialmente
- II - Cumprir e fazer cumprir o estatuto e o regimento interno ;
- III - Presidir a assembleia geral;
- IV - Convocar e presidir as reuniões da diretoria
- V - Assinar com o tesoureiro os cheques e ordens de pagamento a vista ou pré-datado e demais documentos que envolvam a responsabilidade financeira.

Artigo 17º - Compete ao Vice-Presidente :

- I - Substituir o presidente em suas faltas ou impedimentos
- II - Assinar o mandato em caso de vacância até o seu término

II - Prestar de um modo geral a sua colaboração ao presidente;
IV - Participar das reuniões da diretoria com direito a voto.

Artigo 18º Compete ao secretário:

I - Secretariar as reuniões da diretoria e assembleia geral redigindo as atas;
II - Publicar as notícias das atividades da entidade;

III - Organizar e dirigir os serviços de secretaria de acordo com as normas traçadas pela diretoria;

IV - Substituir o vice-presidente em seus impedimentos eventuais.

Artigo 19º Compete ao segundo secretário:

I - Substituir o 1º secretário em suas faltas e impedimentos;

II - Assumir o mandato em caso de vacância até o seu término;

III - Prestar de modo geral sua colaboração ao 1º secretário.

Artigo 20º Compete ao tesoureiro:

I - Arrecadar e contabilizar as contribuições dos associados, renda, auxílios e doativo, mantendo em dia a escrituração;

II - Pagar as contas autorizadas pelo presidente;

III - Apresentar relatório financeiro para ser submetido à assembleia geral;

IV - Conservar sob sua guarda a responsabilidade de documentos relativos a tesouraria;

V - Manter todo numerário em estabelecimento de crédito.

Artigo 21º - A receita da Associação Comunitária Educacional Mantenedora de Radiodifusão necessária à sua manutenção será constituída por:

I - Doações de qualquer natureza, recebidas;

II - Auxílio e subvenções que venha a receber do poder público;

III - Auxílio ou recursos provenientes de convênio que venha a receber de entidades privadas.

Parágrafo Único - Essas rendas, recursos e eventual resultado operacional serão aplicados integralmente na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais.

Capítulo IV Do Patrimônio

Artigo 22º - O patrimônio da entidade será constituído de bens móveis, imóveis, veículos, ações e aplicações de dívida pública.

Artigo 23º - No caso de dissolução da entidade, os bens remanescentes serão destinados à outra entidade congênere juridicamente constituída que esteja registrada no conselho nacional de assistência (C.N.A.S.) ou outro órgão que venha substituí-la.



II - Prestar de um modo geral a sua colaboração ao presidente;
IV - Participar das reuniões da diretoria com direito a voto.

Artigo 18º Compete ao secretário:

I - Secretariar as reuniões da diretoria e assembleia geral redigindo as atas;
II - Publicar as notícias das atividades da entidade;

III - Organizar e dirigir os serviços de secretaria de acordo com as normas traçadas pela diretoria;

IV - Substituir o vice-presidente em seus impedimentos eventuais.

Artigo 19º Compete ao segundo secretário:

I - Substituir o 1º secretário em suas faltas e impedimentos;

II - Assumir o mandato em caso de vacância até o seu término;

III - Prestar de modo geral sua colaboração ao 1º secretário.

Artigo 20º Compete ao Tesoureiro:

I - Arrecadar e contabilizar as contribuições dos associados, renda, auxílios e doativo, mantendo em dia a escrituração;

II - Pagar as contas autorizadas pelo presidente;

III - Apresentar relatório financeiro para ser submetido à assembleia geral;

IV - Conservar sob sua guarda a responsabilidade de documentos relativos a tesouraria;

V - Manter todo numerário em estabelecimento de crédito.

Artigo 21º - A receita da Associação Comunitária Educacional Mantenedora de Radiodifusão necessária à sua manutenção será constituída por:

I - Doações de qualquer natureza, recebidas;

II - Auxílio e subvenções que venha a receber do poder público;

III - Auxílio ou recursos provenientes de convênio que venha a receber de entidades privadas.

Parágrafo Único - Essas rendas, recursos e eventual resultado operacional serão aplicados integralmente na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais.

Capítulo IV Do Patrimônio

Artigo 22º - O patrimônio da entidade será constituído de bens móveis, imóveis, veículos, ações e aplicações de dívida pública.

Artigo 23º - No caso de dissolução da entidade, os bens remanescentes serão destinados à outra entidade congênere juridicamente constituída que esteja registrada no conselho nacional de assistência (C.N.A.S.) ou outro órgão que venha substituí-la.



II - Prestar de um modo geral a sua colaboração ao presidente;
IV - Participar das reuniões da diretoria com direito a voto.

Artigo 18º Compete ao secretário:

I - Secretariar as reuniões da diretoria e assembleia geral redigindo as atas;
II - Publicar as notícias das atividades da entidade;

III - Organizar e dirigir os serviços de secretaria de acordo com as normas traçadas pela diretoria;

IV - Substituir o vice-presidente em seus impedimentos eventuais.

Artigo 19º Compete ao segundo secretário:

I - Substituir o 1º secretário em suas faltas e impedimentos;

II - Assumir o mandato em caso de vacância até o seu término;

III - Prestar de modo geral sua colaboração ao 1º secretário.

Artigo 20º Compete ao Tesoureiro:

I - Arrecadar e contabilizar as contribuições dos associados, renda, auxílios e doativo, mantendo em dia a escrituração;

II - Pagar as contas autorizadas pelo presidente;

III - Apresentar relatório financeiro para ser submetido à assembleia geral;

IV - Conservar sob sua guarda a responsabilidade de documentos relativos a tesouraria;

V - Manter todo numerário em estabelecimento de crédito.

Artigo 21º - A receita da Associação Comunitária Educacional Mantenedora de Radiodifusão necessária à sua manutenção será constituída por:

I - Doações de qualquer natureza, recebidas;

II - Auxílio e subvenções que venha a receber do poder público;

III - Auxílio ou recursos provenientes de convênio que venha a receber de entidades privadas.

Parágrafo Único - Essas rendas, recursos e eventual resultado operacional serão aplicados integralmente na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais.

Capítulo IV Do Patrimônio

Artigo 22º - O patrimônio da entidade será constituído de bens móveis, imóveis, veículos, ações e aplicações de dívida pública.

Artigo 23º - No caso de dissolução da entidade, os bens remanescentes serão destinados à outra entidade congênere juridicamente constituída que esteja registrada no conselho nacional de assistência (C.N.A.S.) ou outro órgão que venha substituí-la.





Presidente
CNPJ 06.940.888/0001-00



Secretário
CNPJ 06.940.888/0001-00



2º Secretário
CNPJ 06.940.888/0001-00



Tesoureiro
CNPJ 06.940.888/0001-00



Vice-Presidente
CNPJ 06.940.888/0001-00



Vice-Tesoureiro
CNPJ 06.940.888/0001-00

Capítulo V
Das disposições Gerais



Artigo 24º - Embora de prazo indeterminado a entidade poderá ser dissolvida por decisão da assembleia geral extraordinária, especialmente convocada para este fim, quando se tornar impossível a continuação de suas atividades.

Artigo 25º - O presente estatuto só poderá ser reformado por decisão da maioria absoluta dos associados em assembleia geral especialmente convocada para esse fim, e entrar em vigor na data do seu registro em cartório.

Artigo 26º - Os casos omissos serão resolvidos pela diretoria e referendados pela assembleia geral.

Coronel Murta 25 de outubro de 2017

João Luciano de Jesus
João Luciano de Jesus
CPF: 027.607.096-80
Presidente

Kindri Pereira Sebastião
Kindri Pereira Sebastião
CPF: 069.386.896-98
Vice-Presidente

Maria Aparecida Aguiar
Maria Aparecida Aguiar
CPF: 087.055.716-50
Secretária

Antônio Satoiro Freitas Correa
Antônio Satoiro Freitas Correa
CPF: 544.700.307-58
Treasureiro

Pauline Pereira Loyola
Pauline Pereira Loyola
CPF: 058.117.806-11
2ª Secretária

Thaís Silva Martins Mota
Thaís Silva Martins Mota
CPF: 069.163.008
2ª Secretária

Averbação

ARAGUAIA - MATRIZ GERAL
agumentado para registro protocolado sob nº 000
a. AVERBAÇÃO NO LX. 0º e 1º do Cartório de
Registro - *Pauline Pereira Loyola*
sob nº 000 - 3 de 11 de 00 - 00 00 00 00
Arrecadação 11/00 - 00 00 00 00
Fólio 000 do Livro
Circulante 000000

Capítulo V
Das disposições Gerais



Artigo 24º - Embora de prazo indeterminado a entidade poderá ser dissolvida por decisão da assembleia geral extraordinária, especialmente convocada para este fim, quando se tornar impossível a continuação de suas atividades.

Artigo 25º - O presente estatuto só poderá ser reformado por decisão da maioria absoluta dos associados em assembleia geral especialmente convocada para esse fim, e entrar em vigor na data do seu registro em cartório.

Artigo 26º - Os casos omissos serão resolvidos pela diretoria e referendados pela assembleia geral.

Coronel Murta 25 de outubro de 2017

João Luciano de Jesus
João Luciano de Jesus
CPF: 027.607.096-80
Presidente

Kindri Pereira Sebastião
Kindri Pereira Sebastião
CPF: 069.386.896-98
Vice-Presidente

Maria Aparecida Aguiar
Maria Aparecida Aguiar
CPF: 087.055.716-50
Secretária

Antônio Satoiro Freitas Correa
Antônio Satoiro Freitas Correa
CPF: 544.700.307-58
Treasureiro

Pauline Pereira Loyola
Pauline Pereira Loyola
CPF: 058.117.806-11
2ª Secretária

Thaís Silva Martins Mota
Thaís Silva Martins Mota
CPF: 069.163.008
2ª Secretária

Averbação

ARAGUAIA - MATRIZ GERAL
agumentado para registro protocolado sob nº 000
a. AVERBAÇÃO NO LX. 0º e 1º do Cartório de
Registro - *Pauline Pereira Loyola*
sob nº 000 - 3 de 11 de 00 - 00 00 00 00
Arrecadação 11/00 - 00 00 00 00
Fólio 000 do Livro
Circulante 000000

Capítulo V
Das disposições Gerais



Artigo 24º - Embora de prazo indeterminado a entidade poderá ser dissolvida por decisão da assembleia geral extraordinária, especialmente convocada para este fim, quando se tornar impossível a continuação de suas atividades.

Artigo 25º - O presente estatuto só poderá ser reformado por decisão da maioria absoluta dos associados em assembleia geral especialmente convocada para esse fim, e entrar em vigor na data do seu registro em cartório.

Artigo 26º - Os casos omissos serão resolvidos pela diretoria e referendados pela assembleia geral.

Coronel Murta 25 de outubro de 2017

João Luciano de Jesus
João Luciano de Jesus
CPF: 027.607.096-80
Presidente

Kindri Pereira Sebastião
Kindri Pereira Sebastião
CPF: 069.386.896-98
Vice-Presidente

Maria Aparecida Aguiar
Maria Aparecida Aguiar
CPF: 087.055.716-50
Secretária

Antônio Satoiro Freitas Correa
Antônio Satoiro Freitas Correa
CPF: 544.700.307-58
Treasureiro

Pauline Pereira Loyola
Pauline Pereira Loyola
CPF: 058.117.806-11
2ª Secretária

Thaís Silva Martins Mota
Thaís Silva Martins Mota
CPF: 069.163.008
2ª Secretária

Averbação

ARAGUAIA - MATRIZ GERAL
agumentado para registro protocolado sob nº 000
a. AVERBAÇÃO NO LX. 0º e 1º do Cartório de
Registro - *Pauline Pereira Loyola*
sob nº 000 - 3 de 11 de 00 - 00 00 00 00
Arrecadação 11/00 - 00 00 00 00
Fólio 000 do Livro
Circulante 000000

ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA PARA ELEIÇÃO DE NOVA DIRETORIA, NOMINAÇÃO DO CONSELHO COMUNITÁRIO E REFORMA DO ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA CORONEL MURTENSE DE RADIODIFUSÃO.



ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA PARA ELEIÇÃO DE NOVA DIRETORIA, NOMINAÇÃO DO CONSELHO COMUNITÁRIO E REFORMA DO ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA CORONEL MURTENSE DE RADIODIFUSÃO.



ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA PARA ELEIÇÃO DE NOVA DIRETORIA, NOMINAÇÃO DO CONSELHO COMUNITÁRIO E REFORMA DO ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA CORONEL MURTENSE DE RADIODIFUSÃO.



Aos 21 dias do mês de abril do ano de dois mil e dezoito às 10 horas da manhã, na sede desta associação, conforme decisão tomada em reunião anterior reuniram-se os membros desta associação para a realização da eleição, nomeação do conselho comunitário e reforma do estatuto conforme nota técnica do Ministério das Comunicações para que o mesmo se adequasse aos novos regulamentos da lei 11.127/2005 e o novo código Civil Brasileiro. Assim iniciaram-se os trabalhos da assembleia pela presidente. Sra. Aline Catarina Alves Correa que convidou para secretar os trabalhos o secretário Gilvan Luiz Gonçalves Filho, onde em seguida procedeu-se a leitura do edital de convocação conforme nota de estatuto, verificou-se neste momento já havia quórum suficiente. Instalada a assembleia a presidente fez um breve relato sobre seu trabalho a frente da associação. Seguindo a ordem do dia a presidente explicou que havia uma chapa única para eleição da nova diretoria composta da seguinte forma:

Presidente: José Luciano de Jesus, brasileiro, casado, autônomo, RG MG 9.095.211 e CPF 027.897.086-80 residente e domiciliado a Rua Inácio Cardoso 04 bairro Figueira Cardoso, Coronel Murta, MG.

Vice-presidente: Kíndere Pereira Sebastião, brasileiro, solteiro, técnico em informática, RG MG-10.677.116 CPF 088.388.896-86, residente e domiciliado a Rua Ceia 332 centro, Coronel Murta, MG.

Secretária: Maria Aparecida Aguiar, brasileira, solteira, secretária, RG MG-15.048.095 CPF 067.055.716-50 residente e domiciliado a Av Miguel Murta 44 bairro Palmeiras, Coronel Murta, MG.

Segunda Secretária: Laudercia Pereira Loyola, brasileira, solteira, RG MG-12.929.777 CPF 058.117.885-11 residente e domiciliado a Rua Ceia 207 centro, Coronel Murta, MG.

Tesoureiro: Anderson Sampaio Freitas, brasileiro, casado, pescador, RG MG-20.291.873 CPF 544.700.307-59 residente e domiciliado a Rua Bernardino Cardoso 504 centro, Coronel Murta, MG.

Após a leitura dos membros da chapa única, como não houve manifestação contrária, colocou-se em votação por aclamação sendo a chapa acima citada eleita por unanimidade, diretoria com mandato até 21 de abril de 2023, seguindo a tomada de posse de cada membro. O presidente José Luciano rogou a DEUS que abençoasse esse novo mandato e agradeceu a deferência a ele dispensada e solicitou aos membros da diretoria para que pudessem juntos trabalhar para o avanço da associação em um todo. E colocou em discussão a proposta do novo estatuto social e após algumas discussões e sugestões foi aprovado o novo estatuto social da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA CORONEL MURTENSE DE RADIODIFUSÃO, alterando todos os



Aos 21 dias do mês de abril do ano de dois mil e dezoito às 10 horas da manhã, na sede desta associação, conforme decisão tomada em reunião anterior reuniram-se os membros desta associação para a realização da eleição, nomeação do conselho comunitário e reforma do estatuto conforme nota técnica do Ministério das Comunicações para que o mesmo se adequasse aos novos regulamentos da lei 11.127/2005 e o novo código Civil Brasileiro. Assim iniciaram-se os trabalhos da assembleia pela presidente. Sra. Aline Catarina Alves Correa que convidou para secretar os trabalhos o secretário Gilvan Luiz Gonçalves Filho, onde em seguida procedeu-se a leitura do edital de convocação conforme nota de estatuto, verificou-se neste momento já havia quórum suficiente. Instalada a assembleia a presidente fez um breve relato sobre seu trabalho a frente da associação. Seguindo a ordem do dia a presidente explicou que havia uma chapa única para eleição da nova diretoria composta da seguinte forma:

Presidente: José Luciano de Jesus, brasileiro, casado, autônomo, RG MG 9.095.211 e CPF 027.897.086-80 residente e domiciliado a Rua Inácio Cardoso 04 bairro Figueira Cardoso, Coronel Murta, MG.

Vice-presidente: Kíndere Pereira Sebastião, brasileiro, solteiro, técnico em informática, RG MG-10.677.116 CPF 088.388.896-86, residente e domiciliado a Rua Ceia 332 centro, Coronel Murta, MG.

Secretária: Maria Aparecida Aguiar, brasileira, solteira, secretária, RG MG-15.048.095 CPF 067.055.716-50 residente e domiciliado a Av Miguel Murta 44 bairro Palmeiras, Coronel Murta, MG.

Segunda Secretária: Laudercia Pereira Loyola, brasileira, solteira, RG MG-12.929.777 CPF 058.117.885-11 residente e domiciliado a Rua Ceia 207 centro, Coronel Murta, MG.

Tesoureiro: Anderson Sampaio Freitas, brasileiro, casado, pescador, RG MG-20.291.873 CPF 544.700.307-59 residente e domiciliado a Rua Bernardino Cardoso 504 centro, Coronel Murta, MG.

Após a leitura dos membros da chapa única, como não houve manifestação contrária, colocou-se em votação por aclamação sendo a chapa acima citada eleita por unanimidade, diretoria com mandato até 21 de abril de 2023, seguindo a tomada de posse de cada membro. O presidente José Luciano rogou a DEUS que abençoasse esse novo mandato e agradeceu a deferência a ele dispensada e solicitou aos membros da diretoria para que pudessem juntos trabalhar para o avanço da associação em um todo. E colocou em discussão a proposta do novo estatuto social e após algumas discussões e sugestões foi aprovado o novo estatuto social da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA CORONEL MURTENSE DE RADIODIFUSÃO, alterando todos os



Aos 21 dias do mês de abril do ano de dois mil e dezoito às 10 horas da manhã, na sede desta associação, conforme decisão tomada em reunião anterior reuniram-se os membros desta associação para a realização da eleição, nomeação do conselho comunitário e reforma do estatuto conforme nota técnica do Ministério das Comunicações para que o mesmo se adequasse aos novos regulamentos da lei 11.127/2005 e o novo código Civil Brasileiro. Assim iniciaram-se os trabalhos da assembleia pela presidente. Sra. Aline Catarina Alves Correa que convidou para secretar os trabalhos o secretário Gilvan Luiz Gonçalves Filho, onde em seguida procedeu-se a leitura do edital de convocação conforme nota de estatuto, verificou-se neste momento já havia quórum suficiente. Instalada a assembleia a presidente fez um breve relato sobre seu trabalho a frente da associação. Seguindo a ordem do dia a presidente explicou que havia uma chapa única para eleição da nova diretoria composta da seguinte forma:

Presidente: José Luciano de Jesus, brasileiro, casado, autônomo, RG MG 9.095.211 e CPF 027.897.086-80 residente e domiciliado a Rua Inácio Cardoso 04 bairro Figueira Cardoso, Coronel Murta, MG.

Vice-presidente: Kíndere Pereira Sebastião, brasileiro, solteiro, técnico em informática, RG MG-10.677.116 CPF 088.388.896-86, residente e domiciliado a Rua Ceia 332 centro, Coronel Murta, MG.

Secretária: Maria Aparecida Aguiar, brasileira, solteira, secretária, RG MG-15.048.095 CPF 067.055.716-50 residente e domiciliado a Av Miguel Murta 44 bairro Palmeiras, Coronel Murta, MG.

Segunda Secretária: Laudercia Pereira Loyola, brasileira, solteira, RG MG-12.929.777 CPF 058.117.885-11 residente e domiciliado a Rua Ceia 207 centro, Coronel Murta, MG.

Tesoureiro: Anderson Sampaio Freitas, brasileiro, casado, pescador, RG MG-20.291.873 CPF 544.700.307-59 residente e domiciliado a Rua Bernardino Cardoso 504 centro, Coronel Murta, MG.

Após a leitura dos membros da chapa única, como não houve manifestação contrária, colocou-se em votação por aclamação sendo a chapa acima citada eleita por unanimidade, diretoria com mandato até 21 de abril de 2023, seguindo a tomada de posse de cada membro. O presidente José Luciano rogou a DEUS que abençoasse esse novo mandato e agradeceu a deferência a ele dispensada e solicitou aos membros da diretoria para que pudessem juntos trabalhar para o avanço da associação em um todo. E colocou em discussão a proposta do novo estatuto social e após algumas discussões e sugestões foi aprovado o novo estatuto social da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA CORONEL MURTENSE DE RADIODIFUSÃO, alterando todos os



artigos ficando o novo estatuto com 27 artigos, conforme novo texto que vai assinado pelo Diretoria e pelo advogado. O presidente falou que o conselho comunitário tem o objetivo de acompanhar a programação da empresa, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e dos princípios estabelecidos no art. 4º da Lei nº 9.612, de fevereiro, de 1998.

passou a nomeação do conselho comunitário que ficou da seguinte forma:

01- Osmane Celestino de Almeida, RG-4.828.252 e CPF 851850865-53

representante do Centro Comunitário Rural do Alagadinho, CNPJ: 22.708.457/0001-58.

02- Maria Pereira dos Santos, RG MG-11.137.756 CPF 066.610.806-47

representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Coronel Murta, CNPJ: 18.355.214/0001-46.

03- Glivan Luiz Gonçalves Filho, RG MG-13.348.193 e CPF 100.121.016-84

representante da Igreja Presbiteriana Renovada de Itadoin, CNPJ: 02.291.673/0001-73.

04- Marlene Ferreira dos Santos, RG MG-7.947.355 e CPF 071.526.286-72

representante do Conselho Comunitário de Segurança Pública de Coronel Murta, CNPJ: 07.358.664/0001-57.

05- Marlene Sousa Silva, RG MG-12.339.329 e CPF 058.658.895-31


representante da Associação comunitária de desenvolvimento rural de Itadoin, Candeio.


Mais uma vez o presidente passou a palavra a quem quisesse manifestar, e na ausência de manifesto e nada mais havendo a tratar, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a assembleia geral, determinando a mim secretário que lavasse a presente ata e levasse a registro junto aos órgãos públicos competentes para surgir os efeitos jurídicos necessários a presente ata segue assinada por mim Maria Aparecida Aguiar, que secretaria os trabalhos desta assembleia e pelo presidente José Luciano de Jesus, como sinal de sua aprovação.

Coronel Murta 21 de abril de 2017.


José Luciano de Jesus
CPF 027.607.096-60
Presidente


Maria Aparecida Aguiar
CPF 067.055.716-50
Secretária


Antônio Saneio Bretas Correa
CPF 068.385.556-58
Vice-Presidente


Antônio Saneio Bretas Correa
CPF 068.385.556-58
Vice-Presidente



artigos ficando o novo estatuto com 27 artigos, conforme novo texto que vai assinado pelo Diretoria e pelo advogado. O presidente falou que o conselho comunitário tem o objetivo de acompanhar a programação da empresa, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e dos princípios estabelecidos no art. 4º da Lei nº 9.612, de fevereiro, de 1998.

passou a nomeação do conselho comunitário que ficou da seguinte forma:

01- Osmane Celestino de Almeida, RG-4.828.252 e CPF 851850865-53

representante do Centro Comunitário Rural do Alagadinho, CNPJ: 22.708.457/0001-58.

02- Maria Pereira dos Santos, RG MG-11.137.756 CPF 066.610.806-47

representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Coronel Murta, CNPJ: 18.355.214/0001-46.

03- Glivan Luiz Gonçalves Filho, RG MG-13.348.193 e CPF 100.121.016-84

representante da Igreja Presbiteriana Renovada de Itadoin, CNPJ: 02.291.673/0001-73.

04- Marlene Ferreira dos Santos, RG MG-7.947.355 e CPF 071.526.286-72

representante do Conselho Comunitário de Segurança Pública de Coronel Murta, CNPJ: 07.358.664/0001-57.


05- Marlene Sousa Silva, RG MG-12.339.329 e CPF 058.658.895-31

representante da Associação comunitária de desenvolvimento rural de Itadoin, Candeio.


Mais uma vez o presidente passou a palavra a quem quisesse manifestar, e na ausência de manifesto e nada mais havendo a tratar, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a assembleia geral, determinando a mim secretário que lavasse a presente ata e levasse a registro junto aos órgãos públicos competentes para surgir os efeitos jurídicos necessários a presente ata segue assinada por mim Maria Aparecida Aguiar, que secretaria os trabalhos desta assembleia e pelo presidente José Luciano de Jesus, como sinal de sua aprovação.

Coronel Murta 21 de abril de 2017.


José Luciano de Jesus
CPF 027.607.096-60
Presidente


Maria Aparecida Aguiar
CPF 067.055.716-50
Secretária


Antônio Saneio Bretas Correa
CPF 068.385.556-58
Vice-Presidente


Antônio Saneio Bretas Correa
CPF 068.385.556-58
Vice-Presidente



artigos ficando o novo estatuto com 27 artigos, conforme novo texto que vai assinado pelo Diretoria e pelo advogado. O presidente falou que o conselho comunitário tem o objetivo de acompanhar a programação da empresa, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e dos princípios estabelecidos no art. 4º da Lei nº 9.612, de fevereiro, de 1998.

passou a nomeação do conselho comunitário que ficou da seguinte forma:

01- Osmane Celestino de Almeida, RG-4.828.252 e CPF 851850865-53

representante do Centro Comunitário Rural do Alagadinho, CNPJ: 22.708.457/0001-58.

02- Maria Pereira dos Santos, RG MG-11.137.756 CPF 066.610.806-47

representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Coronel Murta, CNPJ: 18.355.214/0001-46.

03- Glivan Luiz Gonçalves Filho, RG MG-13.348.193 e CPF 100.121.016-84

representante da Igreja Presbiteriana Renovada de Itadoin, CNPJ: 02.291.673/0001-73.

04- Marlene Ferreira dos Santos, RG MG-7.947.355 e CPF 071.526.286-72

representante do Conselho Comunitário de Segurança Pública de Coronel Murta, CNPJ: 07.358.664/0001-57.

05- Marlene Sousa Silva, RG MG-12.339.329 e CPF 058.658.895-31

representante da Associação comunitária de desenvolvimento rural de Itadoin, Candeio.


Mais uma vez o presidente passou a palavra a quem quisesse manifestar, e na ausência de manifesto e nada mais havendo a tratar, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a assembleia geral, determinando a mim secretário que lavasse a presente ata e levasse a registro junto aos órgãos públicos competentes para surgir os efeitos jurídicos necessários a presente ata segue assinada por mim Maria Aparecida Aguiar, que secretaria os trabalhos desta assembleia e pelo presidente José Luciano de Jesus, como sinal de sua aprovação.

Coronel Murta 21 de abril de 2017.


José Luciano de Jesus
CPF 027.607.096-60
Presidente


Maria Aparecida Aguiar
CPF 067.055.716-50
Secretária


Antônio Saneio Bretas Correa
CPF 068.385.556-58
Vice-Presidente


Antônio Saneio Bretas Correa
CPF 068.385.556-58
Vice-Presidente



Cartório de Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas

CNPJ: 14.885.616/0001-00
Praça Cel. José Antônio Tanure, nº 78, sl. 102 - Esplanada
Fone: (33)3731-2580
Juliana Pinto da Silva - Oficial

PROTOCOLO Nº 874 REG Nº 490 - LIV 18-A - PÁG 281 - AV Nº 18

Araçuaí, MG, 04 de maio de 2017.
Juliana Pinto da Silva - Oficial

Despesas	Emolumento	Recompe	TFJ	Total
	150,49	8,97	52,55	212,01

Poder Judiciário - TJMG - Corregedoria Geral de Justiça
Ofício Cartório de Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas
Selo Número: BIB89156
Código: 4398.4058.9417.7268
Total de atos: 12 / Emol: 159,46 TFJ: 52,55 Total: 212,01
Consulte a validade deste Selo no site: <https://selos.tjmg.jus.br>

Averbação

ARAÇUAÍ - MINAS GERAIS

Apresentado para registro protocolado sob nº 874
e, AVERBADO NO Lv. nº 18 do Cartório de
Registro Civil das Pessoas Jurídicas
sob nº 490 à fls. 281 em 04/05/2017
Araçuaí / MG 04 / maio 2017
Oficial Juliana

Flávia Rodrigues dos Santos
Escrivã Autorizada

EM BRANCO



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF

Cadastro de Pessoas Físicas

Número de Inscrição

058.117.866-11

Nome

LAUDERICA PEREIRA LOYOLA

Nascimento

26/03/1984



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



ESTADO DE MINAS GERAIS
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

1390-1



POLEGAR DIREITO



Sauderica Pereira Loyola.

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Cartão de uso pessoal e intransferível.
Deve ser apresentado junto com um documento de identidade.

Emissão
SET/2000



www.correios.com.br

ALTEROSA

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO
GERAL

MG-12.929.777

DATA DE
EXPEDIÇÃO

26/10/2005

NOME

LAUDERICA PEREIRA LOYOLA

FILIAÇÃO

EPAMINONDAS PEREIRA LOYOLA

MARIA PEREIRA LOYOLA

NATURALIDADE

RUBELITA-MG

DATA DE NASCIMENTO

26/3/1984

DOC ORIGEM

NASC. LV-1A FL-5

CORONEL MURTA-MG

CPF

PII-1390

IVETE MELO BRAUNA
ASSINATURA DO DIRETOR

2.VIA

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

PROCURAÇÃO BASTANTE QUE FAZ A : ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA
EDUCATIVA CORONEL MURTENSE DE RADIODIFUSÃO A
FAVOR DE ADILSON SOARES DE SOUZA NA FORMA QUE SEGUE :

Pelo particular instrumento de procuração, virem que aos 24 dias do mês de abril de 2017 compareceu como outorgante: Associação Comunitária Educativa Coronel Murtense de Radiodifusão , pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ 02.559.556/0001-48 ,com sede e foro na Praça Dom Serafim S/N,centro de Coronel Murta ,MG neste ato representada por seu presidente José Luciano de Jesus ,brasileiro, casado, autônomo ,portadora do RG MG 9.095.211 SSP/MG e CPF 027.607.096-80 residente e domiciliado a Rua Inácio Cardoso 04,bairro ,Freire Cardoso,Coronel Murta,MG, nomeia e constitui seu bastante procurador ADILSON SOARES DE SOUZA brasileiro,casado, Técnico em Telecomunicações, registrado no CREA-DF sob o numero 9631/TD, portador da CI/RG M.5.773.960 SSP/MG e do CPF 744.523.396-20 residente e domiciliado a Rua Onze N° 47 Bairro Jose Correa Machado –Montes Claros /MG,como mandatário,a quem outorga amplos poderes para praticar todos os atos referente a esta Associação junto a Anatel e ao Ministério das comunicações podendo para tanto prestar declarações e informações ,juntar e retirar documentos, assinar termos ,formulários, requerimentos ,projetos,praticar em fim todos os atos indispensáveis ao fiel desempenho deste mandato.

Coronel Murta 24 de abril de 2017



José Luciano de Jesus

José Luciano de Jesus

CPF. 027.607.096-80

Presidente

 Selo de Fiscalização CSK 96834	Serviço Registral e Notarial Av. Ruy Barbosa, 100 - Centro - Coronel Murta/MG Rua Paraná, 333 - Bda Vista CEP: 39635-000 - Coronel Murta/MG	Reconheço por semelhança a(s) firma(s) de <i>José Luciano de Jesus</i> e dou No. _____ Cel. Murta, _____ do _____ de 2017 Em Teste _____ de validade _____ O Tabelião _____ Emol. R\$ 480 T.F.J. R\$ 249 Total R\$ 729
--	--	--



República Federativa do Brasil

Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia
Carteira de Identidade Profissional

Registro Nacional

070855169-6



Nome

ADILSON SOARES DE SOUZA

Filiação

URANIA SOARES DE SOUZA

C.P.F.

744.523.396-20

Documento de Identidade

MG-5773960 SSP-MG

Tipo Sang.

Nascimento

24/10/1970

Naturalidade

MONTES CLAROS

UF

MG

Nacionalidade

BRASILEIRA

Crea de Registro

CREA-DF

Emissão

26/10/2011

Data de Registro

07/06/2010

Ass. Presidente

Registro no Crea

DF-9631/TD



Título Profissional

Técnico em Telecomunicações

Ass. do Profissional

088844000

Vale como Documento de Identidade e tem Fé Pública (§2º do art. 56 da Lei nº 5194 de 24/12/66 e Lei nº 6206 de 07/05/75)

Valida em todo o
Território Nacional

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral**Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

	REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA	
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 02.559.556/0001-48 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 01/06/1998
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO COM.EDUCATIVA CORONEL MURTENSE DE RADIODIFUSAO		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ASCOMECOM		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada		
LOGRADOURO PC DOM SERAFIM	NÚMERO 85	COMPLEMENTO
CEP 39.635-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO CORONEL MURTA
UF MG		
ENDEREÇO ELETRÔNICO ROXOCONTABILIDADE@HOTMAIL.COM		TELEFONE (33) 3731-1641
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 01/06/1998
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **05/02/2018** às **17:11:51** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

© Copyright Receita Federal do Brasil - 05/02/2018



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: ASCOMECOMASSOC COMUN.EDUCATIVA COR. MURTENSE DE RADIODIFUSA
CNPJ: 02.559.556/0001-48

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 15:43:00 do dia 01/02/2018 (hora e data de Brasília).

Válida até 03/03/2018.

Certidão expedida gratuitamente.

Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviço de Radiodifusão
Departamento de Outorga de Serviço de Radiodifusão
ROTEIRO DE ANÁLISE LEGAL DE RADCOM

Identificação do Processo

Número: 53900.049962/2015 Localidade / UF: CORONEL MURTA/MG
Entidade: ASSOCIACAO COM.EDUCATIVA CORONEL MURTENSE DE RADIODIFUSAO
Aviso: 1 Publicação: 05/11/1998 Prazo: 45 Canal: 200

Processo

1. A Entidade é uma: Associação

2. Quadro Diretivo da Associação ou Fundação

Nome	CPF	Cargo	Mandato	Telefone
Maria Aparecida Aguilar	087.055.716-50	Secretário	21/04/2017 21/04/2020	
ANTONIO SANSIO BRETAS CORREA	544.700.307-59	Tesoureiro	21/04/2017 21/04/2020	
JOSE LUCIANO DE JESUS	027.607.096-80	Presidente	21/04/2017 21/04/2020	
KINDERE PEREIRA SEBASTIÃO	069.380.896-98	Vice-Presidente	21/04/2017 21/04/2020	
Lauderica Pereira Loyola	058.117.866-11	2º Secretário	21/04/2017 21/04/2020	

3. Conclusão Geral (Parecer Legal)

Processo nº 53900.049962/2015-74

Localidade: Coronel Murta/MG

Entidade: Associação Comunitária Educativa Coronel Murtense de Radiodifusão

Documentos exigidos para a renovação:

1) Requerimento de renovação: (1971817)

1.1) Data de postagem / Protocolo no SEI: 20/06/2017

1.2) Tempestividade: () Sim () Não.

2) Estatuto Social: (2565714) (2565716) (2565717) (2565718) (2565719) (2565721) (2565722) - registrado

2.1) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: ART. 2, XI

2.2) Garantia de ingresso gratuito, como associado: ART. 5, §1º, §3º

2.3) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: ART. 5, §2º, §3º

2.4) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: ART. 5, §2º

2.5) Órgão administrativo e cargos: ART. 14

2.6) Atribuições do Órgão administrativo: ART. 16-20

2.7) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução: ART. 14, §Único (3 anos)

2.8) Conselho Comunitário e modo de funcionamento: ART. 10, X

3) Ata de Eleição da Diretoria: (2565723) (2565725) (2565726) ? registrada

Data: 21/04/2017 a 21/04/2020

Presidente: José Luciano de Jesus

Vice-Presidente: Kindere Pereira Sebastião

Secretário(a): Maria Aparecida Aguilar

2º Secretário(a): Lauderica Pereira Loyola

Tesoureiro(a): Antônio Sansio Bretas Correa

4) Comprovantes de maioria e nacionalidade: fl. 01-04 (1971812); (2565727) (2565728) (2565730).

5) CNPJ: (2631440)

6) Certidão Negativa da Anatel: (2631445)

7) Declaração de conformidade: fl. 4 (1294408)

8) Relatório do Conselho Comunitário sobre a programação da emissora: (1971816)

*****CONCLUSÕES:**

- Após consulta ao sítio do Anatel, constatou-se a inexistência de débitos.
- A entidade não possui vínculos.
- Processo instruído.
- Será elaborado e-mail solicitando informações à CGFI acerca de processos de apuração de infração em andamento ou já concluídos.

Luciana Pimentel Chaves

Data de Envio:

05/02/2018 17:54:46

De:

MCTIC/CGRC (SEI-MC) <cgrc.sei@mctic.gov.br>

Para:

Lilian <lilian.misquita@mctic.gov.br>

leandro.lima@mctic.gov.br

Assunto:

Informação sobre entidade comunitária que pleiteia a Renovação de Outorga

Mensagem:

Solicito informação acerca da existência de eventual Processo de Apuração de Infração (concluído ou em trâmite) instaurado em desfavor da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA CORONEL MURTENSE DE RADIODIFUSÃO, entidade que requer renovação de outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Coronel Murta / MG (processo nº 53900.049962/2015-74), devendo ser esclarecida a situação, salientando, ainda, se e quando houve aplicação de sanção.

Atenciosamente,

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária


Zimbra

natalia.froemming@mctic.gov.br

Re: Informação sobre entidade comunitária que pleiteia a Renovação de Outorga

De : Lilian Magalhaes de Misquita Vieira
<lilian.misquita@mctic.gov.br>

Ter, 06 de fev de 2018 15:25

 1 anexo

Assunto : Re: Informação sobre entidade comunitária que pleiteia a Renovação de Outorga

Para : MCTIC <cgrc.sei@mctic.gov.br>

Cc : Mariza Oshiro <mariza.oshiro@mctic.gov.br>

Em atenção ao e-mail, informamos que foram encontrados registros de processos atribuídos à Interessada no banco de dados de controle de Processos de Apuração de Infração - PAIs e no Sistema de Controle de Radiodifusão - SRD, cujo resultado segue abaixo:

Registros de PAIs ativos:

53900.061465/2015

- Em trâmite;
- Processo em fase de apuração de possível irregularidade.

Registros de PAIs concluídos (relação de antecedentes no SRD em anexo):

NADA CONSTA

----- Mensagem original -----

De: "MCTIC" <cgrc.sei@mctic.gov.br>

Para: "Lilian" <lilian.misquita@mctic.gov.br>, "Leandro Pedro de Lima" <leandro.lima@mctic.gov.br>

Enviadas: Segunda-feira, 5 de fevereiro de 2018 17:54:46

Assunto: Informação sobre entidade comunitária que pleiteia a Renovação de Outorga

Solicito informação acerca da existência de eventual Processo de Apuração de Infração (concluído ou em trâmite) instaurado em desfavor da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA CORONEL MURTENSE DE RADIODIFUSÃO, entidade que requer renovação de outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Coronel Murta / MG (processo nº 53900.049962/2015-74), devendo ser esclarecida a situação, salientando, ainda, se e quando houve aplicação de sanção.

Atenciosamente,

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

--

Lilian Magalhães de Misquita Vieira

Chefe do Serviço de Degravação - SEDEG

Coordenação-Geral de Fiscalização de Outorga - CGFI

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações -
MCTIC

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo, 3ºAndar, Sala 324-
oeste.

CEP 70044-900 Brasília/DF

Telefone: (61) 2027-6811

lilian.misquita@mctic.gov.br



SRD - CORONEL MURTA.pdf

272 KB


[Menu Principal](#)

[SRD >>> Consultas >>> Geral](#) | [menu](#) [ajuda](#)

Consulta Geral - RADCOM

Identificação do Pedido RADCOM

UF: MG
Município: Coronel Murta
Canal: 200
Fase: 3

Distrito:
Sub Distrito:
Local Específico:

Dados da Entidade

Entidade: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA CORONEL MURTENSE DE RADIODIFUSÃO
Nome Fantasia:
Logradouro: PRAÇA DOM SERAFIM
Telefone: (00) 0000
Situação: Entidade não possui débitos

CNPJ: 02.559.556/0001-48
Bairro: CENTRO
Número: S/N
Fax: Não Informado

Dados da Outorga

Dados da Entidade

CNPJ: 02559556000148

[Pesquisar](#)

Razão Social: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA CORONEL MURTENSE DE RADIODIFUSÃO
Tipo de Usuário: Integral

Endereço Sede

País: Brasil
Número do CEP: 39635000
Número: S/N
Município: Coronel Murta
Telefone: 00 0000
Logradouro: PRAÇA DOM SERAFIM
Complemento:
Distrito:
Bairro: CENTRO
SubDistrito:
Estado: MG
Fax:

Endereço de Correspondência

País: Brasil
Número do CEP: 39635000
Número: s/n
Município: Coronel Murta
Telefone:
Logradouro: AV VEREDA 95
Complemento:
Distrito:
Bairro: MARIA DA GLORIA
SubDistrito:
Estado: MG
Fax:
E-mail:

Dados da Outorga

Data Publicação Contrato/Convênio: 04/10/2006

Data Limite Instalação: 04/04/2007

Número do Processo: 537100009481998

Fistel: 50400853469

Caixa:

Sequência:

Documentos Emitidos

Atualização de Documentos

Protocolo	Doc. SEI	Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza
<input type="text"/>	213		Portaria	MC	28/04/2004	10/05/2004	Autoriza Executar Serviço	Jur.
<input type="text"/>	53455		ATO	CMPRL	07/10/2005 1	10/10/2005	Autoriza o Uso de Radiofrequência de RADCOM	Téc.
<input type="text"/>	427		Decreto Legislativo	CN	03/10/2006	04/10/2006	Deliber. do C. Nacional	Jur.

	61660	ATO	CMPRL	30/10/2006 1	01/11/2006	Autoriza o Uso de Radiofrequência de RADCOM	Téc.
--	-------	-----	-------	--------------	------------	---	------

Característica da Estação Instalada**Dados do Licenciamento****Dados da Estação**

Entidade: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA CORONEL MURTENSE DE RADIODIFUSÃO
- CNPJ/CPF(02.559.556/0001-48)

Situação: Entidade não possui débitos

Município/UF: CORONEL MURTA/MG

Canal: 200

Indicativo: ZYX365

Dia Início

Dia Fim

Hora Início

Hora Fim

X

Domingo

Sábado

06:00

21:00

X



Tela Inicial



Imprimir



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO - CGJC
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 916 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
2027-6535/6196

PARECER n. 01578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 01250.011668/2016-79

INTERESSADO: SERAD - SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

ASSUNTOS: RENOVAÇÃO DE OUTORGA DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

Radiodifusão comunitária. Renovação de outorgas. Elaboração de manifestação jurídica referencial, nos termos da ON AGU nº 55/2014. Dispensa de análise jurídica individualizada. Documentos a serem conferidos pela área técnica. Hipóteses de renovação e de não renovação. Desnecessidade de remessa dos processos de renovação de outorga para esta CONJUR, salvo nas hipóteses especificadas no Parecer.

I – Relatório

1. Trata-se de solicitação do Consultor Jurídico para elaboração de manifestação jurídica referencial a respeito dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária, nos termos do que autoriza a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, do Advogado-Geral da União.
2. A elaboração desta manifestação referencial se soma aos esforços da Consultoria Jurídica em execução junto ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações quanto à desburocratização e racionalização de procedimentos, além da atribuição de maior celeridade à tramitação de processos relativos aos serviços de radiodifusão.
3. É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.I. Preliminarmente

4. Inicialmente, cumpre esclarecer que o novo regramento infralegal responsável por disciplinar os procedimentos de outorga e pós-outorga relativos ao Serviço de Radiodifusão Comunitária é a Portaria nº 4334/2015, publicada no Diário Oficial da União em 21 de setembro de 2015.
5. Em virtude disso, o Parecer Referencial Nº 475/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU, que fora elaborado à luz da antiga Portaria nº 462/2011, perdeu sua aplicação prática, uma vez que a nova Portaria nº 4334/2015 revogou a referida Portaria anterior, de modo que se faz necessária a elaboração de novo Parecer Referencial, desta vez com base na atual legislação.

II.II. Requisitos para elaboração de manifestação jurídica referencial.

6. A ON AGU nº 55/2014 autoriza a dispensa de análise jurídica individualizada nos casos repetitivos que sejam objeto de "manifestação jurídica referencial". Assim, nessas hipóteses, cabe à área técnica atestar no processo que o caso se amolda ao parecer referencial, ficando dispensada a remessa do processo à Consultoria Jurídica - CONJUR. Vejamos a íntegra do ato:

"ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS"

7. Como se pode observar, a ON AGU nº 55/2014 prevê dois requisitos para a utilização desse expediente: (i) o volume elevado de processos com impacto sobre a atuação da CONJUR e sobre a celeridade dos serviços administrativos; e (ii) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento às exigências legais a partir da conferência de documentos.

8. Quanto ao primeiro requisito, verifica-se que, atualmente, cerca de 55% (cinquenta e cinco por cento) dos processos em tramitação na Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação - CGJC se referem à renovação de outorgas de rádios comunitárias. Ademais, segundo informações colhidas junto à área técnica, há mais de 700 (setecentos) processos idênticos em tramitação na Secretaria de Radiodifusão, com previsão de serem encaminhados para a análise desta CONJUR.

9. Assim, fica demonstrado que o impacto sobre a atuação deste órgão consultivo é significativo, atendendo ao primeiro requisito previsto na ON AGU 55/2014.

10. A segunda exigência também está contemplada, isto porque, sob o aspecto jurídico, boa parte dos processos de renovação se resume a simples verificação de documentos.

11. Dessa maneira, este Parecer referencial tratará dos processos que não necessitem de uma análise mais aprofundada desta Consultoria, por constituir mera verificação de documentos.

12. É importante registrar, ainda, que a questão da renovação das outorgas, sob a égide do novel regimento já foi objeto de análise de diversos pareceres desta CONJUR, constituindo objeto da presente manifestação, tão somente, a consolidação desse entendimento.

II.III. Dos requisitos para a renovação das outorgas de radiodifusão comunitária.

13. A possibilidade de renovação das outorgas do serviço de radiodifusão comunitária está contemplada na Lei nº 9.612/1998 (art. 6º, parágrafo único), que permite “a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes”.

14. Por seu turno, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615/1998, determina, em seu art. 36, que a autorizada deve: (i) apresentar requerimento de renovação no prazo compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da vigência da outorga; e (ii) cumprir as exigências estabelecidas pelo Ministério das Comunicações.

15. Atualmente, como assentado nos albores desta peça, o dispositivo infralegal responsável por disciplinar os procedimentos de outorga e pós-outorga relativos ao Serviço de Radiodifusão Comunitária é a Portaria nº 4.334/2015,

publicada no Diário Oficial da União de 21 de setembro de 2015. No que tange especificamente à renovação de outorga de radiodifusão comunitária, assim dispõe a citada norma em seu art. 136:

“Art. 136. Os pedidos de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária em trâmite no Ministério das Comunicações na data de publicação desta Portaria serão processados em conformidade com as disposições desta Portaria”

16. No que tange à tempestividade do pedido de renovação, cumpre observar o disposto nos arts. 130, *caput*, e 131, §4º, da indigitada norma:

“Art. 130. O procedimento de renovação será processado eletronicamente e iniciado por ato do Ministério das Comunicações no prazo de até doze meses antes do termo final da outorga.

Art. 131. Instaurado o processo de renovação, a entidade será notificada para, no prazo de trinta dias, manifestar interesse na renovação, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

(...)

§ 4º Independentemente da notificação de que trata o caput deste artigo, a entidade interessada poderá dirigir requerimento ao Ministério das Comunicações, observado o prazo de até um mês antes do vencimento da respectiva outorga”.

17. Consoante se extrai dos dispositivos suso reproduzidos, a atual Portaria nº 4334/2015 conferiu ao Ministério apenas a atribuição de iniciar o procedimento de renovação no prazo de até doze meses antes do final da outorga, consistindo na instauração do processo, instruído com os documentos arrolados (art. 130, *caput*), e notificação da outorgada para manifestação e juntada dos demais documentos (art. 131, *caput*), não isentando a entidade da intransferível obrigação de formular, tempestivamente, sua manifestação de interesse na renovação da autorização, manifestação esta que deve ter concretude no atendimento da notificação ministerial (art. 131, *caput*) ou na apresentação de requerimento específico, na eventualidade de não ter recebido a notificação da Administração para tanto (art. 131, § 4º). Sobre este especialíssimo aspecto obrigacional, a norma *sub exame* determina:

“Art. 132. A renovação será indeferida nos casos em que:

I – não tenha sido observado o prazo do § 4º do art. 131”.

18. Portanto, na hipótese em que o Ministério não tenha instaurado *de ofício* o processo de renovação da outorga, incumbe à entidade apresentar requerimento em até um mês antes do vencimento da respectiva outorga, sob pena de extinção desta.

19. Impende consignar, ainda, os casos de renovação abarcados pela Portaria nº 197, de 1º de julho de 2013, que conheceu como tempestivos os requerimentos formulados até 30 de novembro de 2013, mesmo que não atendessem ao prazo previsto na legislação aplicável à época, senão vejamos:

“Art. 1º Os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados até 30 de novembro de 2013, por protocolo ou postagem pelos Correios, que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011 – Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovada pela Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, que dará prosseguimento aos respectivos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.

§ 1º As entidades que cumprirem o disposto no caput, poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a conclusão do processo de renovação.

§ 2º Serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados após a data a que se refere o caput e que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011.

§ 3º Expirado o prazo de vigência da outorga, a autorização será declarada extinta:

I - na hipótese do § 2º deste artigo; e

II - nos casos em que a entidade não tenha apresentado pedido de renovação”.

20. Ultimados os esclarecimentos preambulares pertinentes, urge frisar que a tempestividade é condição para o deferimento do pedido de renovação, sendo a sua intempestividade causa de extinção da outorga. Como a matéria refere-se apenas à conferência do cumprimento do prazo, entende-se que não há maiores empecilhos jurídicos, amoldando-se à hipótese da ON AGU nº 55/2014. Assim, caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, se o pedido da entidade requerente é ou não tempestivo.

21. Igualmente se adequam às disposições da ON AGU nº 55/2014 os casos de inércia da entidade, os quais se configuram quando a interessada sequer formula requerimento de renovação (inércia pura e simples) e quando não são atendidas no prazo as exigências impostas pelo Ministério, conforme disposto nos art. 131, §3º, e 132, inciso II, da Portaria nº 4334/2015:

“Art. 131. (omissis)

(...)

§ 3º A interessada será notificada para suprir, no prazo de trinta dias, eventuais omissões ou irregularidades constatadas na documentação apresentada.

Art. 132. A renovação será indeferida nos casos em que:

(...)

II - não tenham sido apresentados os documentos ou regularizadas as pendências, conforme solicitação do Ministério das Comunicações;”.

22. Destarte, entende-se que também não se vislumbram maiores empecilhos jurídicos quando configuradas as hipóteses de inércia da entidade, seja pela ausência pura e simples de requerimento de renovação, seja pelo não atendimento a contento das exigências impostas, de modo que caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, a ocorrência ou não de inércia da interessada.

23. Verificada a tempestividade do requerimento, bem como a inoccorrência de inércia, cabe analisar o atendimento às demais exigências fixadas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, conforme relação de documentos constante da legislação em vigor, em especial o art. 131 da Portaria nº 4334/2015:

(1) requerimento de renovação, conforme modelo constante do Anexo V;

(2) estatuto social atualizado, devidamente registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(3) ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(4) comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes;

(5) último relatório do Conselho Comunitário;

(6) declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

24. A respeito de tais documentos, cumpre tecer as seguintes considerações.

25. O documento 6 exige que o representante da entidade confirme que os seus equipamentos e instalações estão funcionando conforme os termos da autorização conferida pelo Ministério da ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

26. Por sua vez, o Estatuto Social atualizado e a ata de eleição da diretoria em exercício (documentos 2 e 3) têm por objetivo confirmar os quadros societário e diretivo da entidade, bem como permitir a verificação de sua

adequação às finalidades do serviço, conforme previstas na Lei nº 9.612/1998 e na regulamentação. Assim, caberá à área técnica analisar a referida documentação e tomar as providências cabíveis ante a constatação de irregularidade ou inconsistência nesses documentos em vista do que determina a norma de regência. Neste sentido, o feito somente deverá ser encaminhado à CONJUR em caso de materialização de fundada dúvida jurídica, mediante formulação de consulta específica, devidamente justificada.

27. Quanto à comprovação de nacionalidade e maioria dos dirigentes (documento 4), trata-se de exigência que decorre do disposto no art. 9º, § 2º, incisos II e III, da Lei nº 9.612/1998. Para essa finalidade, deve ser admitida a apresentação de cópia de um dos seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento; certificado de reservista; título de eleitor; carteira profissional; cédula de Identidade; certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos; passaporte e, para os portugueses, reconhecimento de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no Brasil. A maioria pode ser comprovada, ainda, por meio de escritura pública de emancipação.

28. Em sentido contrário, não devem ser aceitos, a título de comprovação de maioria e de nacionalidade, os seguintes documentos: a) cartão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e b) Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

29. O relatório do Conselho Comunitário (documento 5) é instrumento relevante para fins de avaliação da programação da entidade, além de constituir expressão do controle social exercido sobre a rádio comunitária. O conteúdo do relatório deve atender ao disposto no art. 116 da Portaria nº 4334/2015.

30. Finalmente, o relatório de processos de apuração de infração instaurados durante o período da outorga tem por finalidade verificar a existência de sanção que impeça a renovação da outorga. Isso ocorrerá nos casos em que tenha sido aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização. Assim, constatada a aplicação, de forma definitiva, de pena de revogação de autorização, não será admissível a renovação da outorga.

31. Portanto, verificada a tempestividade do requerimento, a inércia e apresentados os documentos acima mencionados, o pedido de renovação deverá ser deferido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, encaminhando-se os autos para a deliberação do Congresso Nacional.

32. Feitos esses comentários, no Anexo a este parecer foi elaborada *relação completa* dos documentos e das demais questões a serem observadas na análise dos processos de renovação. Essa relação, com a devida conferência dos documentos apresentados, deve ser juntada aos autos, acompanhando a Nota Técnica da Secretaria de Radiodifusão e cópia integral deste parecer, dispensando-se, assim, a remessa do processo para esta CONJUR e a análise jurídica individualizada.

33. Como antes assentado, nos casos de fundada dúvida jurídica, os autos devem ser encaminhados para elaboração de análise específica por parte desta CONJUR, devendo estar instruídos como manifestação conclusiva da Secretaria de Radiodifusão, explicitando sua opinião técnica a indicar a especificidade da questão a ser dirimida.

III - Conclusão

34. Ante o exposto, opino pela aprovação deste Parecer como manifestação jurídica referencial, a ser adotada como parâmetro para a análise dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária.

35. Recomenda-se, ainda, que, em cada caso concreto, a Secretaria de Radiodifusão ateste, de forma expressa, o atendimento aos termos deste Parecer, notadamente da relação de documentos anexa, que deve ser preenchida e juntada aos autos, dispensando-se a análise jurídica individualizada e a remessa dos processos a esta CONJUR, exceto nos casos de dúvida jurídica fundada, conforme delimitado neste Parecer.

À consideração superior.

Brasília, 28 de dezembro de 2016.

JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA

Assistente Jurídico da União
Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação

ANEXO

PARECER REFERENCIAL Nº 01578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU
RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

	DOCUMENTOS		SIM	Fls. / nº do doc.
1	Requerimento de renovação, conforme modelo constante do Anexo V da Portaria nº 4334/2015.			
1.1.		O requerimento é tempestivo?		
1.2	Em caso de constatação de pendências, a entidade atendeu tempestivamente e a contento às exigências impostas?			
2	Estatuto social atualizado, devidamente registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.			
3	Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.			
4	Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes.			
5	Último relatório do Conselho Comunitário, nos moldes do art. 116 da Portaria nº 4334/2015.			
6	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.			
7	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.			
8	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual.			
9	Relatório de apuração de infrações.			

9.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?		
9.2	Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.		

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250011668201679 e da chave de acesso 7ef117a9

Documento assinado eletronicamente por JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 18967103 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA. Data e Hora: 28-12-2016 11:54. Número de Série: 13692269. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES

GABINETE

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 916 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
2027-6535/6196

DESPACHO n. 03085/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 01250.011668/2016-79

**INTERESSADOS: MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES -
MCTIC**

ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO

1. Aprovo o **PARECER n. 01578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**, de natureza referencial, da lavra do Dr. Julio Cesar Ferreira Pereira, Assistente Jurídico da União e Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação.
2. Encaminhe-se memorando à Secretaria de Radiodifusão, especialmente à Coordenação de Radiodifusão Comunitária, a fim de que sejam cientificados do teor do referido Parecer.

Brasília, 30 de dezembro de 2016.

GIORDANO DA SILVA ROSSETTO
ADVOGADO DA UNIÃO
CONSULTOR JURÍDICO ADJUNTO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250011668201679 e da chave de acesso 7ef117a9

Documento assinado eletronicamente por GIORDANO DA SILVA ROSSETTO, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 19055384 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): GIORDANO DA SILVA ROSSETTO. Data e Hora: 30-12-2016 14:47. Número de Série: 13149438. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.



16.846.1128.0584.0001	Apoio a Projetos de Regularização Fundiária Sustentável de Assentamentos Informais em Áreas Urbanas - Nacional	F	3	40	0179	919.610
16.846.1128.0584.0001	Apoio a Projetos de Regularização Fundiária Sustentável de Assentamentos Informais em Áreas Urbanas - Nacional	F	3	90	0179	480.000
15.846.1128.0572.0020	Apoio a Prevenção e Erradicação de Riscos em Assentamentos Precários - na Região Nordeste	F	3	90	0179	945.000
15.846.1128.0572.0030	Apoio a Prevenção e Erradicação de Riscos em Assentamentos Precários - na Região Sudeste	F	3	90	0179	1.215.000
15.846.1128.0572.0040	Apoio a Prevenção e Erradicação de Riscos em Assentamentos Precários - na Região Sul	F	3	90	0179	300.000
TOTAL						4.326.610

ANEXO II	ACRÉSCIMO
----------	-----------

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ESF	GND	MOD	FONTE	VALOR
15.846.1136.0642.0001	Apoio à Implementação dos Instrumentos Previstos no Estatuto das Cidades e à Elaboração de Planos Diretores - Nacional	F	3	30	0100	317.000
15.846.1137.0602.0001	Apoio à Elaboração de Planos de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais - Nacional	F	3	30	0100	150.000
16.846.1128.0584.0001	Apoio a Projetos de Regularização Fundiária Sustentável de Assentamentos Informais em Áreas Urbanas - Nacional	F	3	30	0179	919.610
16.846.1128.0584.0001	Apoio a Projetos de Regularização Fundiária Sustentável de Assentamentos Informais em Áreas Urbanas - Nacional	F	3	50	0179	480.000
15.846.1128.0572.0020	Apoio a Prevenção e Erradicação de Riscos em Assentamentos Precários - na Região Nordeste	F	3	40	0179	845.000
15.846.1128.0572.0020	Apoio a Prevenção e Erradicação de Riscos em Assentamentos Precários - na Região Nordeste	F	3	30	0179	100.000
15.846.1128.0572.0030	Apoio a Prevenção e Erradicação de Riscos em Assentamentos Precários - na Região Sudeste	F	3	40	0179	1.215.000
15.846.1128.0572.0040	Apoio a Prevenção e Erradicação de Riscos em Assentamentos Precários - na Região Sul	F	3	40	0179	300.000
TOTAL						4.326.610

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES CONSELHO DIRETOR

CONSULTA PÚBLICA Nº 524, DE 4 DE MAIO DE 2004

Proposta de Norma Para Certificação e Homologação de Acumuladores Chumbo-Ácido Estacionários Regulados por Válvula.

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 22 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e art. 35 do Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pelo Decreto nº 2.338, de 7 de outubro de 1997, deliberou em sua Reunião nº 298, realizada em 28 de abril de 2004, submeter a comentários e sugestões do público em geral, nos termos do art. 42 da Lei nº 9.472, de 1997, e do art. 67 do Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações, Proposta de Norma Para Certificação e Homologação de Acumuladores Chumbo-Ácido Estacionários Regulados por Válvula, na forma do Anexo à presente Consulta Pública.

A presente proposta de norma tem por objetivo uniformizar os procedimentos de certificação de produtos para telecomunicações da categoria III, de acordo com as disposições estabelecidas no Regulamento para Certificação e Homologação de Produtos para Telecomunicações, aprovado pela Resolução nº 242, de 30 de novembro de 2000.

O texto completo da proposta estará disponível na Biblioteca da Anatel, no endereço subscrito e na página da Anatel na Internet, a partir das 14h da data da publicação desta Consulta Pública no Diário Oficial da União.

As contribuições e sugestões deverão ser fundamentadas, devidamente identificadas e encaminhadas, preferencialmente por meio de formulário eletrônico do Sistema Interativo de Acompanhamento de Consulta Pública, disponível no endereço Internet <http://www.anatel.gov.br>, relativo a esta Consulta Pública, até às 24h do dia 7 de junho de 2004, fazendo-se acompanhar de textos alternativos e substitutivos, quando envolverem sugestões de inclusão ou alteração, parcial ou total, de qualquer dispositivo.

Serão também consideradas as manifestações encaminhadas por carta, fax ou correspondência eletrônica recebidas até às 18h do dia 3 de junho de 2004, para:

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL SUPERINTENDENTE DE RADIOFREQUÊNCIA E FISCALIZAÇÃO

CONSULTA PÚBLICA Nº 524, DE 4 DE MAIO DE 2004

Proposta de Norma Para Certificação e Homologação de Acumuladores Chumbo-Ácido Estacionários Regulados por Válvula. Setor de Autarquias Sul - SAUS - Quadra 6, Bloco F, Térreo - Biblioteca 70070-940 - Brasília - DF - Fax. (061) 312-2002 biblioteca@anatel.gov.br

As manifestações recebidas merecerão exame pela Anatel e permanecerão à disposição do público na Biblioteca da Agência.

PEDRO JAIME ZILLER DE ARAÚJO
Presidente do Conselho

ATO Nº 44.074, DE 29 DE ABRIL DE 2004

Processo nº 53500.001556/2001 - Determinar a remessa dos autos do Ato de Concentração ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, com parecer da Anatel, favorável à aprovação da operação sem restrições.

PEDRO JAIME ZILLER DE ARAÚJO
Presidente do Conselho

ATO Nº 44.113, DE 3 DE MAIO DE 2004

Processo nº 53500.004841/2003. Autoriza a TELEMS CELULAR S.A. a explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço o território nacional.

PEDRO JAIME ZILLER DE ARAÚJO
Presidente do Conselho

Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIAS DE 28 DE ABRIL DE 2004

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto nos artigos 10 e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, resolve autorizar as entidades abaixo relacionadas a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária. Os atos de autorização somente produzirão efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do artigo 223 da Constituição.

Nº da Portaria	Nº do Processo	Nome da Entidade	Localidade/UF
206	53000.007343/02	Associação Comunitária Horeb de Fernando Prestes	Fernando Prestes/SP
207	53000.007407/02	Associação da Juventude do Município de Montes Altos - MA	Montes Altos/MA
208	53103.000622/99	Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais do Município de Itaquitinga	Itaquitinga/PE
209	53103.000859/98	ASDECA - Associação de Desenvolvimento Comunitário Alegriense	Chã de Alegria/PE
210	53640.000692/01	Associação Cultural de Radiodifusão Independente - ACRDI	São Sebastião do Passé/BA
211	53650.002155/98	Associação Comunitária Pró-Cidadania de Croatá II	Pacajus/CE
212	53710.000790/98	Associação Comunitária de Radiodifusão e Serviços Sociais "José Fernandes da Silva"	Guapé/MG
213	53710.000948/98	Associação Comunitária Educativa Coronel Murtense de Radiodifusão	Coronel Murta/MG
214	53710.001659/98	Associação Comunitária Ituiutabana de Desenvolvimento Artístico Cultural e Social	Ituiutaba/MG
215	53730.000466/99	Associação Comunitária dos Moradores de Seridó	São Vicente do Seridó/PB
216	53740.002003/99	Associação dos Amigos da Rádio Comunitária de Jacinto Machado - SC	Jacinto Machado/SC
217	53770.000185/99	Associação Cultural e Comunitária de Locutores Aperibeenses (A.C.C.L.A)	Aperibé/RJ
218	53820.000918/98	Associação Comunitária e Cultural Porto União	Porto União/SC
219	53830.000085/02	Associação Comunitária de Comunicação "Alternativa FM"	Mirante do Paranapanema/SP
220	53830.000908/02	Sociedade Comunitária Costa Sul - SCCS	São Sebastião/SP
221	53830.001134/00	Associação para o Desenvolvimento Sustentável de Ribeira - ADS Ribeira	Ribeira/SP
222	53830.002443/02	Associação São Benedito de Sales	Sales/SP

EUNÍCIO OLIVEIRA

SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA E FISCALIZAÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE Em 15 de outubro de 2003

Processo nº 53508.002.112/2000 - Adoto o Parecer nº 357/2003/PGF às fls. 51/55 do referido processo, para diante de sua fundamentação legal, conhecer o Recurso interposto por ATL-ALGAR TELECOM LESTE S/A, executante do Serviço Móvel Celular, na cidade do Rio de Janeiro (R.J.), para no mérito, negar provimento, mantendo-se desta forma a pena de ADVERTÊNCIA aplicada, em consonância com o referido parecer e o disposto no artigo 82, parágrafo 2º, c/c Inciso IX do artigo 77, ambos do Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 270, de 19/07/2001.

Processo nº 53508.000.777/2001 - Adoto o Parecer nº 340/2003/PGFE/Anatel-ER02 às fls. 89/98 do referido processo, para diante de sua fundamentação legal, conhecer o Recurso interposto por ATL - ALGAR TELECOM LESTE S.A., executante do Serviço Móvel Celular, na cidade do Rio de Janeiro Nova Iguaçu (R.J.), para no mérito, negar provimento, mantendo-se desta forma a pena de ADVERTÊNCIA aplicada, em consonância com o referido parecer e o disposto no artigo 82, parágrafo 2º, c/c Inciso IX do artigo 77 do Regimento interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 270, de 19/07/2001.

Processo nº 53508.000.549/2002 - Adoto o Parecer nº 341/2003/PGFE/Anatel-ER02 às fls. 106/115 do referido processo, para diante de sua fundamentação legal, conhecer o Recurso interposto por ATL - ALGAR TELECOM LESTE S.A., executante do Serviço Móvel Celular, na cidade do Rio de Janeiro (R.J.), para no mérito, negar provimento, mantendo-se desta forma a pena de MULTA aplicada no valor de R\$ 1.340,80 (hum mil, trezentos e quarenta reais e oitenta centavos), em consonância com o referido parecer e o disposto no artigo 82, parágrafo 2º, c/c Inciso IX do artigo 77 do Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 270, de 19/07/2001.

Processo nº 53508.000.564/2002 - Adoto o Parecer nº 439/2003/PGFE/ER02 às fls. 93/102 do referido processo, para diante de sua fundamentação legal, não conhecer o Recurso interposto por ATL - ALGAR TELECOM LESTE S.A., executante do Serviço Móvel Celular, na cidade do Rio de Janeiro (R.J.), mantendo-se desta forma a pena de MULTA aplicada no valor de R\$ 1.340,80 (hum mil, trezentos e quarenta reais e oitenta centavos), em consonância com o referido parecer e o disposto no artigo 90, Inciso I, c/c Inciso IX do



Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 420, DE 2006**

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO MASTER FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São João do Ivaí, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 297, de 4 de julho de 2005, que outorga permissão à Rádio Master FM Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São João do Ivaí, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 3 de outubro de 2006
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 421, DE 2006**

Aprova o ato que outorga concessão à FUNDAÇÃO CÂNDIDO GARCIA para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Umuarama, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 13 de março de 2006, que outorga concessão à Fundação Cândido Garcia para executar, por 15 (quinze) anos, sem direito

de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Umuarama, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 3 de outubro de 2006
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 422, DE 2006**

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO E TV SUCESSO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Várzea da Palma, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 154, de 4 de junho de 2003, que outorga permissão à Rádio e TV Sucesso Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Várzea da Palma, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 3 de outubro de 2006
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 423, DE 2006**

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DO BAIRRO LETICIA (ACRBL) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 383, de 10 de agosto de 2005, que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão do Bairro Leticia (ACRBL) a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 3 de outubro de 2006
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 424, DE 2006**

Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO BRASIL DE ARTE E CULTURA para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Piraquara, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 463, de 25 de outubro de 2005, que outorga permissão à Fundação Brasil de Arte e Cultura para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Piraquara, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 3 de outubro de 2006
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 425, DE 2006**

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO NOVO MILÊNIO DE DESENVOLVIMENTO E RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Casca, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 202, de 11 de março de 2005, que autoriza a Associação Novo Milênio de Desenvolvimento e Radiodifusão Comunitária a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Casca, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 3 de outubro de 2006
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 426, DE 2006**

Aprova o ato que outorga concessão à FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL MANTIQUEIRA para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Caxambu, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 22 de dezembro de 2005, que outorga concessão à Fundação Educativa e Cultural Mantiqueira para executar, por 15 (quinze) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Caxambu, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 3 de outubro de 2006
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 427, DE 2006**

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA CORONEL MURTENSO DE RADIODIFUSÃO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Coronel Murta, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 213, de 28 de abril de 2004, que autoriza a Associação Comunitária Educativa Coronel Murtenso de Radiodifusão a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Coronel Murta, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 3 de outubro de 2006
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
Nº 428, DE 2006**

Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO QUILOMBO para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Marechal Deodoro, Estado de Alagoas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 2.644, de 28 de novembro de 2002, que outorga permissão à Fundação Quilombo para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modu-

**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL**

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Presidente da República

DILMA VANA ROUSSEFF
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil

ERENICE ALVES GUERRA
Secretária Executiva da Casa Civil

FERNANDO TOLENTINO DE SOUSA VIEIRA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

**DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
SEÇÃO 1**

Publicação de atos normativos

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA
Coordenador-Geral de
Publicação e Divulgação

ANA CRISTINA MARQUES BATISTA
REG. DF01253JP
Coordenadora de Editoração
e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

FRANCISCO DAS CHAGAS PEREIRA
Coordenador de Produção

<http://www.in.gov.br> e-mail: ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: 0800-619900

NOTA TÉCNICA Nº 3236/2018/SEI-MCTIC

Processo nº: **53900.049962/2015-74.**

Assunto: **Renovação de outorga.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA CORONEL MURTENSE DE RADIODIFUSÃO**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Coronel Murta / MG**, por meio da Portaria nº 213, publicada no DOU de 10/05/2004, e Decreto Legislativo nº 427, publicado no DOU de 04/10/2006.

ANÁLISE

2. O prazo de 10 (dez) anos concedido à Entidade para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária expirou em 04/10/2016. A Radiodifusora, que doravante passa a ser tratada como Requerente, protocolou, tempestivamente, pedido de renovação de outorga em 11/08/2015, (1294408), subscrito por seu representante legal, nos termos do art. 6º, parágrafo único da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e do art. 131 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada no DOU de 21/9/2015 (Norma nº 1/2015).

REQUERENTE
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA CORONEL MURTENSE DE RADIODIFUSÃO

QUADRO DIRETIVO
Presidente: José Luciano de Jesus Vice-Presidente: Kindere Pereira Sebastião Secretária: Maria Aparecida Aguilar 2ª Secretária: Lauderica Pereira Loyola Tesoureiro: Antônio Sansio Bretas Correa

3. A análise da documentação apresentada, com base no que dispõem a Lei nº 9.612, de 1998, e a Norma nº 1/2015, indicou a completa instrução do pedido, conforme *check-list* abaixo:

	DOCUMENTOS	SIM	NÃO	FLS. / Nº DO DOCUMENTO
1	Requerimento	✓		Evento 1294408

1	de renovação.	^		Evento 1294408
1.1	O requerimento é tempestivo?	X		
1.2	Em caso de constatação de pendências, a entidade atendeu a contento às exigências impostas?	X		Petições 1294408, 1971802, 1971803, 1971804, 1971805, 1971806, 1971807, 1971808, 1971809, 1971812, 1971813, 1971816, 1971817, 2565714, 2565716, 2565717, 2565718, 2565719, 2565721, 2565722, 2565723, 2565725, 2565726, 2565727, 2565728, 2565729, 2565730
2	Estatuto social atualizado e registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.	X		Petições 2565714, 2565716, 2565717, 2565718, 2565719, 2565721 e 2565722
3	Ata de eleição da diretoria em exercício, registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.	X		Petições 2565723, 2565725 e 2565726
4	Comprovações de nacionalidade e maioria dos dirigentes	X		Petições 1971812, 2565727, 2565728 e 2565730
5	Último relatório do Conselho Comunitário, nos moldes do art. 116 da Portaria nº 4334/2015.	X		Petição 1971816
6	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora se encontra com as instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros	X		Fl. 04, 1294408

	técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes na respectiva licença de funcionamento da estação.			
7	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel	X		Evento 2631445
8	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ, válido e atual	X		Evento 2631440
9	Relatório de apuração de infrações	X		E-mail 2638112
9.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação da autorização?		X	

CONCLUSÃO

4. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária se posiciona pelo **deferimento** do pedido de renovação de outorga da Requerente, tendo em vista a completa instrução do feito, conforme *check-list* constante do **item 3** desta Nota Técnica. Sugere-se, ainda, que o Processo seja encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, com dispensa de análise individualizada pela Consultoria Jurídica, nos termos do Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU (2649852).

À consideração superior.

MINUTA

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53900.049962/2015-74, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 04 de outubro de 2016, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA CORONEL MURTENSE DE RADIODIFUSÃO, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Coronel Murta / MG.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o Processo à Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

MINUTA

PORTARIA Nº DE DE DE 2017.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53710.000948/1998 e nº 53900.049962/2015-74, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 04 de outubro de 2016, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA CORONEL MURTENSE DE RADIODIFUSÃO, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Coronel Murta / MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Pimentel Chaves, Analista**, em 14/02/2018, às 16:06, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 15/02/2018, às 13:48, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Inez Joffily França, Diretor de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização, Substituto**, em 15/02/2018, às 17:35, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.
Nº de Série do Certificado: 1257670



Documento assinado eletronicamente por **Moisés Queiroz Moreira, Secretário de Radiodifusão**, em 22/02/2018, às 15:31, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2649880** e o código CRC **54D82E7D**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.049962/2015-74

SEI nº 2649880

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processos de Renovação de Outorga da Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO INTERNO

Processo nº: **53900.049962/2015-74**

Entidade: **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA CORONEL MURTENSE DE RADIODIFUSÃO**

Assunto: **Minutas de Portaria de Renovação e Exposição de Motivos**

À Secretaria Radiodifusão,

Diante da instrução do processo nº 53900.049962/2015-74 (conforme consubstanciado na Nota Técnica nº **3236/2018/SEI-MCTIC** - Evento SEI 2649880), no qual a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA CORONEL MURTENSE DE RADIODIFUSÃO solicita renovação de outorga do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Coronel Murta/MG, encaminho as minutas da Portaria de Renovação e da Exposição de Motivos, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio**, **Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 26/02/2018, às 07:27, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2676692** e o código CRC **E7606CBA**.

Minutas e Anexos

MINUTA

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53900.049962/2015-74, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 04 de outubro de 2016, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA CORONEL MURTENSE DE RADIODIFUSÃO, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Coronel Murta / MG.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o Processo à Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

MINUTA

PORTARIA Nº DE DE DE 2017.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53710.000948/1998 e nº 53900.049962/2015-74, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 04 de outubro de 2016, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA CORONEL MURTENSE DE RADIODIFUSÃO, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Coronel Murta / MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Referência: Processo nº 53900.049962/2015-74

SEI nº 2676692

PORTARIA Nº 1034/2018/SEI-MCTIC

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53710.000948/1998 e nº 53900.049962/2015-74, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 04 de outubro de 2016, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA CORONEL MURTENSE DE RADIODIFUSÃO, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Coronel Murta / MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 14/03/2018, às 17:55, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2683441** e o código CRC **D57FC71B**.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53900.049962/2015-74, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 04 de outubro de 2016, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA CORONEL MURTENSE DE RADIODIFUSÃO, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Coronel Murta / MG.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o Processo à Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 14/03/2018, às 17:55, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2683449** e o código CRC **A496044B**.

Imprimir Recibo

Página Principal

Presidência da República
Imprensa NacionalEnvio Eletrônico de Matérias
Comprovante de Recebimento

A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

Data de envio: 28/03/2018 14:40:39
Origem: Secretaria de Radiodifusão
Operador: ISRAEL ALEXANDRE BEZERRA DA SILVA
Ofício: 4730521
Data prevista de publicação: 29/03/2018
Local de publicação: Diário Oficial - Seção 1
Forma de pagamento: Empenho

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias				
Seqüencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
10637887	ATO PORTARIA Nº 1031 MIN REN.rtf	1806375d05680aa7751d324bd00b27f4	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
10637888	ATO PORTARIA Nº 1033 MIN REN.rtf	d5a446ffdc7c61855a65dea476723d32	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
10637889	ATO PORTARIA Nº 1034 MIN REN.rtf	1a94e4b0f60ef6df8b78d27bd9928d66	7,00	
	Total da matéria		7,00	R\$ 231,28
10637890	ATO PORTARIA Nº 1036 MIN REN.rtf	0ef597cef342c5129350132bea35dda9	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
10637891	ATO PORTARIA Nº 1254 MIN REN.rtf	c3c8c1fbbbe334c4b004cb93f61c1fa47	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
10637892	ATO PORTARIA Nº 1257 MIN REN.rtf	31f822ffac179f06c8aac1293fbd9db5	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
10637893	ATO PORTARIA Nº 1258 MIN REN.rtf	a7fc226d9c37042ce36404f6692f9098	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
10637894	ATO PORTARIA Nº 1260 MIN REN.rtf	d332e2411a40c6d078ed7e8b23283576	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
10637895	ATO PORTARIA Nº 1261 MIN REN.rtf	d7d5d55768c2757e89e67c5e341ab63e	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
10637896	ATO PORTARIA Nº 1263 MIN REN.rtf	1c5e5bb6bdfb7550019a51623362b945	7,00	
	Total da matéria		7,00	R\$ 231,28
TOTAL DO OFICIO			62,00	R\$ 2.048,48





PORTARIA Nº 1.029/SEI, DE 14 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53700.001698/1998 e nº 53900.017084/2015-28, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 23 de junho de 2015, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO MOVIMENTO COMUNITÁRIO RÁDIO COMUNITÁRIA FM - AMCRC/FM, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Taquarussu / MS.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.030/SEI, DE 14 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53760.000013/2001 e nº 53900.042136/2015-02, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 29 de dezembro de 2015, a autorização outorgada à FUNDAÇÃO CULTURAL DE RADIODIFUSÃO VALENCIANA, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Valença do Piauí / PI.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.031/SEI, DE 14 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53670.000164/1999 e nº 53900.049739/2015-27, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 06 de dezembro de 2016, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE FIRMINÓPOLIS, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Firminópolis/GO.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.033/SEI, DE 14 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53630.000258/1998 e nº 53900.016805/2015-82, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 22 de junho de 2015, a autorização outorgada à Associação Comunitária Pedra Pintada, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Itacoatiara / AM.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.034/SEI, DE 14 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53710.000948/1998 e nº 53900.049962/2015-74, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 04 de outubro de 2016, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA CORONEL MURTENSE DE RADIODIFUSÃO, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Coronel Murta / MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.036/SEI, DE 14 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53710.000408/1999 e nº 53000.001359/2014-74, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 03 de fevereiro de 2014, a autorização outorgada à Associação Maria Rainha da Paz, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Resplendor / MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.112/SEI, DE 15 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar TV TOPÁZIO COMUNICAÇÕES LTDA. a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de MOCOCA, estado de SÃO PAULO, por meio do canal 51 (cinquenta e um), visando a retransmissão dos sinais gerados pela FUNDAÇÃO ANTÔNIO BARBARÁ, concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, canal 17 (dezesete), no município de CIANORTE, estado do PARANÁ, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.003060/2018-32 e da Nota Técnica nº 3057/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.116/SEI, DE 15 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar TELEVISÃO SOCIEDADE LIMITADA a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no município de BONFIM, estado de MINAS GERAIS, por meio do canal 15 (quinze), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.068671/2017-45 e da Nota Técnica nº 3326/2018/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.254/SEI, DE 14 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53780.000136/2002 e nº 53900.050321/2015-62, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 01 de novembro de 2016, a autorização outorgada à Associação Comunitária Educativa FM Alminafonsense, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Almino Afonso / RN.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.257/SEI, DE 14 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53670.000131/1999 e nº 53900.031471/2014-96, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 09 de novembro de 2014, a autorização outorgada à Associação de Apoio Comunitário Bethel, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Aparecida de Goiânia/GO.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.258/SEI, DE 14 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53650.002156/1998 e nº 53900.049709/2015-11, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 01 de novembro de 2016, a autorização outorgada à MOVIMENTO DE AÇÃO COMUNITÁRIA - MAC, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Solonópole / CE.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA Nº 1.260/SEI, DE 14 DE MARÇO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53710.001052/1999 e nº 53900.016138/2015-38, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 08 de abril de 2015, a autorização outorgada à Associação Quinze de Agosto, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de São Gonçalo do Rio Preto / MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processo nº: **53900.049962/2015-74**

Entidade: **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA CORONEL MURTENSE DE RADIODIFUSÃO**

Assunto: **Encaminhamento de Cópia de Processo à Presidência da República.**

Tendo em vista a publicação da Portaria nº 1034/2018, de 14 de março de 2018, no Diário Oficial da União de 29 de março de 2018, que renova a outorga da entidade para executar o serviço de radiodifusão comunitária na localidade de Coronel Murta / MG, consoante com o disposto no § 3º do art. 223 da Constituição, encaminhe-se a cópia do processo nº 53900.049962/2015-74, acompanhado do ato de renovação de outorga e exposição de motivos, ao Gabinete do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, para posterior envio à Presidência da República.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio**, **Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 10/04/2018, às 09:35, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2828277** e o código CRC **BE4C3A95**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.049962/2015-74

SEI nº 2828277

Brasília, 05 de Junho de 2018

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53900.049962/2015-74, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 04 de outubro de 2016, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA CORONEL MURTENSE DE RADIODIFUSÃO, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Coronel Murta / MG.
2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o Processo à Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Gilberto Kassab



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO

Esplanada dos Ministérios, Bloco E
CEP: 70067-900 Brasília-DF
Tel.: (61) 2033-7444

Ofício nº 24403/2018/SEI-MCTIC

Ao Senhor
MARCELO PACHECO DOS GUARANY
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: **Concessão de outorga**

Senhor Subchefe,

Em atendimento à orientação dessa Subchefia e ao disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro, Substituta**, em 20/06/2018, às 17:51, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3080861** e o código CRC **DAC9EAAF**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 24403/2018/SEI-MCTIC - Processo nº 01250.004937/2017-21 - Nº SEI: 3080861

Pedro Paulo Verano de Souza

De: Luciana Silveira Teixeira
Enviado em: sexta-feira, 4 de janeiro de 2019 18:43
Para: Andre Jose de Oliveira; Carlos Henrique Teixeira Botelho; Glauce Pereira da Silva
Cc: Luciana Cortez Roriz Pontes; Luciana Silveira Teixeira; Daniela de Oliveira Rodrigues; Daniela de Souto Inocencio; Jose Cruz Filho; Daniel Christianini Nery; Daniel Goncalves Viana; Miquierlam Chaves Cavalcante; Eugenio Cesar Almeida Felippetto; Ana Carolina Tannuri Laferte Marinho
Assunto: Devolução 2 - EMs radiodifusão

Prezado André,

De ordem da Subchefe Adjunta de Infraestrutura, considerando a posse do Presidente da República e do novo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, solicito a devolução das Exposições de Motivos relacionadas abaixo à Pasta competente (MCTIC), no Sistema de Geração e Tramitação de Documentos Oficiais do Governo Federal - SIDOF, para que seja realizada a reavaliação da pertinência da medida proposta pelo novo Ministro, bem como adequação às novas diretrizes governamentais.

53000.012166/2010-15 – EM nº 81/2017-MCTIC
53000.040830/2013-69 – EM nº 00330/2017-MCTIC
53000.055760/2011-81 – EM nº 00333/2017-MCTIC
53000.074982/2013-65 – EM nº 00261/2017-MCTIC
53000.032006/2011-73 – EM nº 00321/2017-MCTIC
53000.047616/2011-71 - EM nº 00281/2017 MCTIC
53000.007973/2012-88 – EM nº 00232/2016-MCTIC
53000.026910/2010-69 – EM 00230/2016 - MCTIC
53900.006400/2014-55 – EM 00289/2017 - MCTIC
53000.044719/2011-80 - EM 00307/2017 - MCTIC
53000.057576/2013-38 - EM 00307/2017 - MCTIC
53000.050136/2011-98 - EM 00187/2017 - MCTIC
53000.049242/2012-18 - EM 00323/2017 - MCTIC
53000.064008/2012-11 - EM 00328/2017 - MCTIC
53000.005325/2012-97 - EM 01061/2017 - MCTIC
53900.001093/2016-88 - EM 00042/2018 - MCTIC
53000.020768/2004-06 - EM 00271/2016 - MCTIC
53000.027954/2010-14 - EM 00237/2016 - MCTIC
53000.060071/2011-99 - EM 01080/2017 - MCTIC
53000.059254/2013-23 - EM 00156/2017 - MCTIC
53830.000784/2000-78 - EM 00154/2017 - MCTIC
53000.074700/2013-20 Exposição de Motivos 161 2017 MCTIC (0214387)
53000.051583/2012-45 Exposição de Motivos 282 2017 MCTIC (0247186)
53000.027859/2012-74 Exposição de Motivos 1035 2017 MCTIC (0359944)
53790.000368/2000-93 Exposição de Motivos 441 2018 MCTIC (0794170)
53000.031941/2012-01 Exposição de Motivos 94 2017 MCTIC (0179902)
53000.059476/2011-84 Exposição de Motivos 179 2017 MCTIC (0219948)
53900.063451/2015-65 Exposição de Motivos 1094 2017 MCTIC (0383657)
53000.000369/2006-82 Exposição de Motivos EXM MCTIC 193 2016 (0058228)
53000.064006/2007-56 Exposição de Motivos 150 2017 MCTIC (0213972)
53000.058471/2011-34 - EM nº 417/2017 MCTIC

53900.010501/2014-21 - EM nº 378/2018 MCTIC

53000.057831/2011-81- Exposição de Motivos 1052 2017 MCTIC (0382094)

53000.009001/2012-28 – Exposição de Motivos 1067 2017 MCTIC (0382266)

53000.067611/2011-65 - Exposição de Motivos 971 2017 MCTIC (0357555)

53900.021361/2014-16 - Exposição de Motivos 650 2017 MCTIC (0308588)

01250.072621/2017-62 - Exposição de Motivos 425 2018 MCTIC (0808682)

53000.047461/2011-73 -Exposição de Motivos 594 2017 MCTIC (0302018)

53000.058151/2011-84 - Exposição de Motivos 597 2017 MCTIC (0302009)

53900.029941/2015-32 - Exposição de Motivos 665 2017 MCTIC (0309687)

53000.070171/2013-95 - Exposição de Motivos 696 2017 MCTIC (0311929)

53900.003001/2014-32 - Exposição de Motivos 727 2017 MCTIC (0320630)

53900.047381/2015-06 - Exposição de Motivos 718 2017 MCTIC (0319399)

53900.018561/2014-91 - Exposição de Motivos 385 2018 MCTIC (0785184)

53000.010271/2012-81 - Exposição de Motivos 420 2018 MCTIC (0796194)

53900.025631/2014-68 - Exposição de Motivos 422 2018 MCTIC (0808446)

53900.026731/2014-10 - Exposição de Motivos 348 2018 MCTIC (0733503)

53900.031471/2014-96 - Exposição de Motivos 290 2018 MCTIC (0701495)

53000.007901/2014-01 - Exposição de Motivos 313 2018 MCTIC (0702758)

53900.048911/2015-25 - Exposição de Motivos 328 2018 MCTIC (0732602)

53900.016981/2014-33 - Exposição de Motivos 277 2018 MCTIC (0703036)

53900.047341/2015-56 - Exposição de Motivos 311 2018 MCTIC (0703008)

53900.050321/2015-62 - Exposição de Motivos 291 2018 MCTIC (0702244)

53000.066111/2013-78 - Exposição de Motivos 253 2018 MCTIC (0676949)

53000.007961/2012-53 - Exposição de Motivos 165 2018 MCTIC (0587696)

53900.018141/2014-13 - Exposição de Motivos 167 2018 MCTIC (0586159)

53000.054981/2012-13 - Exposição de Motivos 163 2018 MCTIC (0583602)

53000.006951/2013-81 - Exposição de Motivos 70 2018 MCTIC (0521365)

53900.017301/2015-80 - Exposição de Motivos 153 2018 MCTIC (0583770)

53900.050611/2015-14 - Exposição de Motivos 122 2018 MCTIC (0554598)

53900.007781/2015-71 - Exposição de Motivos 136 2018 MCTIC (0569460)

53000.056641/2011-46 - Exposição de Motivos 86 2018 MCTIC (0527776)

53000.056241/2011-31 - Exposição de Motivos 103 2018 MCTIC (0527496)

53900.049331/2015-55 - Exposição de Motivos 90 2018 MCTIC (0523348)

53000.069421/2013-44 - Exposição de Motivos 68 2018 MCTIC (0521538)

53000.056221/2011-60 - Exposição de Motivos 275 2017 MCTIC (0261599)

53000.059721/2011-53 - Exposição de Motivos MCTIC 255 2016 (0122403)

53650.000551/2001-74 - Exposição de Motivos 165 - MCTIC - 2016 (0061447)

53000.051661/2012-10 - Exposição de Motivos 429 2017 MCTIC (0262554)

53000.059431/2011-18 - Exposição de Motivos 1053 2017 MCTIC (0382119)

53900.017561/2015-55 -Exposição de Motivos 961 2017 MCTIC (0373870)

53000.057231/2011-12 - Exposição de Motivos 923 2017 MCTIC (0372276)

53000.007691/2012-81 - Exposição de Motivos 1039 2017 MCTIC (0360413)

53000.055761/2011-26 -Exposição de Motivos 895 2017 MCTIC (0332569)

53900.005861/2014-19 - Exposição de Motivos 906 2017 MCTIC (0332040)

53900.046841/2015-71 -Exposição de Motivos 854 2017 MCTIC (0330995)

53000.007031/2013-81 - Exposição de Motivos 823 2017 MCTIC (0328646)

53900.034331/2015-51 - Exposição de Motivos 787 2017 MCTIC (0327209)

53500.002411/2000-73 -Exposição de Motivos 284 2016 MCTIC (0141979)

53000.068251/2013-81 -Exposição de Motivos 715 2017 MCTIC (0323332)

53000.057301/2012-13 -Exposição de Motivos 610 2017 MCTIC (0323438)

53000.050951/2012-38 - Exposição de Motivos 587 2017 MCTIC (0322786)

53900.003161/2014-81 - Exposição de Motivos 745 2017 MCTIC (0322442)
53000.051671/2011-66 - Exposição de Motivos 207 2017 MCTIC (0228528)
53000.038631/2013-91 - Exposição de Motivos 199 2017 MCTIC (0228389)
53900.017191/2015-56 - Exposição de Motivos 115 2017 MCTIC (0231021)
53000.061151/2013-23 - Exposição de Motivos 113 2017 MCTIC (0230960)
53000.033271/2013-31 - Exposição de Motivos 386 2017 MCTIC (0278204)
53000.056621/2011-75 - Exposição de Motivos 506 2017 MCTIC (0278737)
53000.057441/2011-19 - Exposição de Motivos 504 2017 MCTIC (0278772)
53000.058111/2011-32 - Exposição de Motivos 554 2017 MCTIC (0279751)
53000.058131/2011-11 - Exposição de Motivos 352 2017 MCTIC (0280527)
53900.021931/2015-59 - Exposição de Motivos 409 2017 MCTIC (0268108)
53000.056441/2013-55 - Exposição de Motivos 313 2017 MCTIC (0266582)
53000.040721/2013-41 - Exposição de Motivos 537 2017 MCTIC (0272680)
53900.017291/2015-82 - Exposição de Motivos 517 2017 MCTIC (0272745)
53900.016191/2015-39 - Exposição de Motivos 503 2017 MCTIC (0274259)
53000.023661/2010-50 - Exposição de Motivos 479 2017 MCTIC (0276002)
53000.041601/2013-61 - Exposição de Motivos 496 2017 MCTIC (0276184)
53000.015611/2013-41 - Exposição de Motivos 470 2017 MCTIC (0276540)
53000.055771/2011-61 - Exposição de Motivos 540 2017 MCTIC (0277291)
53900.017321/2015-51 - Exposição de Motivos 387 2017 MCTIC (0278024)
53000.029031/2013-31 - Exposição de Motivos 565 2017 MCTIC (0288150)
53000.044171/2012-59 - Exposição de Motivos 384 2017 MCTIC (0282163)
53000.056211/2011-24 - Exposição de Motivos 618 2017 MCTIC (0303087)
53000.040711/2013-14 - Exposição de Motivos 583 2017 MCTIC (0301742)
53900.049701/2015-54 - Exposição de Motivos 656 2017 MCTIC (0308870)
53900.041581/2015-47 - Exposição de Motivos 655 2017 MCTIC (0308861)
53900.041521/2015-24 - Exposição de Motivos 677 2017 MCTIC (0311053)
53000.050661/2013-75 - Exposição de Motivos 217 2018 MCTIC (0677133)
53900.018431/2015-30 - Exposição de Motivos 251 2018 MCTIC (0672650)
53000.006761/2012-83 - Exposição de Motivos 1038 2017 MCTIC (0360154)
53900.034771/2015-16 - Exposição de Motivos 949 2017 MCTIC (0357237)
53000.098411/2006-97 - Exposição de Motivos 968 2017 MCTIC (0357699)
53000.048971/2012-49 - Exposição de Motivos 954 2017 MCTIC (0357860)
53900.015291/2015-48 - Exposição de Motivos 849 2017 MCTIC (0346610)
53000.052601/2012-14 - Exposição de Motivos 762 2017 MCTIC (0343918)
53000.040771/2013-29 - Exposição de Motivos 756 2017 MCTIC (0343776)
53900.018901/2014-84 - Exposição de Motivos 913 2017 MCTIC (0332467)
01250.021028/2018-39 - Exposição de Motivos 508 2018 MCTIC (0922759)
53900.014648/2014-90 - Exposição de Motivos 519 2018 MCTIC (0920809)
53000.042808/2012-72 - Exposição de Motivos 464 2018 MCTIC (0845154)
01250.034988/2018-69 - Exposição de Motivos 533 2018 MCTIC (0924025)
53000.057858/2013-35 - Exposição de Motivos 480 2018 MCTIC (0845387)
53900.011448/2014-85 - Exposição de Motivos 531 2018 MCTIC (0924141)
53000.020988/2012-31 - Exposição de Motivos 503 2018 MCTIC (0929282)
53900.016488/2015-02 - Exposição de Motivos 506 2018 MCTIC (0929478)
53000.039908/2003-21 - Exposição de Motivos 507 2018 MCTIC (0929514)
53000.071588/2013-75 - Exposição de Motivos 537 2018 MCTIC (0918433)
53900.016778/2016-29 - Exposição de Motivos 29 2018 MCTIC (0943062)
53000.058098/2011-11 - Exposição de Motivos 411 2017 MCTIC (0270006)
53000.061548/2013-15 - Exposição de Motivos 405 2017 MCTIC (0267989)
53000.059608/2012-59 - Exposição de Motivos 255 2017 MCTIC (0245792)

53000.012258/2003-76 - Exposição de Motivos 496 2018 MCTIC (0876649)
53900.038308/2016-16 - Exposição de Motivos 495 2018 MCTIC (0876407)
53000.042278/2013-43 - Exposição de Motivos 627 2017 MCTIC (0302610)
53900.006048/2014-58 - Exposição de Motivos 631 2017 MCTIC (0302587)
53900.049248/2015-86 - Exposição de Motivos 459 2018 MCTIC (0837157)
53900.037808/2016-31 - Exposição de Motivos 454 2018 MCTIC (0836972)
53900.023938/2016-96 - Exposição de Motivos 387 2018 MCTIC (0836653)
53000.057408/2011-81 - Exposição de Motivos 1075 2017 MCTIC (0382252)
53900.017138/2015-55 - Exposição de Motivos 408 2018 MCTIC (0795415)
53900.016138/2015-38 - Exposição de Motivos 397 2018 MCTIC (0785262)
53900.050638/2016-80 - Exposição de Motivos 362 2018 MCTIC (0764802)
53900.010498/2016-15 - Exposição de Motivos 204 2018 MCTIC (0673853)
53000.069398/2013-98 - Exposição de Motivos 325 2018 MCTIC (0734230)
53900.043838/2015-03 - Exposição de Motivos 288 2018 MCTIC (0732741)
53900.046898/2015-70 - Exposição de Motivos 200 2018 MCTIC (0677019)
53900.029908/2015-11 - Exposição de Motivos 225 2018 MCTIC (0676282)
53900.043928/2015-96 - Exposição de Motivos 213 2018 MCTIC (0676623)
53900.008608/2014-17 - Exposição de Motivos 233 2018 MCTIC (0676089)
53000.007048/2013-38 - Exposição de Motivos 270 2018 MCTIC (0673320)
53900.029648/2014-94 Exposição de Motivos 224 2018 MCTIC (0672724)
53900.006988/2015-28 Exposição de Motivos 197 2018 MCTIC (0653074)
53000.056628/2011-97 Exposição de Motivos 186 2018 MCTIC (0652808)
53900.048808/2016-66 Exposição de Motivos 192 2018 MCTIC (0653446)
53710.000978/2000-30 Exposição de Motivos 52 2018 MCTIC (0481082)
53900.047678/2015-63 Exposição de Motivos 174 2018 MCTIC (0587591)
53000.007678/2014-93 Exposição de Motivos 179 2018 MCTIC (0587220)
53900.001298/2016-63 Exposição de Motivos 150 2018 MCTIC (0585225)
53900.062018/2015-11 Exposição de Motivos 134 2018 MCTIC (0567520)
53000.058118/2011-54 Exposição de Motivos 118 2018 MCTIC (0556231)
53000.017948/2012-11 Exposição de Motivos 140 2018 MCTIC (0569600)
53900.025768/2014-12 Exposição de Motivos 121 2018 MCTIC (0554488)
53000.059288/2011-56 Exposição de Motivos 83 2018 MCTIC (0527803)
53900.024778/2014-31 Exposição de Motivos 99 2018 MCTIC (0523321)
53000.049958/2012-15 Exposição de Motivos 95 2018 MCTIC (0523211)
53900.049658/2015-27 Exposição de Motivos 93 2018 MCTIC (0523509)
53000.062558/2013-78 Exposição de Motivos 66 2018 MCTIC (0521690)
53900.000808/2016-85 Exposição de Motivos 24 2018 MCTIC (0484197)
53900.046788/2015-16 Exposição de Motivos 15 2018 MCTIC (0482045)
53000.058078/2011-41 Exposição de Motivos 16 2018 MCTIC (0482075)
53900.041788/2015-11 Exposição de Motivos 14 2018 MCTIC (0481587)
53000.034808/2013-80 Exposição de Motivos 426 2017 MCTIC (0262636)
53900.019318/2016-52 Exposição de Motivos 1079 2017 MCTIC (0382966)
53000.051378/2012-80 Exposição de Motivos 963 2017 MCTIC (0373940)
53000.048668/2012-46 Exposição de Motivos 168 2017 MCTIC (0359104)
53000.008188/2012-42 Exposição de Motivos 990 2017 MCTIC (0358445)
53000.047008/2013-29 Exposição de Motivos 884 2017 MCTIC (0346667)
53000.020688/2013-33 Exposição de Motivos 944 2017 MCTIC (0356934)
53900.000468/2014-21 Exposição de Motivos 852 2017 MCTIC (0346293)
53000.057298/2012-38 Exposição de Motivos 844 2017 MCTIC (0345855)
53000.057228/2011-07 Exposição de Motivos 876 2017 MCTIC (0345511)

53000.008588/2013-39 Exposição de Motivos 761 2017 MCTIC (0343847)
53000.007328/2014-27 Exposição de Motivos 907 2017 MCTIC (0332227)
53900.012938/2015-80 Exposição de Motivos 798 2017 MCTIC (0344437)
53900.041868/2015-77 Exposição de Motivos 865 2017 MCTIC (0332122)
53900.016418/2015-46 Exposição de Motivos 910 2017 MCTIC (0332162)
53000.069388/2013-52 Exposição de Motivos 888 2017 MCTIC (0331611)
53900.039548/2015-57 Exposição de Motivos 866 2017 MCTIC (0332306)
53900.029948/2015-54 Exposição de Motivos 843 2017 MCTIC (0329916)
53900.041608/2015-00 Exposição de Motivos 805 2017 MCTIC (0327282)
53900.041528/2015-46 Exposição de Motivos 786 2017 MCTIC (0327123)
53000.069238/2013-49 Exposição de Motivos 816 2017 MCTIC (0327393)
53900.002998/2014-11 Exposição de Motivos 811 2017 MCTIC (0327474)
53000.015608/2013-28 Exposição de Motivos 612 2017 MCTIC (0323581)
53900.008048/2014-92 Exposição de Motivos 744 2017 MCTIC (0322423)
53000.020718/2012-21 Exposição de Motivos 634 2017 MCTIC (0323320)
53000.057028/2013-16 Exposição de Motivos 380 2017 MCTIC (0278174)
53900.014048/2014-21 Exposição de Motivos 200 2017 MCTIC (0228459)
53000.031928/2012-44 Exposição de Motivos 763 2017 MCTIC (0323498)
53000.003928/2014-16 Exposição de Motivos 357 2017 mctic (0280401)
53000.057218/2011-63 Exposição de Motivos MCTIC EXM 415 2017 (0270183)
53000.057908/2011-12 Exposição de Motivos 401 2017 MCTIC (0267731)
53000.057358/2011-31 Exposição de Motivos 272 2017 MCTIC (0239681)
53000.068928/2007-32 Exposição de Motivos 73 2017 MCTIC (0230851)
53000.056648/2012-49 Exposição de Motivos 205 2017 MCTIC (0271055)
53000.060438/2013-36 Exposição de Motivos 436 2017 MCTIC (0272373)
53000.056618/2011-51 Exposição de Motivos 453 2017 MCTIC (0272476)
53000.067258/2013-85 Exposição de Motivos 434 2017 MCTIC (0272819)
53000.036058/2011-19 Exposição de Motivos 465 2017 MCTIC (0274083)
53000.071598/2013-19 Exposição de Motivos 472 2017 MCTIC (0274284)
53000.067718/2013-75 Exposição de Motivos 467 2017 MCTIC (0274414)
53900.039538/2015-11 Exposição de Motivos 523 2017 MCTIC (0274942)
53000.075808/2013-30 Exposição de Motivos 525 2017 MCTIC (0274983)
53000.026978/2013-91 Exposição de Motivos 499 2017 MCTIC (0276744)
53000.065118/2013-72 Exposição de Motivos 497 2017 MCTIC (0276285)
53900.008958/2014-75 Exposição de Motivos 487 2017 MCTIC (0277632)
53000.003848/2010-37 Exposição de Motivos MCTIC - 210 2016 (0085938)
53000.056208/2011-19 Exposição de Motivos 821 2017 MCTIC (0293427)
53000.053961/2012-25 EM nº 0780/2017

53000.053969/2012-91 EM nº 1009/2017

53000.026230/2012-15 EM nº 0132/2018

00001.004845/2018-00 Ofício 047/2018-MS-CD

53000.030007/2005-35 EM nº 0456/2018

53000.054050/2012-15 EM nº 0549/2018

53000.027244/2009-42 EM nº 0557/2018

53000.030397/2012-72	EM nº 0553/2018
53000.009024/2012-32	EM nº 0555/2018
53900.009151/2015-31	EM nº 0550/2018
53000.064009/2013-38	EM nº 0551/2018
53900.000271/2014-91	EM nº 0038/2018
53900.016778/2016-29	EM nº 0029/2018
53000.049242/2012-18	EM nº 0323/2017
53000.052684/2013-14	EM nº 0568/2017
53000.054982/2012-68	EM nº 0445/2017
53000.057297/2012-93	EM nº 0420/2017
53000.030840/2012-13	EM nº 0446/2017
53000.015829/2013-04	EM nº 0443/2017
53000.053176/2013-53	EM nº 0314/2017
53000.065155/2013-81	EM nº 0441/2017
53000.007050/2013-15	EM nº 0195/2017
53000.056214/2011-68	EM nº 0285/2017
53000.007687/2014-84	EM nº 0194/2017
53900.017162/2015-94	EM nº 0338/2017
53000.006481/2010-11	EM nº 0545/2018
53000.055599/2007-60	EM nº 0484/2017
53000.052021/2011-38	EM nº 0360/2017
53000.056217/2011-00	EM nº 0274/2017
00001.004765/2018-46	Ofício 0327/2018-GCH-CD
53000.039908/2003-21	EM nº 0507/2018
53900.047853/2016-01	EM nº 0504/2018

53900.016488/2015-02	EM nº 0506/2018
53000.022925/2012-10	EM nº 0501/2018
53000.042414/2013-03	EM nº 0546/2018
53000.020988/2012-31	EM nº 0503/2018
53000.043010/2012-48	EM nº 0502/2018
53670.001341/2001-65	EM nº 0505/2018
53900.011448/2014-85	EM nº 0531/2018
01250.034988/2018-69	EM nº 0533/2018
01250.048763/2017-17	EM nº 0542/2018
53900.024997/2014-10	EM nº 0517/2018
53900.034082/2015-01	EM nº 0516/2018
53900.037331/2014-21	EM nº 0515/2018
53900.034520/2015-23	EM nº 0525/2018
53900.044560/2015-83	EM nº 0526/2018
53900.041939/2015-31	EM nº 0514/2018
53900.024692/2014-16	EM nº 0530/2018
53900.001273/2016-60	EM nº 0541/2018
53900.017145/2015-57	EM nº 0521/2018
53900.013241/2015-26	EM nº 0532/2018
53900.009333/2014-21	EM nº 0512/2018
53000.016596/2013-59	EM nº 0518/2018
53900.014648/2014-90	EM nº 0519/2018
53900.017091/2015-20	EM nº 0520/2018
53900.043270/2015-12	EM nº 0513/2018
53900.050381/2015-85	EM nº 0528/2018

53900.027712/2014-01	EM nº 0524/2018
53900.048226/2015-07	EM nº 0527/2018
53000.007913/2014-27	EM nº 0529/2018
53900.022443/2014-88	EM nº 0485/2018
53000.009433/2013-10	EM nº 0499/2018
53900.038863/2014-86	EM nº 0722/2017
53900.042143/2015-04	EM nº 0724/2017
53000.007973/20012-88	EM nº 1054/2017
53900.007823/2014-92	EM nº 0413/2018
53900.073493/2015-12	EM nº 0389/2018
53900.011113/2014-67	Exposição de Motivos 0399/2018 MCTIC
01250.059013/2017-62	Exposição de Motivos 0396/2018 MCTIC
53000.001683/2014-92	Exposição de Motivos 0388/2018 MCTIC
53900.017343/2015-11	Exposição de Motivos 0260/2018 MCTIC
53000.013433/2010-71	Exposição de Motivos 0361/2018 MCTIC
53900.013163/2015-60	Exposição de Motivos 0421/2018 MCTIC
53900.017133/2015-22	Exposição de Motivos 0331/2018 MCTIC
53000.065773/2013-21	Exposição de Motivos 0322/2018 MCTIC
53900.008953/2015-23	Exposição de Motivos 0332/2018 MCTIC
53000.015613/2013-31	Exposição de Motivos 0327/2018 MCTIC
53900.047623/2015-53	Exposição de Motivos 0345/2018 MCTIC
53900.016403/2015-88	Exposição de Motivos 0286/2018 MCTIC
53900.026403/2015-96	Exposição de Motivos 0280/2018 MCTIC
53900.042013/2015-63	Exposição de Motivos 0309/2018 MCTIC
53900.029943/2015-21	Exposição de Motivos 0304/2018 MCTIC

53900.046473/2015-61	Exposição de Motivos 0276/2018 MCTIC
53000.061863/2006-13	Exposição de Motivos 0201/2018 MCTIC
53900.016433/2015-94	Exposição de Motivos 0226/2018 MCTIC
53000.007663/2014-25	Exposição de Motivos 0254/2018 MCTIC
53000.043803/2012-67	Exposição de Motivos 1011/2017 MCTIC
53000.006763/2012-72	Exposição de Motivos 0974/2017 MCTIC
53900.028013/2014-70	Exposição de Motivos 0176/2018 MCTIC
53000.007683/2014-04	Exposição de Motivos 0175/2018 MCTIC
53900.014053/2014-34	Exposição de Motivos 0173/2018 MCTIC
53900.016483/2016-52	Exposição de Motivos 0180/2018 MCTIC
53000.007963/2012-42	Exposição de Motivos 0172/2018 MCTIC
53900.050703/2015-96	Exposição de Motivos 0154/2018 MCTIC
53000.066813/2013-51	Exposição de Motivos 0138/2018 MCTIC
53900.046743/2015-33	Exposição de Motivos 0115/2018 MCTIC
00001.001003/2018-98	Exposição de Motivos 0106/2018 MCTIC
53000.001033/2012-85	Exposição de Motivos 0112/2018 MCTIC
53000.071343/2013-48	Exposição de Motivos 0075/2018 MCTIC
53000.043713/2013-57	Exposição de Motivos 0040/2018 MCTIC
53000.055773/2011-51	Exposição de Motivos 0044/2018 MCTIC
53900.009743/2014-71	Exposição de Motivos 0009/2018 MCTIC
53000.055803/2012-18	Exposição de Motivos 0430/2017 MCTIC
53000.061913/2013-91	Exposição de Motivos 0423/2017 MCTIC
53000.007503/2006-76	Exposição de Motivos 0424/2017 MCTIC
53000.043193/2011-11	Exposição de Motivos 1005/2017 MCTIC
53900.020193/2016-11	Exposição de Motivos 1084/2017 MCTIC

53000.006483/2012-64	Exposição de Motivos 1041/2017 MCTIC
53000.055153/2010-31	Exposição de Motivos 0995/2017 MCTIC
53900.017153/2015-01	Exposição de Motivos 0980/2017 MCTIC
53000.056613/2011-29	Exposição de Motivos 0936/2017 MCTIC
53000.004483/2010-68	Exposição de Motivos 1024/2017 MCTIC
53000.056113/2011-97	Exposição de Motivos 1032/2017 MCTIC
53000.054723/2012-37	Exposição de Motivos 1036 2017 MCTIC (0360002)
53900.002813/2016-22	Exposição de Motivos 930 2017 MCTIC (0356756)
53000.059283/2011-23	Exposição de Motivos 951 2017 MCTIC (0357346)
53900.061443/2015-84	Exposição de Motivos 929 2017 MCTIC (0356600)
53000.060033/2013-06	Exposição de Motivos 928 2017 MCTIC (0356495)
53900.042113/2015-90	Exposição de Motivos 842 2017 MCTIC (0345640)
53000.055723/2011-73	Exposição de Motivos 759 2017 MCTIC (0343798)
53000.059473/2011-41	Exposição de Motivos 869 2017 MCTIC (0332543)
53900.038993/2015-08	Exposição de Motivos 903 2017 MCTIC (0332220)
53000.056613/2013-91	Exposição de Motivos 922 2017 MCTIC (0331715)
53900.041793/2015-24	Exposição de Motivos 839 2017 MCTIC (0329895)
53000.058113/2011-21	Exposição de Motivos 826 2017 MCTIC (0328704)
53900.046763/2015-12	Exposição de Motivos 804 2017 MCTIC (0327211)
53900.005543/2014-40	Exposição de Motivos 792 2017 MCTIC (0327459)
53000.036553/2012-17	Exposição de Motivos 813 2017 MCTIC (0327472)
53000.003653/2013-30	Exposição de Motivos 660 2017 MCTIC (0323876)
53000.058083/2011-53	Exposição de Motivos 611 2017 MCTIC (0323512)
53000.056213/2011-13	Exposição de Motivos 579 2017 MCTIC (0322699)

53000.065763/2013-95	Exposição de Motivos 573 2017 MCTIC (0322566)
53900.006983/2014-14	Exposição de Motivos 734 2017 MCTIC (0321816)
53569.000463/2014-16	Exposição de Motivos 527 2017 MCTIC (0286647)
53000.051423/2012-04	Exposição de Motivos 535 2017 MCTIC (0279692)
53000.010093/2013-70	Exposição de Motivos 542 2017 MCTIC (0279756)
53000.058133/2011-01	Exposição de Motivos 367 2017 MCTIC (0280573)
53000.028473/2013-61	Exposição de Motivos 507 2017 MCTIC (0281135)
53000.049063/2007-13	Exposição de Motivos 234 2016 MCTIC (0257579)
53000.015823/2013-29	Exposição de Motivos 449 2017 MCTIC (0263620)
53000.070013/2013-35	Exposição de Motivos 508 2017 MCTIC (0274059)
53000.070233/2013-69	Exposição de Motivos 469 2017 MCTIC (0274412)
3900.005813/2014-12	Exposição de Motivos 498 2017 MCTIC (0276506)
53000.054603/2012-30	Exposição de Motivos 477 2017 MCTIC (0276396)
53000.055673/2012-13	Exposição de Motivos 397 2017 MCTIC (0282643)
53000.047873/2012-94	Exposição de Motivos 637 2017 MCTIC (0303419)
53000.021323/2012-45	Exposição de Motivos 622 2017 MCTIC (0303270)
53000.055763/2011-15	Exposição de Motivos 581 2017 MCTIC (0301991)
53000.058143/2011-38	Exposição de Motivos 639 2017 MCTIC (0303455)
53900.020573/2014-86	Exposição de Motivos 651 2017 MCTIC (0308618)
53000.056993/2012-82	Exposição de Motivos 688 2017 MCTIC (0311657)
53900.029293/2014-33	Exposição de Motivos 712 2017 MCTIC (0312222)
53000.065857/2011-01	Exposição de Motivos 486 2018 MCTIC (0875820)
53900.024997/2014-10	Exposição de Motivos 517 2018 MCTIC (0923704)

53000.030007/2005-35	Exposição de Motivos 456 2018 MCTIC (0838610)
53000.056217/2011-00	Exposição de Motivos 274 2017 MCTIC (0239697)
53000.007687/2014-84	Exposição de Motivos 194 2017 MCTIC (0263330)
53000.057297/2012-93	Exposição de Motivos 420 2017 MCTIC (0270041)
53000.030397/2012-72	Exposição de Motivos 553 2018 MCTIC (0944218)
53900.022527/2014-11	Exposição de Motivos 522 2018 MCTIC (0920398)
53000.059717/2011-95	Exposição de Motivos 342 2018 MCTIC (0732840)
53900.023727/2014-91	Exposição de Motivos 536 2018 MCTIC (0918334)
53900.034197/2015-98	Exposição de Motivos 401 2018 MCTIC (0795077)
53000.040197/2013-13	Exposição de Motivos 390 2018 MCTIC (0808583)
53000.062227/2013-38	Exposição de Motivos 490 2018 MCTIC (0875688)
53900.047647/2015-11	Exposição de Motivos 349 2018 MCTIC (0732038)
53900.029947/2015-18	Exposição de Motivos 457 2017 MCTIC (0274169)
53000.058097/2011-77	Exposição de Motivos 638 2017 MCTIC (0303498)
53900.006047/2014-11	Exposição de Motivos 719 2017 MCTIC (0319454)
53000.039597/2011-18	Exposição de Motivos 404 2018 MCTIC (0795120)
53790.000407/2000-52	Exposição de Motivos 452 2018 MCTIC (0838598)
53000.058347/2013-31	Exposição de Motivos 450 2018 MCTIC (0838276)
53000.011767/2014-34	Exposição de Motivos 429 2018 MCTIC (0808649)
53900.015077/2015-91	Exposição de Motivos 427 2018 MCTIC (0808466)
53900.050577/2016-51	Exposição de Motivos 439 2018 MCTIC (0808419)
53000.007037/2013-58	Exposição de Motivos 393 2018 MCTIC (0765824)
53000.004357/2012-75	Exposição de Motivos 941 2017 MCTIC (0356473)
53900.045907/2016-96	Exposição de Motivos 407 2018 MCTIC (0794915)

53000.071797/2013-19	Exposição de Motivos 406 2018 MCTIC (0795022)
53900.045557/2016-68	Exposição de Motivos 363 2018 MCTIC (0764991)
53900.017337/2015-63	Exposição de Motivos 330 2018 MCTIC (0733897)
53900.017347/2015-07	Exposição de Motivos 337 2018 MCTIC (0733857)
53900.034487/2015-31	Exposição de Motivos 347 2018 MCTIC (0734130)
53000.057937/2012-65	Exposição de Motivos 323 2018 MCTIC (0733458)
53900.047647/2015-11	Exposição de Motivos 349 2018 MCTIC (0732038)
53000.041397/2012-06	Exposição de Motivos 249 2018 MCTIC (0677069)
53000.058147/2011-16	Exposição de Motivos 214 2018 MCTIC (0677135)
53900.035797/2015-73	Exposição de Motivos 259 2018 MCTIC (0677214)
53900.050617/2015-83	Exposição de Motivos 212 2018 MCTIC (0676844)
53900.045447/2015-15	Exposição de Motivos 199 2018 MCTIC (0676838)
53900.050637/2015-54	Exposição de Motivos 269 2018 MCTIC (0676695)
53900.008677/2015-01	Exposição de Motivos 222 2018 MCTIC (0676649)
53000.003257/2014-93	Exposição de Motivos 143 2018 MCTIC (0676161)
53900.026027/2014-59	Exposição de Motivos 256 2018 MCTIC (0676143)
53900.017937/2015-21	Exposição de Motivos 230 2018 MCTIC (0675867)
53000.069977/2013-31	Exposição de Motivos 209 2018 MCTIC (0674122)
53000.007107/2013-78	Exposição de Motivos 264 2018 MCTIC (0673390)
53900.039587/2015-54	Exposição de Motivos 211 2018 MCTIC (0672293)
53900.004157/2014-31	Exposição de Motivos 187 2018 MCTIC (0653050)
53000.018567/2013-21	Exposição de Motivos 235 2017 MCTIC (0246289)
53000.045037/2013-56	Exposição de Motivos 217 2017 MCTIC (0245352)
53900.007957/2014-11	Exposição de Motivos 55 2018 MCTIC (0481563)

53900.047997/2015-79	Exposição de Motivos 158 2018 MCTIC (0583656)
53900.008967/2014-66	Exposição de Motivos 156 2018 MCTIC (0583858)
53900.048797/2015-33	Exposição de Motivos 155 2018 MCTIC (0583982)
53900.049257/2015-77	Exposição de Motivos 135 2018 MCTIC (0569323)
53900.009307/2014-01	Exposição de Motivos 108 2017 MCTIC (0556471)
53900.055547/2015-50	Exposição de Motivos 109 2018 MCTIC (0555947)
53000.050217/2012-79	Exposição de Motivos 88 2018 MCTIC (0527854)
53000.065557/2013-85	Exposição de Motivos 77 2018 MCTIC (0522537)
53000.068677/2013-34	Exposição de Motivos 87 2017 MCTIC (0523265)
53900.000757/2014-21	Exposição de Motivos 97 2018 MCTIC (0523287)
53000.015797/2013-39	Exposição de Motivos 94 2018 MCTIC (0523244)
53000.031927/2012-08	Exposição de Motivos 82 2018 MCTIC (0523176)
53000.034057/2003-20	Exposição de Motivos 32 2018 MCTIC (0483430)
53000.056247/2011-16	Exposição de Motivos 20 2018 MCTIC (0482565)
53000.005567/2013-61	Exposição de Motivos 18 2018 MCTIC (0482269)
53000.021797/2014-59	Exposição de Motivos 7 2018 MCTIC (0481398)
53000.015837/2013-42	Exposição de Motivos 10 2018 MCTIC (0481335)
53000.003387/2012-64	Exposição de Motivos 291 2017 MCTIC (0252697)
53000.043077/2012-82	Exposição de Motivos 428 2017 MCTIC (0262429)
53000.041617/2013-74	Exposição de Motivos 211 2017 MCTIC (0262479)
53000.058587/2011-73	Exposição de Motivos 1077 2017 MCTIC (0383253)
53000.006767/2012-51	Exposição de Motivos 1059 2017 MCTIC (0382276)
53000.057527/2011-33	Exposição de Motivos 1006 2017 MCTIC (0374429)

53000.039997/2012-04	Exposição de Motivos 943 2017 MCTIC (0373787)
53900.003577/2014-16	Exposição de Motivos 919 2017 MCTIC (0372278)
53900.001487/2014-74	Exposição de Motivos 925 2017 MCTIC (0372243)
53000.014127/2010-52	Exposição de Motivos 916 2017 MCTIC (0372106)
53000.071367/2013-05	Exposição de Motivos 188 2017 MCTIC (0358936)
53000.055757/2011-68	Exposição de Motivos 133 2017 MCTIC (0201350)
53000.052857/2011-32	Exposição de Motivos 1008 2017 MCTIC (0358660)
53900.040337/2016-48	Exposição de Motivos 945 2017 MCTIC (0356860)
53000.013347/2011-40	Exposição de Motivos 964 2017 MCTIC (0357829)
53900.002457/2015-66	Exposição de Motivos 797 2017 MCTIC (0344460)
53900.017327/2015-28	Exposição de Motivos 801 2017 MCTIC (0344417)
53000.055767/2011-01	Exposição de Motivos 908 2017 MCTIC (0332366)
53000.071647/2013-13	Exposição de Motivos 911 2017 MCTIC (0332505)
53000.020077/2012-12	Exposição de Motivos 893 2017 MCTIC (0332089)
53900.046737/2015-86	Exposição de Motivos 864 2017 MCTIC (0332091)
53000.058117/2011-18	Exposição de Motivos 902 2017 MCTIC (0332010)
53900.041797/2015-11	Exposição de Motivos 880 2017 MCTIC (0332240)
53900.047727/2015-68	Exposição de Motivos 838 2017 MCTIC (0329880)
53900.049087/2015-21	Exposição de Motivos 829 2017 MCTIC (0328769)
53900.047617/2015-04	Exposição de Motivos 831 2017 MCTIC (0328853)
53900.050647/2015-90	Exposição de Motivos 822 2017 MCTIC (0328628)
53000.061897/2013-37	Exposição de Motivos 791 2017 MCTIC (0327494)
53000.052747/2012-51	Exposição de Motivos 799 2017 MCTIC (0327504)
53000.056227/2011-37	Exposição de Motivos 800 2017 MCTIC (0327615)

53900.017267/2015-43	Exposição de Motivos 775 2017 MCTIC (0324162)
53000.020797/2013-51	Exposição de Motivos 777 2017 MCTIC (0324186)
53900.017067/2015-91	Exposição de Motivos 774 2017 MCTIC (0324130)
53000.007057/2013-29	Exposição de Motivos 755 2017 MCTIC (0323794)
53900.042147/2015-84	Exposição de Motivos 758 2017 MCTIC (0323380)
53000.058137/2011-81	Exposição de Motivos 760 2017 MCTIC (0323420)
53000.049727/2012-01	Exposição de Motivos 742 2017 MCTIC (0322403)
53900.021997/2014-68	Exposição de Motivos 733 2017 MCTIC (0321722)
53900.008337/2014-91	Exposição de Motivos 546 2017 MCTIC (0278146)
53000.017857/2013-58	Exposição de Motivos 224 2017 MCTIC (0267126)
53000.049117/2012-08	Exposição de Motivos 312 2017 MCTIC (0266425)
53000.006807/2013-45	Exposição de Motivos 448 2017 MCTIC (0263586)
53000.017967/2013-10	Exposição de Motivos 301 2017 MCTIC (0271086)
53900.009247/2014-18	Exposição de Motivos 528 2017 MCTIC (0273202)
53000.070507/2013-10	Exposição de Motivos 435 2017 MCTIC (0272809)
53000.029227/2012-45	Exposição de Motivos 463 2017 MCTIC (0274003)
53000.041817/2011-65	Exposição de Motivos 532 2017 MCTIC (0275286)
53000.000127/2013-18	Exposição de Motivos 485 2017 MCTIC (0276693)
53000.019647/2013-02	Exposição de Motivos 563 2017 MCTIC (0288048)
53900.017747/2014-23	Exposição de Motivos 383 2017 MCTIC (0282371)
53000.068877/2013-97	Exposição de Motivos 615 2017 MCTIC (0302563)
53000.000307/2014-81	Exposição de Motivos 604 2017 MCTIC (0302080)
53000.061497/2013-21	Exposição de Motivos 593 2017 MCTIC (0302315)
53000.062557/2013-23	Exposição de Motivos 605 2017 MCTIC (0302364)

53000.005447/2010-11	Exposição de Motivos 223 2016 MCTIC (0083781)
53900.003257/2014-41	Exposição de Motivos 653 2017 MCTIC (0308852)
53900.042127/2015-11	Exposição de Motivos 694 2017 MCTIC (0311518)
53900.041857/2015-97	Exposição de Motivos 691 2017 MCTIC (0311463)
53000.051427/2012-84	Exposição de Motivos 720 2017 MCTIC (0319461)
53900.049367/2015-39	Exposição de Motivos 668 2017 MCTIC (0309842)
53000.047027/2012-74	Exposição de Motivos 657 2017 MCTIC (0309680)
53000.055907/2013-03	Exposição de Motivos 661 2017 MCTIC (0309633)
53900.039719/2015-48	Exposição de Motivos 524 2017 MCTIC (0275247)
53000.028019/2012-29	Exposição de Motivos 466 2017 MCTIC (0276041)
53000.048669/2012-91	Exposição de Motivos 483 2017 MCTIC (0276629)
53900.006389/2014-23	Exposição de Motivos 534 2017 MCTIC (0287128)
53000.036049/2012-17	Exposição de Motivos 608 2017 MCTIC (0302499)
53000.007039/2013-47	Exposição de Motivos 586 2017 MCTIC (0302279)
53000.014269/2012-81	Exposição de Motivos 595 2017 MCTIC (0301695)
53000.009819/2014-11	Exposição de Motivos 585 2017 MCTIC (0301909)
53900.041679/2015-02	Exposição de Motivos 643 2017 MCTIC (0304114)
53000.056639/2012-58	Exposição de Motivos 644 2017 MCTIC (0304144)
53900.039649/2015-28	Exposição de Motivos 646 2017 MCTIC (0308464)
53000.015779/2013-57	Exposição de Motivos 654 2017 MCTIC (0308944)
53900.048239/2015-78	Exposição de Motivos 667 2017 MCTIC (0309927)
53000.070169/2013-16	Exposição de Motivos 663 2017 MCTIC (0309655)
53900.017339/2015-52	Exposição de Motivos 697 2017 MCTIC (0311949)
53000.059219/2013-12	- Exposição de Motivos 467 2018 MCTIC (0875494)
53000.057439/2011-31	- Exposição de Motivos 867 2017 MCTIC (0346288)

53900.041939/2015-31 - Exposição de Motivos 514 2018 MCTIC (0923928)
 53000.015829/2013-04 - Exposição de Motivos 443 2017 MCTIC (0272211)
 53000.064009/2013-38 - Exposição de Motivos 551 2018 MCTIC (0943983)
 53000.053969/2012-91 - Exposição de Motivos 1009 2017 MCTIC (0374481)
 53900.027759/2016-28 - Exposição de Motivos 540 2018 MCTIC (0918404)
 53000.059289/2011-09 - Exposição de Motivos 248 2017 MCTIC (0246474)
 53000.041679/2013-86 - Exposição de Motivos 474 2018 MCTIC (0845648)
 53000.046089/2012-69 - Exposição de Motivos 419 2018 MCTIC (0796181)
 53710.000749/2000-15 - Exposição de Motivos 453 2018 MCTIC (0845059)
 53000.028449/2009-45 - Exposição de Motivos 468 2018 MCTIC (0837880)
 53900.045489/2015-56 - Exposição de Motivos 442 2018 MCTIC (0837144)
 53900.003029/2016-31 - Exposição de Motivos 445 2018 MCTIC (0836698)
 53900.020099/2014-92 - Exposição de Motivos 424 2018 MCTIC (0808381)
 53900.062019/2015-57 - Exposição de Motivos 430 2018 MCTIC (0808327)
 53000.023809/2013-07 - Exposição de Motivos 432 2018 MCTIC (0808302)
 53900.046879/2015-43 - Exposição de Motivos 386 2018 MCTIC (0785111)
 53900.049709/2015-11 - Exposição de Motivos 394 2018 MCTIC (0785064)
 53900.011959/2016-69 - Exposição de Motivos 375 2018 MCTIC (0765035)
 53900.019629/2014-50 - Exposição de Motivos 370 2018 MCTIC (0764590)
 53000.070099/2013-04 - Exposição de Motivos 369 2018 MCTIC (0764449)
 53900.016399/2015-58 - Exposição de Motivos 324 2018 MCTIC (0733553)
 53900.012339/2016-47 - Exposição de Motivos 346 2018 MCTIC (0732695)
 53000.015799/2013-28 - Exposição de Motivos 281 2018 MCTIC (0703199)
 53900.049739/2015-27 - Exposição de Motivos 296 2018 MCTIC (0702519)
 53000.075619/2013-67 - Exposição de Motivos 306 2018 MCTIC (0702569)
 53900.005039/2014-41 - Exposição de Motivos 273 2018 MCTIC (0703141)
 53900.041859/2015-86 - Exposição de Motivos 308 2018 MCTIC (0702917)
 53000.060089/2011-91 - Exposição de Motivos 307 2018 MCTIC (0702680)
 53900.029509/2014-61 - Exposição de Motivos 262 2018 MCTIC (0682072)
 53000.057909/2011-67 - Exposição de Motivos 206 2018 MCTIC (0677211)
 53900.031989/2014-20 - Exposição de Motivos 207 2018 MCTIC (0676319)
 53900.016239/2014-28 - Exposição de Motivos 223 2018 MCTIC (0674392)
 53900.011529/2016-47 - Exposição de Motivos 164 2018 MCTIC (0583699)
 53000.050129/2012-77 - Exposição de Motivos 198 2018 MCTIC (0652447)
 53900.018279/2014-12 - Exposição de Motivos 216 2018 MCTIC (0672536)
 53900.017279/2015-78 - Exposição de Motivos 120 2018 MCTIC (0556709)
 53000.041399/2012-97 - Exposição de Motivos 1019 2017 MCTIC (0361470)
 53680.000099/1998-36 - Exposição de Motivos 50 2018 MCTIC (0481209)
 53900.017059/2015-44 - Exposição de Motivos 114 2018 MCTIC (0556651)
 53000.050829/2011-81 - Exposição de Motivos 65 2018 MCTIC (0527570)
 53900.050709/2015-63 - Exposição de Motivos 13 2018 MCTIC (0481473)
 53000.071349/2013-15 - Exposição de Motivos 23 2018 MCTIC (0483124)
 53000.070749/2013-11 - Exposição de Motivos 85 2018 MCTIC (0523217)
 53000.063589/2012-65 - Exposição de Motivos 3 2018 MCTIC (0481509)
 53000.065289/2012-11 - Exposição de Motivos 425 2017 MCTIC (0262571)
 53000.059079/2011-11 - Exposição de Motivos 1042 2017 MCTIC (0382071)
 53000.006409/2009-42 - Exposição de Motivos 243 2017 MCTIC (0261344)
 53000.050949/2012-69 - Exposição de Motivos 986 2017 MCTIC (0374381)
 53000.067009/2011-28 - Exposição de Motivos 1078 2017 MCTIC (0383287)
 53900.038549/2014-01 - Exposição de Motivos 1025 2017 MCTIC (0361193)
 53000.001359/2014-74 - Exposição de Motivos 292 2018 MCTIC (0701572)
 53900.011859/2016-32 - Exposição de Motivos 1068 2017 MCTIC (0382395)

53900.046499/2015-17 - Exposição de Motivos 983 2017 MCTIC (0374418)
53900.009349/2014-33 - Exposição de Motivos 921 2017 MCTIC (0372284)
53900.007769/2015-66 - Exposição de Motivos 975 2017 MCTIC (0374053)
53000.059679/2011-71 - Exposição de Motivos 1065 2017 MCTIC (0382287)
53000.003089/2010-11 - Exposição de Motivos 240 2016 EXM MCTIC (0131371)
53000.044199/2011-13 - Exposição de Motivos 891 2017 MCTIC (0347578)
53000.066549/2011-94 - Exposição de Motivos 997 2017 MCTIC (0358493)
53000.001639/2012-11 - Exposição de Motivos 1013 2017 MCTIC (0358719)
53000.032529/2011-10 - Exposição de Motivos 966 2017 MCTIC (0357821)
53000.055769/2011-92 - Exposição de Motivos 952 2017 MCTIC (0357553)
53000.043819/2013-51 - Exposição de Motivos 773 2017 MCTIC (0344082)
53000.056619/2011-04 - Exposição de Motivos 795 2017 MCTIC (0345308)
53900.048779/2015-51 - Exposição de Motivos 862 2017 MCTIC (0332033)
53900.017409/2014-91 - Exposição de Motivos 781 2017 MCTIC (0344557)
53900.039579/2015-16 - Exposição de Motivos 806 2017 MCTIC (0327249)
53900.020989/2014-02 - Exposição de Motivos 959 2017 MCTIC (0334513)
53900.009909/2015-31 - Exposição de Motivos 885 2017 MCTIC (0332256)
53900.050619/2015-72 - Exposição de Motivos 861 2017 MCTIC (0332323)
53000.051419/2012-38 - Exposição de Motivos 924 2017 MCTIC (0332301)
53900.048009/2015-17 - Exposição de Motivos 837 2017 MCTIC (0329854)
53000.007329/2014-71 - Exposição de Motivos 789 2017 MCTIC (0327355)
53000.006879/2013-92 - Exposição de Motivos 782 2017 MCTIC (0326984)
53000.058099/2011-66 - Exposição de Motivos 707 2017 MCTIC (0324561)
53000.058119/2011-07 - Exposição de Motivos 708 2017 MCTIC (0324468)
53000.009899/2013-15 - Exposição de Motivos 686 2017 MCTIC (0323969)
53000.071599/2013-55 - Exposição de Motivos 598 2017 MCTIC (0323094)
53900.016739/2015-41 - Exposição de Motivos 730 2017 MCTIC (0321686)
53900.046389/2015-47 - Exposição de Motivos 732 2017 MCTIC (0321643)
53000.073739/2012-14 - Exposição de Motivos 197 2017 MCTIC (0228291)
53900.041776/2015-97 - Exposição de Motivos 738 2017 MCTIC (0321984)
53000.034243/2010-98 - Exposição de Motivos 374 2018 MCTIC (0959907)
53000.019200/2010-82 - Exposição de Motivos 65 2017 MCTIC (0140598)
53900.023990/2016-42 - Exposição de Motivos 1064 2017 MCTIC (0382367)
53000.073920/2013-36 - Exposição de Motivos 992 2017 MCTIC (0375706)
53900.012810/2014-35 - Exposição de Motivos 970 2017 MCTIC (0373991)
53900.008480/2014-83 - Exposição de Motivos 938 2017 MCTIC (0373602)
53000.028900/2013-19 - Exposição de Motivos 933 2017 MCTIC (0373148)
53900.050050/2016-26 - Exposição de Motivos 946 2017 MCTIC (0356836)
53000.036560/2012-19 - Exposição de Motivos 947 2017 MCTIC (0357082)
53000.057910/2011-91 - Exposição de Motivos 955 2017 MCTIC (0357847)
53000.033060/2013-06 - Exposição de Motivos 950 2017 MCTIC (0357843)
53900.041780/2015-55 - Exposição de Motivos 899 2017 MCTIC (0332372)
53900.041490/2015-10 - Exposição de Motivos 793 2017 MCTIC (0344522)
53000.059620/2012-63 - Exposição de Motivos 796 2017 MCTIC (0344568)
53000.058130/2011-69 - Exposição de Motivos 772 2017 MCTIC (0344120)
53000.070500/2013-06 - Exposição de Motivos 766 2017 MCTIC (0343966)
53900.047620/2015-10 - Exposição de Motivos 879 2017 MCTIC (0332013)
53900.009190/2014-57 - Exposição de Motivos 905 2017 MCTIC (0332156)
53900.008250/2015-03 - Exposição de Motivos 850 2017 MCTIC (0329788)
53000.059330/2011-39 - Exposição de Motivos 828 2017 MCTIC (0328856)
53900.047630/2015-55 - Exposição de Motivos 802 2017 MCTIC (0327331)
53000.065280/2012-18 - Exposição de Motivos 812 2017 MCTIC (0327513)

53000.006880/2013-17 - Exposição de Motivos 682 2017 MCTIC (0323626)
53000.019020/2014-24 - Exposição de Motivos 664 2017 MCTIC (0323238)
53000.012480/2013-41 - Exposição de Motivos 767 2017 MCTIC (0323552)
53000.059290/2011-25 - Exposição de Motivos 590 2017 MCTIC (0322937)
53000.058080/2011-10 - Exposição de Motivos 591 2017 MCTIC (0322862)
53900.011550/2014-81 - Exposição de Motivos 746 2017 MCTIC (0322446)
53000.012760/2013-59 - Exposição de Motivos 120 2017 MCTIC (0231085)
53000.043110/2011-93 - Exposição de Motivos 510 2017 MCTIC (0278667)
53000.031930/2012-13 - Exposição de Motivos 389 2017 MCTIC (0280870)
53000.056150/2012-86 - Exposição de Motivos 412 2017 MCTIC (0270064)
53000.002360/2012-54 - Exposição de Motivos 407 2017 MCTIC (0268087)
53000.021870/2013-10 - Exposição de Motivos 447 2017 MCTIC (0272000)
53900.036160/2014-13 - Exposição de Motivos 433 2017 MCTIC (0272868)
53000.071350/2013-40 - Exposição de Motivos 431 2017 MCTIC (0272899)
53000.045180/2012-67 - Exposição de Motivos 459 2017 MCTIC (0274263)
53000.041590/2013-10 - Exposição de Motivos 475 2017 MCTIC (0274379)
53000.059200/2013-68 - Exposição de Motivos 526 2017 MCTIC (0275265)
53000.056640/2013-63 - Exposição de Motivos 474 2017 MCTIC (0276132)
53000.008640/2012-76 - Exposição de Motivos 562 2017 MCTIC (0288057)
53900.037910/2015-55 - Exposição de Motivos 620 2017 MCTIC (0302533)
53900.007240/2014-61 - Exposição de Motivos 617 2017 MCTIC (0302554)
53000.049480/2012-15 - Exposição de Motivos 616 2017 MCTIC (0302681)
53000.040750/2013-11 - Exposição de Motivos 640 2017 MCTIC (0303524)
53000.056380/2012-45 - Exposição de Motivos 695 2017 MCTIC (0311678)
53900.034780/2015-07 - Exposição de Motivos 673 2017 MCTIC (0310160)
53000.031940/2012-59 - Exposição de Motivos 699 2017 MCTIC (0312090)
53900.042150/2015-06 - Exposição de Motivos 725 2017 MCTIC (0319898)
53000.055770/2011-17 - Exposição de Motivos 721 2017 MCTIC (0319434)
53000.036340/2012-87 - Exposição de Motivos 395 2018 MCTIC (0784729)
53900.017950/2015-81 - Exposição de Motivos 359 2018 MCTIC (0764728)
53900.005510/2016-61 - Exposição de Motivos 368 2018 MCTIC (0744467)
53000.027470/2009-23 - Exposição de Motivos 341 2018 MCTIC (0732925)
53000.041580/2010-31 - Exposição de Motivos 354 2018 MCTIC (0732169)
53900.007550/2014-86 - Exposição de Motivos 289 2018 MCTIC (0732215)
53900.016180/2015-59 - Exposição de Motivos 274 2018 MCTIC (0703266)
53900.048000/2015-06 - Exposição de Motivos 299 2018 MCTIC (0702472)
53000.043380/2012-85 - Exposição de Motivos 257 2018 MCTIC (0676938)
53900.038370/2016-16 - Exposição de Motivos 243 2018 MCTIC (0676745)
53000.067110/2011-89 - Exposição de Motivos 244 2018 MCTIC (0676275)
53900.023980/2014-45 - Exposição de Motivos 268 2018 MCTIC (0676085)
53900.017320/2015-14 - Exposição de Motivos 227 2018 MCTIC (0675707)
53900.009880/2014-14 - Exposição de Motivos 272 2018 MCTIC (0673749)
53900.005950/2016-19 - Exposição de Motivos 266 2018 MCTIC (0673809)
53900.013950/2014-21 - Exposição de Motivos 195 2018 MCTIC (0653239)
53900.049220/2015-49 - Exposição de Motivos 185 2018 MCTIC (0653293)
53900.041650/2015-12 - Exposição de Motivos 181 2018 MCTIC (0587806)
53900.020670/2014-79 - Exposição de Motivos 161 2018 MCTIC (0585794)
53900.006330/2014-35 - Exposição de Motivos 157 2018 MCTIC (0583737)
53000.014020/2013-57 - Exposição de Motivos 149 2018 MCTIC (0583950)
53900.009140/2014-70 - Exposição de Motivos 137 2018 MCTIC (0569540)
53000.058120/2011-23 - Exposição de Motivos 80 2018 MCTIC (0527614)
53900.016430/2015-51 - Exposição de Motivos 102 2018 MCTIC (0523399)

53900.017160/2015-03 - Exposição de Motivos 89 2018 MCTIC (0523391)
53000.027270/2013-57 - Exposição de Motivos 71 2018 MCTIC (0521468)
53000.071620/2013-12 - Exposição de Motivos 22 2018 MCTIC (0483046)
53900.000200/2016-51 - Exposição de Motivos 30 2018 MCTIC (0483417)
53000.005800/2014-97 - Exposição de Motivos 17 2018 MCTIC (0482103)
53000.070120/2013-63 - Exposição de Motivos 8 2018 MCTIC (0481245)
53900.048226/2015-07 - Exposição de Motivos 527 2018 MCTIC (0920430)
53000.016596/2013-59 - Exposição de Motivos 518 2018 MCTIC (0922120)
53000.026836/2011-61 - Exposição de Motivos 477 2018 MCTIC (0845202)
53000.053176/2013-53 - Exposição de Motivos 314 2017 MCTIC (0271104)
53900.007246/2014-39 - Exposição de Motivos 410 2017 MCTIC (0268151)
53900.003786/2014-43 - Exposição de Motivos 494 2018 MCTIC (0876622)
53000.037836/2011-97 - Exposição de Motivos 493 2018 MCTIC (0876581)
53900.017326/2015-83 - Exposição de Motivos 726 2017 MCTIC (0319958)
53000.065326/2013-71 - Exposição de Motivos 482 2018 MCTIC (0845690)
53900.024846/2015-42 - Exposição de Motivos 415 2018 MCTIC (0795336)
53000.063406/2011-21 - Exposição de Motivos 998 2017 MCTIC (0358757)
53000.004676/2014-42 - Exposição de Motivos 463 2018 MCTIC (0837220)
53000.000416/2009-31 - Exposição de Motivos 466 2918 MCTIC (0837237)
53000.049916/2013-57 - Exposição de Motivos 448 2018 MCTIC (0836774)
53000.070826/2013-25 - Exposição de Motivos 443 2018 MCTIC (0836864)
53000.042696/2011-79 - Exposição de Motivos 445 2018 MCTIC (0836908)
53900.055346/2015-52 - Exposição de Motivos 458 2018 MCTIC (0837006)
53000.011766/2014-90 - Exposição de Motivos 428 2018 MCTIC (0808654)
53000.007916/2014-61 - Exposição de Motivos 417 2018 MCTIC (0796217)
53000.006816/2013-36 - Exposição de Motivos 416 2018 MCTIC (0795674)
53900.002856/2015-27 - Exposição de Motivos 409 2018 MCTIC (0794322)
53900.017286/2015-70 - Exposição de Motivos 384 2018 MCTIC (0785304)
53000.070736/2013-34 - Exposição de Motivos 380 2018 MCTIC (0784961)
53900.048776/2015-18 - Exposição de Motivos 367 2018 MCTIC (0765409)
53900.045626/2016-33 - Exposição de Motivos 366 2018 MCTIC (0765005)
53900.020036/2015-17 - Exposição de Motivos 334 2018 MCTIC (0733960)
53900.022496/2015-80 - Exposição de Motivos 333 2018 MCTIC (0734102)
53900.011676/2014-55 - Exposição de Motivos 278 2018 MCTIC (0703082)
53900.042136/2015-02 - Exposição de Motivos 297 2018 MCTIC (0702417)
53000.047896/2013-80 - Exposição de Motivos 305 2018 MCTIC (0702638)
53900.048786/2015-53 - Exposição de Motivos 228 2018 MCTIC (0676467)
53900.017866/2015-67 - Exposição de Motivos 221 2018 MCTIC (0675815)
53000.003536/2013-76 - Exposição de Motivos 202 2018 MCTIC (0672189)
53900.053766/2016-85 - Exposição de Motivos 194/2018 MCTIC (0652416)
53000.068096/2013-01 - Exposição de Motivos 223 2017 MCTIC (0246081)
53900.000576/2014-11 - Exposição de Motivos 270 2017 MCTIC (0246007)
53900.050256/2015-75 - Exposição de Motivos 178 2018 MCTIC (0587455)
53000.066606/2013-05 - Exposição de Motivos 177 2018 MCTIC (0588040)
53900.017136/2015-66 - Exposição de Motivos 133 2018 MCTIC (0569180)
53000.058466/2011-21 - Exposição de Motivos 131 2018 MCTIC (0569167)
53900.034256/2015-28 - Exposição de Motivos 105 2018 MCTIC (0555741)
53900.017156/2015-37 - Exposição de Motivos 123 2018 MCTIC (0556620)
53000.058106/2011-20 - Exposição de Motivos 110 2018 MCTIC (0556566)
53900.007846/2015-88 - Exposição de Motivos 60 2018 MCTIC (0556136)
53900.049346/2015-13 - Exposição de Motivos 100 2018 MCTIC (0523525)
53000.056216/2011-57 - Exposição de Motivos 98 2018 MCTIC (0523585)

53000.067636/2013-21 - Exposição de Motivos 73 2018 MCTIC (0521350)
53000.062556/2013-89 - Exposição de Motivos 72 2018 MCTIC (0521613)
53000.059736/2013-83 - Exposição de Motivos 45 2018 MCTIC (0484303)
53000.050216/2012-24 - Exposição de Motivos 46 2018 MCTIC (0484161)
53000.050186/2011-75 - Exposição de Motivos 39 2018 MCTIC (0483089)
53000.029836/2013-85 - Exposição de Motivos 35 2018 MCTIC (0483254)
53900.078146/2015-78 - Exposição de Motivos 28 2018 MCTIC (0483329)
53000.057226/2011-18 - Exposição de Motivos 21 2018 MCTIC (0482777)
53000.052326/2012-21 - Exposição de Motivos 4 2018 MCTIC (0481625)
53900.049266/2015-68 - Exposição de Motivos 12 2018 MCTIC (0481490)
53000.004356/2012-21 - Exposição de Motivos 1082 2017 MCTIC (0383414)
53900.000766/2016-82 - Exposição de Motivos 1086 2017 MCTIC (0383045)
53900.042116/2015-23 - Exposição de Motivos 976 2017 MCTIC (0374072)
53900.046836/2015-68 - Exposição de Motivos 981 2017 MCTIC (0374366)
53000.070526/2013-46 - Exposição de Motivos 962 2017 MCTIC (0373906)
53000.055766/2011-59 - Exposição de Motivos 934 2017 MCTIC (0373371)
53000.005496/2008-30 - Exposição de Motivos 1027 2017 MCTIC (0361295)
53000.025416/2013-20 - Exposição de Motivos 1026 2017 MCTIC (0361697)
53000.065796/2013-35 - Exposição de Motivos 070 2017 MCTIC (0358870)
53000.001866/2009-41 - Exposição de Motivos 892 2017 MCTIC (0347634)
53000.039926/2013-84 - Exposição de Motivos 870 2017 MCTIC (0346418)
53000.058116/2011-65 - Exposição de Motivos 846 2017 MCTIC (0346053)
53900.005056/2014-87 - Exposição de Motivos 840 2017 MCTIC (0345633)
53000.055726/2012-98 - Exposição de Motivos 785 2017 MCTIC (0344751)
53000.020796/2013-14 - Exposição de Motivos 765 2017 MCTIC (0343702)
53000.054986/2012-46 - Exposição de Motivos 901 2017 MCTIC (0332492)
53000.057916/2011-69 - Exposição de Motivos 909 2017 MCTIC (0332549)
53900.046846/2015-01 - Exposição de Motivos 855 2017 MCTIC (0332233)
53900.034546/2015-71 - Exposição de Motivos 841 2017 MCTIC (0329901)
53900.046496/2015-75 - Exposição de Motivos 833 2017 MCTIC (0328812)
53900.017336/2015-19 - Exposição de Motivos 808 2017 MCTIC (0327021)
53900.020946/2014-19 - Exposição de Motivos 809 2017 MCTIC (0327443)
53900.029926/2015-94 - Exposição de Motivos 807 2017 MCTIC (0326946)
53000.061976/2013-48 - Exposição de Motivos 713 2017 MCTIC (0324391)
53900.015016/2015-24 - Exposição de Motivos 599 2017 MCTIC (0322985)
53000.070516/2013-19 - Exposição de Motivos 716 2017 MCTIC (0322954)
53000.031936/2012-91 - Exposição de Motivos 749 2017 MCTIC (0322465)
53000.006656/2013-25 - Exposição de Motivos 681 2017 MCTIC (0321697)
53900.061306/2015-40 - Exposição de Motivos 121 2017 MCTIC (0231043)
53900.017866/2014-86 - Exposição de Motivos 509 2017 MCTIC (0278359)
53000.058076/2011-51 - Exposição de Motivos 382 2017 MCTIC (0280136)
53000.054476/2012-79 - Exposição de Motivos 398 2017 MCTIC (0280326)
53000.011716/2013-21 - Exposição de Motivos 549 2017 MCTIC (0281105)
53000.068456/2013-66 - Exposição de Motivos 202 2017 MCTIC (0270312)
53000.024276/2012-91 - Exposição de Motivos 252 2017 MCTIC (0266637)
53900.034526/2015-09 - Exposição de Motivos 337 2017 MCTIC (0263378)
53000.052576/2012-61 - Exposição de Motivos 455 2017 MCTIC (0272317)
53000.057706/2012-51 - Exposição de Motivos 451 2017 MCTIC (0274001)
53900.001546/2014-12 - Exposição de Motivos 550 2017 MCTIC (0275059)
53000.046516/2011-28 - Exposição de Motivos 471 2017 MCTIC (0276250)
53000.047886/2011-82 - Exposição de Motivos 489 2017 MCTIC (0276467)
53000.065566/2013-76 - Exposição de Motivos 494 2017 MCTIC (0276464)

53900.006386/2014-90 - Exposição de Motivos 490 2017 MCTIC (0277800)
53000.007056/2013-84 - Exposição de Motivos 561 2017 MCTIC (0288082)
53000.015816/2013-27 - Exposição de Motivos 687 2017 MCTIC (0311291)
53000.063176/2012-81 - Exposição de Motivos 674 2017 MCTIC (0310173)
53000.075026/2013-09 - Exposição de Motivos 658 2017 MCTIC (0309598)
53000.043084/2012-84 - Exposição de Motivos 529 2017 MCTIC (0287146)
53000.026544/2011-29 - Exposição de Motivos 332 2017 MCTIC (0285817)
53000.064284/2010-17 - Exposição de Motivos 369 2017 MCTIC (0281344)
53000.024854/2013-71 - Exposição de Motivos 633 2017 MCTIC (0303388)
53000.058104/2011-31 - Exposição de Motivos 628 2017 MCTIC (0303107)
53000.041034/2013-43 - Exposição de Motivos 629 2017 MCTIC (0303205)
53000.029374/2013-04 - Exposição de Motivos 621 2017 MCTIC (0303217)
53900.001804/2014-52 - Exposição de Motivos 601 2017 MCTIC (0302096)
53000.057044/2013-09 - Exposição de Motivos 600 2017 MCTIC (0302345)
53000.017204/2013-79 - Exposição de Motivos 606 2017 MCTIC (0302407)
53000.003434/2014-31 - Exposição de Motivos 582 2017 MCTIC (0301851)
53900.036274/2015-44 - Exposição de Motivos 647 2017 MCTIC (0308500)
53900.003524/2015-60 - Exposição de Motivos 648 2017 MCTIC (0308543)
53900.006344/2014-59 - Exposição de Motivos 652 2017 MCTIC (0308650)
53900.039554/2015-12 - Exposição de Motivos 679 2017 MCTIC (0311456)
53000.056624/2011-17 - Exposição de Motivos 659 2017 MCTIC (0309608)
53000.000634/2013-51 - Exposição de Motivos 703 2017 MCTIC (0312137)
53000.057704/2012-62 - Exposição de Motivos 76 2018 MCTIC (0527529)
53000.016594/2013-60 - Exposição de Motivos 84 2018 MCTIC (0527683)
53900.017294/2015-16 - Exposição de Motivos 464 2017 MCTIC (0274123)
53000.056644/2011-80 - Exposição de Motivos 462 2017 MCTIC (0274523)
53000.047754/2013-12 - Exposição de Motivos 473 2017 MCTIC (0274544)
53900.007754/2014-17 - Exposição de Motivos 551 2017 MCTIC (0275107)
53000.049664/2012-85 - Exposição de Motivos 530 2017 MCTIC (0275268)
53000.065174/2012-26 - Exposição de Motivos 488 2017 MCTIC (0276350)
53000.058124/2011-10 - Exposição de Motivos 495 2017 MCTIC (0276793)
53000.031924/2012-66 - Exposição de Motivos 564 2017 MCTIC (0288218)
53000.014914/2013-47 - Exposição de Motivos 559 2017 MCTIC (0287358)
53000.021334/2013-14 - Exposição de Motivos 558 2017 MCTIC (0287196)
53900.002094/2014-88 - Exposição de Motivos 739 2017 MCTIC (0322005)
53900.003474/2014-31 - Exposição de Motivos 736 2017 MCTIC (0321857)
53000.056194/2013-97 - Exposição de Motivos 203 2017 MCTIC (0228364)
53000.058734/2012-96 - Exposição de Motivos 543 2017 MCTIC (0278264)
53000.057904/2011-34 - Exposição de Motivos 553 2017 MCTIC (0279688)
53000.070514/2013-11 - Exposição de Motivos 547 2017 MCTIC (0279720)
53000.039604/2007-97 - Exposição de Motivos 368 2017 MCTIC (0280177)
53000.057914/2011-70 - Exposição de Motivos 349 2017 MCTIC (0280450)
53000.069974/2013-05 - Exposição de Motivos 548 2017 MCTIC (0281204)
53000.003804/2013-50 - Exposição de Motivos 432 2017 MCTIC (0272628)
53900.003004/2014-76 - Exposição de Motivos 836 2017 MCTIC (0328793)
53900.048244/2015-81 - Exposição de Motivos 830 2017 MCTIC (0328813)
53000.025604/2012-77 - Exposição de Motivos 783 2017 MCTIC (0327039)
53000.062554/2013-90 - Exposição de Motivos 788 2017 MCTIC (0327259)
53000.017094/2013-45 - Exposição de Motivos 769 2017 MCTIC (0324607)
53000.007034/2013-14 - Exposição de Motivos 684 2017 MCTIC (0324031)
53000.007674/2014-13 - Exposição de Motivos 676 2017 MCTIC (0323272)
53000.007104/2013-34 - Exposição de Motivos 596 2017 MCTIC (0322906)

53000.059764/2010-58 - Exposição de Motivos 580 2017 MCTIC (0322770)
 53000.056954/2012-85 - Exposição de Motivos 741 2017 MCTIC (0322174)
 53900.039644/2015-03 - Exposição de Motivos 803 2017 MCTIC (0345516)
 53000.031934/2012-00 - Exposição de Motivos 794 2017 MCTIC (0345294)
 53000.046474/2012-14 - Exposição de Motivos 912 2017 MCTIC (0332009)
 53900.014134/2015-15 - Exposição de Motivos 872 2017 MCTIC (0332146)
 53900.034554/2015-18 - Exposição de Motivos 856 2017 MCTIC (0332205)
 53000.057214/2011-85 - Exposição de Motivos 894 2017 MCTIC (0331931)
 53000.067714/2013-97 - Exposição de Motivos 915 2017 MCTIC (0331705)
 53000.062334/2013-66 - Exposição de Motivos 847 2017 MCTIC (0329940)
 53900.025954/2015-32 - Exposição de Motivos 845 2017 MCTIC (0329839)
 53000.059284/2011-78 - Exposição de Motivos 825 2017 MCTIC (0328678)
 53000.073494/2013-31 - Exposição de Motivos 1062 2017 MCTIC (0382352)
 53000.005244/2012-97 - Exposição de Motivos 1040 2017 MCTIC (0381897)
 53000.042814/2013-19 - Exposição de Motivos 979 2017 MCTIC (0374191)
 53000.056644/2012-61 - Exposição de Motivos 978 2017 MCTIC (0374168)
 53000.069884/2013-14 - Exposição de Motivos 932 2017 MCTIC (0373154)
 53000.027624/2012-82 - Exposição de Motivos 926 2017 MCTIC (0372163)
 53000.008174/2012-29 - Exposição de Motivos 1023 2017 MCTIC (0360829)
 53000.058924/2012-11 - Exposição de Motivos 886 2017 MCTIC (0346677)
 53000.064084/2012-18 - Exposição de Motivos 871 2017 MCTIC (0346564)
 53000.067904/2013-12 - Exposição de Motivos 881 2017 MCTIC (0346643)
 53900.049094/2015-22 - Exposição de Motivos 117 2018 MCTIC (0554330)
 53000.016594/2013-60 - Exposição de Motivos 84 2018 MCTIC (0527683)
 53000.013444/2010-51 - Exposição de Motivos 918 2017 MCTIC (0372147)
 53000.045554/2013-25 - Exposição de Motivos 81 2018 MCTIC (0523079)
 53900.048224/2015-18 - Exposição de Motivos 92 2018 MCTIC (0523434)
 53000.039184/2013-97 - Exposição de Motivos 96 2018 MCTIC (0523590)
 53000.018934/2013-97 - Exposição de Motivos 64 2018 MCTIC (0521368)
 53900.011474/2014-11 - Exposição de Motivos 56 2018 MCTIC (0481150)
 53000.001524/2001-73 - Exposição de Motivos 153/2016 (0037790)
 53000.008854/2012-42 - Exposição de Motivos 1095 2017 MCTIC (0383607)
 53000.061475/2011-08 - Exposição de Motivos 483 2018 MCTIC (0845098)
 53000.037545/2012-80 - Exposição de Motivos 451 2018 MCTIC (0837119)
 53900.016795/2015-85 - Exposição de Motivos 339 2018 MCTIC (0733769)
 53000.022735/2012-01 - Exposição de Motivos 344 2018 MCTIC (0732889)
 53900.043275/2015-45 - Exposição de Motivos 336 2018 MCTIC (0732952)
 53900.046475/2015-50 - Exposição de Motivos 350 2018 MCTIC (0732843)
 53900.046725/2015-51 - Exposição de Motivos 351 2018 MCTIC (0732784)
 53900.047355/2015-70 - Exposição de Motivos 275 2018 MCTIC (0703173)
 53900.016805/2015-82 - Exposição de Motivos 294 2018 MCTIC (0702222)
 53000.022715/2012-21 - Exposição de Motivos 242 2018 MCTIC (0677098)
 53000.048845/2013-75 - Exposição de Motivos 265 2018 MCTIC (0677186)
 53000.041395/2012-17 - Exposição de Motivos 252 2018 MCTIC (0677222)
 53900.046555/2015-13 - Exposição de Motivos 210 2018 MCTIC (0676692)

 53000.052465/2011-73 - Exposição de Motivos 250 2018 MCTIC (0676561)
 53900.038365/2016-03 - Exposição de Motivos 239 2018 MCTIC (0676488)
 53000.007685/2014-95 - Exposição de Motivos 208 2018 MCTIC (0673503)
 53900.047995/2015-80 - Exposição de Motivos 219 2018 MCTIC (0672423)
 53770.000815/2002-12 - Exposição de Motivos 129 2018 MCTIC (0569306)
 53000.038735/2007-57 - Exposição de Motivos 897 2017 MCTIC (0347655)
 53830.001345/1997-80 - Exposição de Motivos 49 2018 MCTIC (0481248)
 53900.029945/2015-11 - Exposição de Motivos 152 2018 MCTIC (0585829)

53000.051425/2012-95 - Exposição de Motivos 162 2018 MCTIC (0583804)
53000.058135/2011-91 - Exposição de Motivos 79 2018 MCTIC (0527723)
53000.056215/2011-11 - Exposição de Motivos 78 2018 MCTIC (0527689)
53000.045645/2013-61 - Exposição de Motivos 69 2018 MCTIC (0521418)
53000.052005/2013-15 - Exposição de Motivos 67 2018 MCTIC (0521819)
53000.021295/2013-47 - Exposição de Motivos 74 2018 MCTIC (0521936)
53900.029902/2015-35 --- Exposição de Motivos 360 2018 MCTIC (0765180)
53900.016132/2016-41--- Exposição de Motivos 373 2018 MCTIC (0764577)
53900.038342/2016-91--- Exposição de Motivos 321 2018 MCTIC (0733707)
53900.046422/2015-39---Exposição de Motivos 335 2018 MCTIC (0732876)
53900.048812/2015-43---Exposição de Motivos 279 2018 MCTIC (0703215)
53000.020902/2012-71--- Exposição de Motivos 312 2018 MCTIC (0702864)
53900.049962/2015-74---Exposição de Motivos 293 2018 MCTIC (0702170)
53900.002972/2015-46---Exposição de Motivos 263 2018 MCTIC (0676991)
53000.067112/2011-78--- Exposição de Motivos 171 2018 MCTIC (0676181)
53900.016392/2015-36--- Exposição de Motivos 261 2018 MCTIC (0674459)
53000.005022/2011-93---Exposição de Motivos 267 2018 MCTIC (0673261)
53000.015432/2013-12-- Exposição de Motivos 159 2018 MCTIC (0584416)
53000.054912/2010-48--- Exposição de Motivos 128 2018 MCTIC (0568453)
53900.047532/2016-07--- Exposição de Motivos 104 2018 MCTIC (0553386)
53000.006952/2013-26 --- Exposição de Motivos 91 2018 MCTIC (0523452)
53900.029912/2015-71--- Exposição de Motivos 101 2018 MCTIC (0523442)
53000.044722/2011-01 --- Exposição de Motivos 34 2018 MCTIC (0483504)
53000.057872/2010-96 --- Exposição de Motivos 43 2018 MCTIC (0483044)
53000.014702/2012-89-- Exposição de Motivos 19 2018 MCTIC (0482374)
53000.008922/2012-73 --- Exposição de Motivos 11 2018 MCTIC (0482015)
53900.000192/2016-42 --- Exposição de Motivos 1089 2017 MCTIC (0383189)
53900.023982/2016-04--- Exposição de Motivos 1083 2017 MCTIC (0382822)
53900.000562/2016-41--- Exposição de Motivos 1070 2017 MCTIC (0382537)
53900.041642/2015-76--- Exposição de Motivos 977 2017 MCTIC (0374116)
53000.015612/2013-96--Exposição de Motivos 942 2017 MCTIC (0373644)
53900.021042/2014-19-- Exposição de Motivos 927 2017 MCTIC (0372132)
53000.060442/2012-13-- Exposição de Motivos 751 2017 MCTIC (0322432)
53000.011502/2010-11---Exposição de Motivos 1033 2017 MCTIC (0360901)
53000.051422/2012-51--- Exposição de Motivos 940 2017 MCTIC (0357320)
53000.029232/2008-71--- Exposição de Motivos 953 2017 MCTIC (0357667)
53000.006812/2013-58--- Exposição de Motivos 868 2017 MCTIC (0346340)
53000.023322/2012-35 --- Exposição de Motivos 896 2017 MCTIC (0332521)
53000.056642/2012-71 --- Exposição de Motivos 889 2017 MCTIC (0332520)
53000.056242/2011-85 --- Exposição de Motivos 920 2017 MCTIC (0332584)
53900.048912/2015-70--- Exposição de Motivos 863 2017 MCTIC (0332177)
53900.017272/2015-56--- Exposição de Motivos 857 2017 MCTIC (0332254)
53000.060392/2012-74--- Exposição de Motivos 917 2017 MCTIC (0332282)
53900.016742/2015-64 ---Exposição de Motivos 900 2017 MCTIC (0332352)
53000.056222/2011-12 --- Exposição de Motivos 827 2017 MCTIC (0328735)
53900.021662/2014-40 --- Exposição de Motivos 814 2017 MCTIC (0328021)
53000.017052/2013-12 --- Exposição de Motivos 790 2017 MCTIC (0327424)
53000.048422/2012-74 --- Exposição de Motivos 748 2017 MCTIC (0322342)
53900.011242/2014-55--- Exposição de Motivos 776 2017 MCTIC (0324174)
53000.070982/2013-96--- Exposição de Motivos 764 2017 MCTIC (0323771)
53000.040872/2012-19 --- Exposição de Motivos 603 2017 MCTIC (0323236)
53000.031922/2012-77 --- Exposição de Motivos 588 2017 MCTIC (0322848)
53000.051842/2012-38 --- Exposição de Motivos 752 2017 MCTIC (0322408)
53000.022892/2010-46 --- Exposição de Motivos 206 2017 MCTIC (0228433)
53000.018882/2009-72--- Exposição de Motivos 118 2017 MCTIC (0231073)
53900.006082/2014-22 --- Exposição de Motivos 536 2017 MCTIC (0278162)
53900.041862/2015-08 --- Exposição de Motivos 544 2017 MCTIC (0278209)
53000.036682/2009-00 --- Exposição de Motivos 402 2017 MCTIC (0267749)

53900.014792/2015-15 --- Exposição de Motivos 335 2017 MCTIC (0263492)
 53000.037302/2011-61 --- Exposição de Motivos 162 2017 MCTIC (0271003)
 53900.053112/2015-71 --- Exposição de Motivos 545 2017 MCTIC (0272216)
 53000.045952/2013-41--- Exposição de Motivos 522 2017 MCTIC (0272270)
 53000.066832/2013-88--- Exposição de Motivos 442 2017 MCTIC (0272322)
 53000.063555/2012-71 - Exposição de Motivos 54 2018 MCTIC (0481638)
 53000.046795/2012-19 - Exposição de Motivos 190 2017 MCTIC (0261645)
 53000.058765/2011-66 - Exposição de Motivos 1057 2017 MCTIC (0382267)
 53900.008065/2014-20 - Exposição de Motivos 937 2017 (0375377)
 53900.039625/2015-79 - Exposição de Motivos 985 2017 MCTIC (0374398)
 53900.020155/2014-99 - Exposição de Motivos 948 2017 MCTIC (0357187)
 53000.012365/2011-12 - Exposição de Motivos 967 2017 MCTIC (0357812)
 53000.007145/2014-10 - Exposição de Motivos 956 2017 MCTIC (0357836)
 53900.010415/2014-18 - Exposição de Motivos 851 2017 MCTIC (0346015)
 53900.039805/2015-51 - Exposição de Motivos 848 2017 MCTIC (0345696)
 53000.045475/2012-33 - Exposição de Motivos 779 2017 MCTIC (0344590)
 53000.039925/2013-30 - Exposição de Motivos 778 2017 MCTIC (0344502)
 53000.051845/2012-71 - Exposição de Motivos 771 2017 MCTIC (0344002)
 53000.057995/2011-16 - Exposição de Motivos 757 2017 MCTIC (0343747)
 53900.022295/2014-00 - Exposição de Motivos 874 2017 MCTIC (0332417)
 53900.020495/2014-10 - Exposição de Motivos 875 2017 MCTIC (0332519)
 53900.047605/2015-71 - Exposição de Motivos 878 2017 MCTIC (0332063)
 53900.039875/2015-17 - Exposição de Motivos 883 2017 MCTIC (0332121)
 53900.015655/2015-90 - Exposição de Motivos 858 2017 MCTIC (0332268)
 53000.055775/2011-40 - Exposição de Motivos 935 2017 MCTIC (0373424)
 53000.055825/2012-70 - Exposição de Motivos 860 2017 MCTIC (0332278)
 53900.022015/2014-55 - Exposição de Motivos 835 2017 MCTIC (0328817)
 53000.064515/2012-46 - Exposição de Motivos 834 2017 MCTIC (0328847)
 53000.070695/2013-86 - Exposição de Motivos 815 2017 MCTIC (0327243)
 53000.055765/2011-12 - Exposição de Motivos 702 2017 MCTIC (0324652)
 53000.057355/2011-06 - Exposição de Motivos 705 2017 MCTIC (0324368)
 53000.048725/2012-97 - Exposição de Motivos 753 2017 MCTIC (0323955)
 53000.015825/2013-18 - Exposição de Motivos 589 2017 MCTIC (0322898)
 53000.059475/2011-30 - Exposição de Motivos 731 2017 MCTIC (0321623)
 53000.064145/2012-47 - Exposição de Motivos 740 2017 MCTIC (0322061)
 53900.009135/2014-67 - Exposição de Motivos 112 2017 MCTIC (0230996)
 53900.015755/2015-16 - Exposição de Motivos 400 2017 MCTIC (0280641)
 53000.050945/2013-61 - Exposição de Motivos 419 2017 MCTIC (0270317)
 53000.053915/2012-26 - Exposição de Motivos 501 2017 MCTIC (0272379)
 53900.003595/2014-81 - Exposição de Motivos 519 2017 MCTIC (0272693)
 53900.017335/2015-74 - Exposição de Motivos 516 2017 MCTIC (0273391)
 53900.000545/2014-42 - Exposição de Motivos 552 2017 MCTIC (0275044)
 53000.070495/2013-23 - Exposição de Motivos 632 2017 MCTIC (0303371)
 53000.054475/2012-24 - Exposição de Motivos 619 2017 MCTIC (0303142)
 53000.058115/2011-11 - Exposição de Motivos 602 2017 MCTIC (0302035)

 53000.051605/2012-77 - Exposição de Motivos 574 2017 MCTIC (0301664)
 53900.004565/2015-73 - Exposição de Motivos 672 2017 MCTIC (0310140)
 53900.009305/2015-94 - Exposição de Motivos 709 2017 MCTIC (0312245)
 53900.041855/2015-06 - Exposição de Motivos 698 2017 MCTIC (0312028)
 53900.017158/2015-26 - Exposição de Motivos 728 2017 MCTIC (0320616)
 53000.052558/2013-60 - Exposição de Motivos 700 2017 MCTIC (0312114)
 53900.022938/2014-15 - Exposição de Motivos 710 2017 MCTIC (0312092)
 53000.051498/2012-87 - Exposição de Motivos 701 2017 MCTIC (0312010)
 53900.046568/2015-84 - Exposição de Motivos 690 2017 MCTIC (0311614)
 53900.017348/2015-43 - Exposição de Motivos 685 2017 MCTIC (0311402)
 53900.034358/2015-43 - Exposição de Motivos 680 2017 MCTIC (0311569)
 53900.021498/2014-71 - Exposição de Motivos 649 2017 MCTIC (0308562)

53000.015818/2013-16 - Exposição de Motivos 635 2017 MCTIC (0303453)
 53000.028888/2013-34 - Exposição de Motivos 626 2017 MCTIC (0302470)
 53900.006868/2014-40 - Exposição de Motivos 531 2017 MCTIC (0287103)
 53000.056228/2011-81 - Exposição de Motivos 351 2017 MCTIC (0282457)
 53000.045558/2013-11 - Exposição de Motivos 344 2017 MCTIC (0281816)
 53900.034498/2015-11 - Exposição de Motivos 614 2017 MCTIC (0302510)
 53000.021788/2012-04 - Exposição de Motivos 625 2017 MCTIC (0303306)
 53000.007888/2014-81 - Exposição de Motivos 607 2017 MCTIC (0302122)
 53900.017538/2015-61 - Exposição de Motivos 613 2017 MCTIC (0302147)
 53000.019859/2008-14 - Exposição de Motivos 693 2017 MCTIC (0323820)
 53900.012819/2015-27 - Exposição de Motivos 768 2017 MCTIC (0323907)
 53000.069249/2013-29 - Exposição de Motivos 575 2017 MCTIC (0322572)
 53000.016939/2012-02 - Exposição de Motivos 692 2017 MCTIC (0323885)
 53000.027549/2013-31 - Exposição de Motivos 743 2017 MCTIC (0322220)
 53000.073739/2012-14 - Exposição de Motivos 197 2017 MCTIC (0228291)
 53000.058095/2011-88 - Exposição de Motivos 931 2017 MCTIC (0372086)
 53000.006805/2014-37 - Exposição de Motivos 914 2017 MCTIC (0372036)
 53900.020685/2014-37 - Exposição de Motivos 340 2017 MCTIC (0263432)
 53900.039515/2015-15 - Exposição de Motivos 784 2017 MCTIC (0327057)
 53000.026025/2011-61 - Exposição de Motivos 636 2017 MCTIC (0324062)
 53000.048665/2012-11 - Exposição de Motivos 399 2017 MCTIC (0281062)
 53000.062335/2013-19 - Exposição de Motivos 578 2017 MCTIC (0322838)
 53900.017345/2015-18 - Exposição de Motivos 747 2017 MCTIC (0322580)
 53000.022892/2010-46--Exposição de Motivos 206 2017 MCTIC (0228433)
 53900.041642/2015-76--Exposição de Motivos 977 2017 MCTIC (0374116)
 53000.008922/2012-73-- Exposição de Motivos 11 2018 MCTIC (0482015)
 53900.018692/2014-79---Exposição de Motivos 439 2017 MCTIC (0272696)
 53900.012702/2014-62---Exposição de Motivos 518 2017 MCTIC (0272813)
 53000.055772/2011-14---Exposição de Motivos 456 2017 MCTIC (0274060)
 53000.057442/2011-55---Exposição de Motivos 514 2017 MCTIC (0274332)
 53000.057442/2011-55--- Exposição de Motivos 514 2017 MCTIC (0274332)
 53000.050492/2011-10 --- Exposição de Motivos 354 2017 MCTIC (0286002)
 53000.031942/2012-48--- Exposição de Motivos 505 2017 MCTIC (0281319)
 53000.006882/2013-14--- Exposição de Motivos 359 2017 MCTIC (0281002)
 53000.059292/2011-14--- Exposição de Motivos 641 2017 MCTIC (0303329)
 53000.046522/2013-47--- Exposição de Motivos 584 2017 MCTIC (0302242)
 53000.057352/2011-64---Exposição de Motivos 592 2017 MCTIC (0302001)
 53900.017332/2015-31---Exposição de Motivos 683 2017 MCTIC (0311579)
 53000.047332/2013-47---Exposição de Motivos 556 2017 MCTIC (0273358)
 53000.025272/2013-10--- Exposição de Motivos 493 2017 MCTIC (0276074)
 53900.016802/2015-49--- Exposição de Motivos 486 2017 MCTIC (0276232)
 53000.045172/2012-11--- Exposição de Motivos 482 2017 MCTIC (0276766)
 53000.056212/2011-79---Exposição de Motivos 645 2017 MCTIC (0304134)
 53000.015822/2013-84---Exposição de Motivos 642 2017 MCTIC (0304152)
 53900.050622/2015-96---Exposição de Motivos 669 2017 MCTIC (0309897)
 53900.047842/2015-32---Exposição de Motivos 666 2017 MCTIC (0309708)
 53900.022882/2014-91--- Exposição de Motivos 706 2017 MCTIC (0312058)
 53000.053259/2013-42---Exposição de Motivos 458 2017 MCTIC (0273937)
 53000.053259/2013-42--- Exposição de Motivos 458 2017 MCTIC (0273937)
 53900.007299/2015-31--- Exposição de Motivos 511 2017 MCTIC (0273366)
 53000.031939/2012-24--- Exposição de Motivos 520 2017 MCTIC (0273156)
 53000.015189/2014-13--- Exposição de Motivos 452 2017 MCTIC (0272529)
 53900.039779/2015-61--- Exposição de Motivos 298 2017 MCTIC (0263419)
 53000.021819/2010-57--- Exposição de Motivos 343 2017 MCTIC (0280272)
 53000.048009/2013-91---Exposição de Motivos 395 2017 MCTIC (0280047)
 53900.006559/2014-70---Exposição de Motivos 117 2017 MCTIC (0231079)
 53000.008099/2010-34--- Exposição de Motivos 119 2017 MCTIC (0231064)
 53900.020685/2014-37--- Exposição de Motivos 340 2017 MCTIC (0263432)

Att,

Luciana Silveira Teixeira

Assessora

Subchefia para Assuntos Jurídicos

Casa Civil – Presidência da República

(61) 3411-3426

luciana.teixeira@presidencia.gov.br

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Coordenação de Processos de Rádio Comunitária

Divisão de Processos de Rádio Comunitária

Serviço de Análise de Renovação de Rádio Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **53900.049962/2015-74.**

Entidade: **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA CORONEL MURTENSE DE RADIODIFUSÃO.**

Assunto: **Minuta de Exposição de Motivos.**

1. Considerando a devolução do processo pela Casa Civil da Presidência da República, para reavaliação da pertinência da medida proposta pelo novo Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, bem como a adequação às novas diretrizes governamentais, encaminho a minuta da Exposição de Motivos atualizada, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 03/07/2019, às 18:52 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcus Vinícius Paolucci, Diretor do Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização**, em 04/07/2019, às 17:06 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elifas Chaves Gurgel do Amaral, Secretário de Radiodifusão**, em 05/07/2019, às 18:49 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4329031** e o código CRC **866F9E51**.

MINUTA
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53900.049962/2015-74, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária Educativa Coronel Murtense de Radiodifusão, inscrita no CNPJ nº 02.559.556/0001-48, explore pelo prazo de dez anos a partir de 04 de outubro de 2016, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Coronel Murta, estado de Minas Gerais, em conformidade com o que dispõe o *caput* do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 3236/2018/SEI-MCTIC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº 1034, de 14 de março de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 29 de Março de 2018.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

MARCOS CESAR PONTES
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Referência: Processo nº 53900.049962/2015-74

SEI nº 4329031

Brasília, 23 de Setembro de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53900.049962/2015-74, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária Educativa Coronel Murtense de Radiodifusão, inscrita no CNPJ nº 02.559.556/0001-48, explore pelo prazo de dez anos a partir de 04 de outubro de 2016, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Coronel Murta, estado de Minas Gerais, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 3236/2018/SEI-MCTIC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº 1034, de 14 de março de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 29 de Março de 2018.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 34781/2019/CGGM/GM/MCTIC

Ao Senhor
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão, Processo nº 53900.049962/2015-74.

Senhor Subchefe,

Conforme disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro**, em 24/09/2019, às 18:41 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4664700** e o código CRC **86D09E79**.